



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Graduação em Biblioteconomia

CAREM DOS SANTOS VERAS

**A PRODUÇÃO DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E A PERCEPÇÃO
DE RACISMO NA ATIVIDADE ACADÊMICA DE PESQUISADORES NEGROS
DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO
BRASIL**

Orientador: Prof. Dr. João de Melo Maricato

Brasília
2020

CAREM DOS SANTOS VERAS

**A PRODUÇÃO DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E A PERCEPÇÃO
DE RACISMO NA ATIVIDADE ACADÊMICA DE PESQUISADORES NEGROS
DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO
BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentada ao curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília - UnB, como requisito à obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. João de Melo Maricato

Brasília

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "A PRODUÇÃO DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E A PERCEPÇÃO DE RACISMO NA ATIVIDADE ACADÊMICA DE PESQUISADORES NEGROS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL".

Autor(a): Carem dos Santos Veras

Monografia apresentada remotamente em **21 de Agosto de 2020** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador (FCI/UnB): João de Melo Maricato

Membro interno (FCI/UnB): Jayme Leiro Vilan Filho - Membro

Membro Externo (UFG): Erinaldo Dias Valério - Membro

Em 16/09/2020.



Documento assinado eletronicamente por **ERINALDO DIAS VALERIO, Usuário Externo**, em 17/09/2020, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Joao de Melo Maricato, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 17/09/2020, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Jayme Leiro Vilan Filho, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 17/09/2020, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Gerado mediante os dados fornecidos pelo autor

- G635 Veras, Carem dos Santos.
A produção intelectual de artigos de periódicos científicos e a percepção de racismo na atividade acadêmica de pesquisadores negros dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil / Carem dos Santos Veras. -- Brasília, 2020.
118 f.: il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação - FCI; Universidade de Brasília - UnB, 2020.
Orientador: Prof^o Dr^o João de Melo Maricato
1. Bibliometria. 2. Racismo. 3. Pós-Graduação. 4. Comunicação científica. I. Maricato, João de Melo, orient. II. Título. III. Autor.
-

Dedico este trabalho à minha mãe e meu
pai, Maria Edileuza e Francisco, meu
porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proteger e me iluminar.

A minha família, Maria Edileuza, Francisco e Carlos que me apoiaram e sempre acreditaram em mim.

Aos meus amigos que conheci na graduação e espero levar por toda a vida, Carine, Everson, Jess, Luis Carlos e Maria Carolina. Obrigada pelo companheirismo durante os momentos difíceis e as risadas que tornaram tudo mais suportável.

A minha melhor amiga, Laryssa, que compartilhou comigo risadas, choros e conquistas desde o ensino fundamental. Obrigada por ser uma amiga tão maravilhosa.

A meus colegas de graduação cujo apoio e encorajamento me fortaleceram e especialmente a Graziela Barros Gomes que foi fundamental para a realização deste trabalho, obrigada por seu apoio e tempo dedicado a me ajudar.

A minha namorada, Juliana Siqueira, pelo apoio, paciência e carinho durante os momentos mais difíceis. Obrigada por me ouvir e acalmar sempre que precisei.

Ao meu orientador João de Melo Maricato pelo conhecimento compartilhado, paciência e comprometimento na elaboração deste trabalho.

Aos docentes que gentilmente participaram desta pesquisa.

Aos professores e funcionários da Faculdade de Ciência da Informação pela dedicação aos estudantes.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a minha formação, muito obrigada!

“O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é esse um dos dramas atuais da sociedade brasileira?”

Milton Santos

Resumo

Esta pesquisa analisa a participação e produção científica de docentes negros nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. Objetiva compreender a dinâmica de produção científica de negros na Ciência da Informação Brasileira e relações com preconceito e racismo. Neste trabalho foi utilizado como metodologia a pesquisa quanti-qualitativa, realizada por meio da aplicação de um questionário online composto por 15 perguntas, destinado aos docentes vinculados a um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, análises bibliométricas e cientométricas foram aplicadas. Para alcançar os objetivos deste trabalho foram analisados a produção científica e a percepção de racismo de 29 docentes respondentes do questionário que lhes foi enviado. Chegamos à conclusão de que a presença de pesquisadores pretos e pardos é alta e sua percepção de racismo, apesar de pouco, existe no ambiente acadêmico no geral. A produção desses docentes vem aumentando nos últimos anos, quanto às atividades de produção, colaboração e citação, os respondentes não percebem que o racismo tem influência.

Palavras-Chave: Bibliometria. Pós-Graduação. Racismo. Comunicação científica.

ABSTRACT

This research analyses the participation and scientific production of Black teachers in graduate programs in information science in Brazil. Objective to understand the dynamics of scientific production of Black teachers in Brazilian Information Science and relations with racial prejudice and racism. In this work, quantitative and qualitative research was used as methodology, carried out through the application of an online questionnaire composed of 15 questions, aimed at teachers linked to a Post Graduate Program in Information Science. Bibliometric and scientometric methods were applied to achieve the objectives of this work, the scientific production, and the perception of racism of 29 teachers who responded to the questionnaire sent to them. We concluded that the presence of Black and Brown researchers is high and their perception of racism, although little, exists in the academic environment in general. The production of these teachers has been increasing in recent years, as for the activities of production, collaboration and citation, the respondents do not realize that racism has an influence.

KEYWORDS: Bibliometrics. Post graduate studies. Racism. Scientific communication

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|------------|
| Tabela 1: Programas brasileiros de Pós-Graduação em Ciência da Informação | 88 |
| Tabela 2: Termos livres de autoclassificação | 89 |
| Tabela 3: Termos livres de autodeclaração de todos os respondentes..... | 91 |
| Tabela 4: Média percepção geral de racismo dos respondentes..... | 93 |
| Tabela 5: Média de Percepção geral de racismo por pergunta | 94 |
| Tabela 6: Percepção de racismo de pretos e pardos | 95 |
| Tabela 7: Pardos | 98 |
| Tabela 8: Produção e percepção de racismo | 101 |
| Tabela 9: Colaboração versus percepção de racismo..... | 102 |
| Tabela 10: Citação versus percepção de racismo | 104 |
| Tabela 11: Média de citação por artigo | 105 |

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Raça/cor dos docentes de Pós-graduação em CI.**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 2 - Produção bibliográfica dos docentes de 1981 a 2019 100

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---------|--|
| ABPN | Associação Brasileira de Pesquisadores Negros |
| ANCIB | Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação |
| ARS | Análise de Rede Social |
| BIREME | Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde |
| BRAPCI | Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CDU | Classificação Decimal Universal |
| C&T | Ciência e Tecnologia |
| CI | Ciência da Informação |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COPENE | Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos |
| ENANCIB | Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação |
| EnANPAD | Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em |

Administração

| | |
|--------|--|
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAPESP | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo |
| FI | Fator de Impacto |
| FID | Federação Internacional de Documentação |
| FNB | Frente Negra Brasileira |
| GB | Grã-Bretanha |
| IBBD | Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| IEDES | Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico e Social |
| IIB | Instituto Internacional de Bibliografia |
| IID | Instituto Internacional de Documentação |
| INCT | Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia |
| P&D | Pesquisa e Desenvolvimento |

| | |
|--------|--|
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua |
| PPGCI | Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação |
| PQ | Bolsa de Produtividade em Pesquisa |
| PQ-Sr | Produtividade em Pesquisa Sênior |
| SciELO | Scientific Eletronic Library Online |
| SNPG | Sistema Nacional de Pós-Graduação |
| UDESC | Universidade do Estado de Santa Catarina |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UnB Universidade de Brasília

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação

UNESP Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 20 |
| 1.1 Problema e justificativa..... | 21 |
| 1.2 Questões de pesquisa:..... | 22 |
| 1.3 Objetivo geral..... | 22 |
| 1.3.1 Objetivos específicos..... | 22 |
| 2.REFERENCIAL TEÓRICO | 23 |
| 2.1 Ciência da Informação no Brasil..... | 23 |
| 2.1.2 Comunicação Científica | 26 |
| 2.1.3 Pós-graduação..... | 30 |
| 2.2 Racismo e preconceito | 32 |
| 2.2.1 O racismo e a formação idealizada da sociedade brasileira | 34 |
| 2.2.2 Relações raciais no Brasil | 37 |
| 2.2.3 Colorismo | 39 |
| 2.2.4 Racismo e mercado de trabalho | 41 |
| 2.3 Classificação de cor e raça | 44 |
| 2.3.1 Termos e conceitos usados na discussão sobre raça no Brasil..... | 48 |
| 2.4 Educação, universidade e questões raciais | 50 |
| 2.4.1 Políticas afirmativas e Cotas..... | 52 |
| 2.4.3 Ascensão social do negro por meio da educação..... | 56 |
| 2.4.4 Pesquisadores negros..... | 59 |
| 2.5 Estudos métricos da informação: da bibliometria a altmetria..... | 62 |
| 2.5.1 Bibliometria..... | 63 |
| 2.5.2 Cientometria | 65 |
| 2.5.3 Informetria | 67 |

| | |
|---|------------|
| 2.5.4 Webometria | 67 |
| 2.5.5 Almetria | 68 |
| 2.5.6.1 Produção científica | 69 |
| 2.5.6.2 Citação, cocitação e acoplamento | 72 |
| 2.5.6.3 Colaboração científica e coautoria | 76 |
| 2.5.7 Estudos métricos sobre questões raciais e de gênero | 79 |
| 3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 82 |
| 3.1. Procedimentos metodológicos da pesquisa | 83 |
| 3.1.1 Extração do Universo | 83 |
| 3.1.2 Obtenção da amostra | 84 |
| 3.1.3 Coleta de dados | 85 |
| 3.1.4 Produção de gráficos e quadros e análise de resultado | 85 |
| 3.2 Universo e amostra | 85 |
| 3.3 Tratamentos dos dados | 86 |
| 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS | 87 |
| 4.1 Visão geral dos respondentes | 87 |
| 4.2 Visão geral da percepção de racismo e preconceito | 91 |
| 4.2.1 Percepção de racismo quanto a produção, colaboração e citação | 99 |
| 4.3 Produção científica | 99 |
| 4.3.1 Produção e percepção de racismo | 100 |
| 4.4 Colaboração | 101 |
| 4.4.1 Colaboração e percepção de racismo | 103 |
| 4.5 Citação | 103 |
| 4.5.1 Citação e percepção de racismo | 106 |
| 5 CONCLUSÃO | 107 |
| REFERÊNCIAS | 109 |
| APÊNDICE A | 119 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou conhecer a presença de pesquisadores negros na Ciência da Informação Brasileira, sua produção e relações com preconceito e racismo por meio de técnicas bibliométricas e cientométricas.

A comunicação científica é indispensável a atividade científica, pois favorece sua produção e seus pesquisadores(as) além de promover visibilidade e credibilidade no meio social, sendo assim essencial a todos os pesquisadores (TARGINO, 2000). A formação de recursos humanos na Ciência da Informação acontece em dois momentos a graduação em Biblioteconomia ou Ciência da Informação (Gestão da Informação, Museologia, Arquivologia...) e em um segundo momento nos cursos e programas de pós-graduação de acordo com Andrade e Oliveira (2005).

Conforme Guimarães (1995), o racismo no Brasil é “Sem cara, travestido em roupas ilustradas, universalista, tratando-se a si mesmo como antirracismo e negando como antinacional a presença integral do afro-brasileiro ou do índio-brasileiro.” (GUIMARÃES, 1995, p.42). Ainda, Gomes (2005) o separa em dois, o racismo individual que se manifesta por meio de atos discriminatórios individuais, indivíduo contra indivíduo e o institucional que se manifesta por meio de práticas discriminatórias estimuladas pelo Estado ou com seu apoio indireto.

Desta forma este estudo descreveu a produção de artigos dos pesquisadores negros e sua percepção de racismo no ambiente acadêmico, observando se suas atividades de citação colaboração e produção já foram afetadas por algum tipo de racismo ou preconceito. Por meio dos resultados é apresentado a contribuição dos docentes negros dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação para a comunidade científica.

O trabalho está estruturado por problema e justificativa, questões de pesquisa, objetivos, referencial teórico, metodologia, análise dos dados e conclusão.

1.1 Problema e justificativa

A temática étnico racial ainda é pouco trabalhada nas universidades públicas brasileiras, a falta de uma política acadêmica direcionada a produção de conhecimento que atenda às necessidades informacionais de pesquisadores negros, e demais interessados, atrapalha a evolução da produção desses trabalhos, como diz Aquino (2010).

Além da falta de produção de trabalhos com essa temática, ainda existe a “[...]falta de dados sistemáticos sobre a composição racial da nossa classe de docentes e pesquisadores” (CARVALHO, 2004, p.5). Silva (2016) também aponta em seu trabalho a falta de informações públicas quanto a cor/raça dos pesquisadores brasileiros que se faz importante para que órgãos públicos possam monitorar a promoção de ações que visam a igualdade racial no âmbito da Ciência.

Saber a composição racial da academia e daqueles que estão produzindo conhecimento científico é importante para entender o motivo de essa temática ser pouco trabalhada. A biblioteconomia tem a capacidade de performar um papel transformador na construção da identidade racial, suprimindo a necessidade informacional desses pesquisadores negros. Trazer essa discussão para o âmbito acadêmico é necessário para prover as ferramentas necessárias tanto aos profissionais quanto aos estudantes para a construção de sua identidade racial e de um saber que não seja euro centrado.

Uma busca, com o termo “pesquisadores negros”, foi realizada no Google Scholar, diversos artigos com a temática étnico-racial apareceram, porém 7 tratavam especificamente de pesquisadores negros na Pós-Graduação em diferentes áreas como psicologia, educação e letras. No Portal de Periódicos CAPES a busca retornou 968 artigos de periódico de áreas como a saúde, educação sociologia etc. A busca na base de dados Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) pelo termo usando o filtro “título, palavra-chave e resumo” obteve 9 resultados, 1 tratava de pesquisadores negros sendo o mesmo trabalho recuperado no Google scholar “A (in)visibilidade de negros(as) na Produção de Conhecimento em Programas de Pós-Graduação da UFPB. As buscas foram feitas no dia 08 de janeiro de 2019, e apenas alguns trabalhos que tratam da temática étnico racial no geral foram recuperados. O problema que este trabalho busca resolver é a ausência de informações sobre pesquisadores negros e suas produções da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil e sua relação com preconceito racial e racismo.

Desta forma, gerando indicadores do nível de presença de pesquisadores negros na Ciência da Informação no Brasil e sua participação na comunidade científica será possível saber se existe algum tipo de desigualdade racial e racismo nesta comunidade e caso sim, este trabalho pode ser um subsídio para a tomada de decisão de pesquisadores, alunos, gestores de Ciência e Tecnologia para mudar isso. Além da tomada de decisão sobre políticas públicas e de inclusão social.

1.2 Questões de pesquisa:

Qual a presença dos pesquisadores negros na pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil?

Qual a produção de artigos de periódicos dos pesquisadores negros que atuam na pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil?

Qual a percepção sobre racismo ou preconceito racial de pesquisadores negros na Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil?

Existe relação entre a percepção de racismo e preconceito racial em aspectos relacionados à produção e comunicação científica de pesquisadores negros que atuam na pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil?

1.3 Objetivo geral

Obter informações sobre a presença de pesquisadores negros na Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil a respectiva produção de artigos científicos e a percepção sobre racismo e preconceito racial no ambiente acadêmico.

1.3.1 Objetivos específicos

- Indicar a presença dos pesquisadores negros na comunidade científica da área de CI no Brasil;
- Descrever a produção de artigos de periódicos publicada por negros participantes de programas de pós-graduação em CI no Brasil;
- Verificar a percepção de preconceito racial ou racismo em relação a produção, colaboração e citação dos negros que atuam em programas de pós-graduação em CI.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente tópico trata do referencial teórico sobre os conceitos que formam a Ciência da Informação, comunicação científica os estudos métricos da informação Pós-Graduação no Brasil, bem como, racismo e preconceito racial. O referencial teórico destaca as principais questões estudadas nas áreas referidas por meio de levantamento de livros, pesquisas e artigos de periódicos. A questão racial no Brasil é um assunto que envolve diversas discussões importantes, entretanto, apenas os temas pertinentes ao presente trabalho foram discutidos. Portanto, os temas abordados centram especialmente nas possíveis relações entre ciência e preconceito racial.

2.1 Ciência da Informação no Brasil

Este tópico trata da ciência da informação no Brasil, comunicação científica e pós-graduação, assuntos que devem ser conceituados, visto que o presente trabalho tem como um dos objetivos descrever a produção de artigos de periódicos publicada por negros participantes de programas de pós-graduação em CI no Brasil.

Para apresentar a ciência da informação é necessário antes introduzir os conceitos de informação e interdisciplinaridade. Le Coadic entende informação como um

[...] conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento de linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. (LE COADIC, p. 5).

O autor também apresenta uma definição para interdisciplinaridade. Ele a entende como “uma colaboração entre diversas disciplinas, que leva a interações, isto é, uma certa reciprocidade, de forma que haja, em suma, enriquecimento mútuo. A forma mais simples de ligação é o isomorfismo, a analogia (LE COADIC, 1996, p.22).” Já o conceito de Ciência da Informação, de acordo com Oliveira (2005), varia de acordo com o entendimento do autor que os criaram, dependendo do seu entendimento do que é informação e onde atua, alguns têm uma visão ampla da área e outros uma mais restrita. Borko (1968) define a ciência da informação como

[...] a disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação, e os meios de processar a informação para máxima acessibilidade e usabilidade. Se preocupa com o corpo de conhecimento relativo à originação, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. (BORKO, 1986, p. 3, tradução nossa).

O autor ainda afirma que a CI investiga a representação da informação em ambos os sistemas, natural e artificial e utiliza códigos para “uma eficiente transmissão de mensagens além do estudo de aparelhos e técnicas de processamento de informação como o computador e seu sistema programador.” (BORKO, 1986, p. 3, tradução nossa). Conforme Oliveira (2005) o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) define a CI como “o campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objetivo o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informação em todos os campos do saber” (CNPq *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 17). Tanto esta definição do CNPq quanto a do autor Borko apontam para a CI como uma ciência interdisciplinar. Borko ainda define alguns campos que ela se relaciona como matemática, lógica, psicologia, comunicação, entre outros.

O surgimento da CI se deu em um contexto de revolução científica e técnica logo após a segunda guerra mundial. O grande volume de informação produzido após a segunda guerra e a dificuldade em armazenar e disseminar esse grande volume de informação foram os fatores atribuídos a criação dessa nova ciência que se encarregou de “reunir, organizar e tornar acessível o conhecimento cultural científico e tecnológico produzido em todo o mundo.”(OLIVEIRA, 2005, p.13).

Alguns autores consideram que a CI foi influenciada em sua criação e desenvolvimento por duas disciplinas, a Documentação e a Recuperação da Informação. A documentação surgiu após o crescimento da quantidade de informações registradas com a revolução industrial. Henri La Fontaine e Paul Otlet planejaram uma biblioteca universal para assim levar a cientistas a literatura científica, a biblioteca seria de referência e não armazenamento dos documentos, os dados bibliográficos seriam armazenados em fichas. O Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) foi criado para coordenar as atividades, o órgão então passou a criar ferramentas para, de forma padronizada e sistemática, registrar as referências dos documentos. O IIB ficou responsável por criar um sistema de classificação único para assim indexar seus documentos,

então foi criada a Classificação Decimal Universal (CDU) que possibilita classificar outros produtos impressos além do livro. (OLIVEIRA, 2005)

Paul Otlet cunhou um conceito de documento, sendo ele

O livro, a revista, o jornal, a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, o disco, o filme e toda a parte documentária que precede ou sucede a emissão radiofônica. São amostras, espécimes, modelos fac-símiles e, de maneira geral, o que tenha caráter representativo, com três dimensões e, eventualmente, em movimento.” (OLIVEIRA, 2005, p.11).

Em 1931 o IIB passou a se chamar Instituto Internacional de Documentação (IID) com o intuito de prover meios para o controle de outros tipos de suporte de conhecimento. No ano de 1938 o Instituto passou por mais uma mudança e se transformou na Federação Internacional de Documentação (FID). Apesar da ideia de a Biblioteca Universal não ser implementada os conceitos de documento, bibliografia e classificação decimal universal foram deixados para os profissionais da informação. (OLIVEIRA, 2005)

De acordo com Oliveira (2005) após a segunda guerra mundial o interesse por ciência e tecnologia cresceu, principalmente nos países desenvolvidos, ocasionando um aumento de conhecimentos que ficou conhecido como “explosão de informação”. Isso acarretou uma dificuldade de tornar mais acessível o acervo crescente, resultado de todos os registros produzidos. Esse mesmo problema apontado pelos iniciadores da Documentação agora aparece no surgimento da recuperação automatizada da informação.

Vanevar Bush, cientista do *Massachusetts Institute of Technology*, publicou em 1945 um artigo com uma proposta para resolver o problema, que seria usar as novas tecnologias de informação da época, Bush propôs uma máquina capaz de associar ideias (CRUZ, 2011). De fato, à época o uso do computador na recuperação da informação proporcionou novas perspectivas para os serviços de informação, possibilitando a manipulação de grande volume de informação, além de um tratamento mais preciso e racional. Ainda de acordo com Oliveira (2005) a recuperação da Informação “possibilitou o surgimento dos sistemas automatizados de informação.” (OLIVEIRA, 2005, p.13).

A autora Marlene Oliveira considera a CI como uma disciplina que faz intercâmbio com a Biblioteconomia. Entende que ambas buscam resolver o mesmo problema, entretanto com paradigmas diferentes, porém, a autora ainda afirma que a CI não é uma evolução da Biblioteconomia. O paradigma da biblioteconomia seria um grupo de ideias com relação à biblioteca, considerada como uma instituição social cuja função é conduzir o indivíduo ao

conhecimento de que necessita. Já o paradigma da Ciência da Informação, é composto por ideias ligadas ao processo de movimento da informação de um sistema de comunicação humana, paradigma esse que influenciou a Biblioteconomia contribuindo com novos termos que para caracterizar suas atividades. Oliveira ainda afirma que a Biblioteconomia não somente analisa o livro, mas também a informação e suas atividades, que não se limitam ao espaço físico da biblioteca. A autora ainda afirma que a literatura produzida pela CI e pela Biblioteconomia não expressa conflito na comunidade científica ou profissional, apesar de serem orientadas por paradigmas diferentes. A formação profissional dessas áreas é oferecida em níveis diferentes, o bibliotecário é formado em cursos de graduação enquanto os mestres e doutores em Ciência da Informação em cursos de pós-graduação. (OLIVEIRA, 2005).

No Brasil a documentação e mais tarde a CI foram introduzidas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, antes nomeado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, criado em 1954 o IBBD ligado ao antes Conselho Nacional de Pesquisas e mais tarde Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi criado por influência da UNESCO, que visava o estímulo do desenvolvimento científico em países periféricos por meio de políticas públicas. O IBBD cumpriu sua missão e se tornou um centro de documentação que serviu de apoio às atividades científicas das instituições brasileiras (ANDRADE e OLIVEIRA, 2005).

Uma das importantes iniciativas do IBBD foi a realização de pesquisas bibliográficas, uma novidade a época, que possibilitaram a criação de bibliografias nacionais especializadas, um instrumento para o controle bibliográfico. Outra iniciativa foi a criação em 1955 de um curso para sanar um problema de formação carente de recursos humanos e facilitar o acesso a literatura científica e técnica, inicialmente o curso foi nomeado de “Curso de Pesquisas Bibliográficas em Ciências Médicas e em Ciências Agrícolas” e depois passou a se chamar “Curso de Documentação Científica”. Quando mudou de nome o órgão manteve a atuação no campo da informação em Ciência e Tecnologia em relação a formação de recursos humanos para a área de informação quanto a atuação no campo de acesso à informação documentária. (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005).

2.1.2 Comunicação Científica

O conhecimento científico, ou ciência, é o conhecimento obtido por meio de uma metodologia científica, ou seja, resultado de pesquisas feitas por cientistas com regras

controladas e definidas. A confiabilidade é uma das características mais importantes da ciência, pois é por meio dela que a distinção entre conhecimento popular, não científico, e ciência é feito. Para que haja confiabilidade é necessária uma metodologia científica rigorosa para a geração do conhecimento e a divulgação dos resultados obtidos pelas pesquisas e submetidos ao julgamento de seus pares, outros cientistas. A exposição e julgamento pela comunidade científica desses resultados propiciam confiança nos mesmos. Desta forma os trabalhos de intelectuais e pesquisadores dependem de um sistema de comunicação intrincado formado por canais formais e informais que são utilizados tanto para a comunicação dos resultados obtidos quanto para informar os cientistas do resultado alcançado por outros pesquisadores (MUELLER, 2000).

Cada pesquisa científica envolve diversas atividades de comunicação que produzem várias publicações durante e após seu término. São diferentes formatos como palestras, relatórios, trabalhos apresentados em congresso, livros, entre outros suportes diferentes como papel e meio eletrônico com a função de registrar autoria, informar, obter reações, indicar e localizar documentos entre outras coisas. O conjunto dessas publicações é denominado literatura científica e permite que o trabalho dos pesquisadores seja exposto aos seus pares para assim haver o consenso que confere a confiabilidade, pois sem essa literatura uma área científica não consegue o aval dos pares, os resultados vindos das pesquisas não serão validados e não serão considerados científicos e essa área científica não existirá (MUELLER, 2000).

A produção dessa literatura envolve muitas e diferentes atividades de comunicação entre os pesquisadores, antes e depois de suas publicações, essa comunicação pode ser formal ou informal. A Comunicação formal é feita por meio de canais formais como periódicos e livros, sendo os artigos publicados em periódicos científicos considerados os mais importantes. A comunicação informal é feita por meio dos chamados canais informais, incluindo comunicação de caráter mais pessoal e de pesquisa ainda não concluída como trabalhos de congresso e pesquisas em andamento. Essas atividades constituem o sistema de comunicação científica de uma determinada área da ciência, esse sistema inclui “todas as formas de comunicação utilizadas pelos cientistas que pesquisam e contribuem para o conhecimento nessa determinada área, além das publicações formais.” (MUELLER, p. 23, 2000). Já Garvey e Griffith (1979) a definem como uma comunicação com atividades que possuem associação “à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para

pesquisar até que a informação acerca dos resultados é aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos”. (GARVEY; GRIFFITH *apud* TARGINO, 2000).

Targino (2000) assevera que a comunicação científica é indispensável à atividade científica, pois ela permite a soma do esforço individual de cada membro das comunidades científicas e é a mesma que favorece a produção científica e seus pesquisadores além de promover visibilidade e credibilidade no meio social, sendo assim essencial a todos os pesquisadores. A autora afirma ainda que a comunicação científica obedece a prática estabelecida pela comunidade científica, e a define como “a totalidade dos indivíduos que se dedicam à pesquisa científica e tecnológica como grupos específicos de cientistas, segmentados em função das especialidades, e até mesmo de línguas, nações e ideologias políticas.” (TARGINO, 2000, p.10).

Com o surgimento da internet a comunicação científica passou por mudanças importantes entre elas a defesa ao acesso aberto, além do acesso a comunicação ser favorecida pelas novas tecnologias que potencializam e estimulam a criação de ambientes que reúnem periódicos com seu conteúdo integral disponibilizado gratuitamente, como exemplo o Scientific Eletronic Library Online o SciELO, uma importante fonte para pesquisadores, resultado de um projeto da FAPESP e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). (BUENO, 2010).

A produção científica possibilita a avaliação da qualidade acadêmica de um cientista, pois esses resultados representam a contribuição de um pesquisador que é usada para estimar seu crédito valor, autoridade, reconhecimento e reputação para com a comunidade científica. O parâmetro para fazer essa avaliação foi durante muito tempo a quantidade de pesquisas publicadas, porém, há um consenso de que além desses parâmetros se deve contemplar a qualidade dessas publicações e uma forma de fazer a avaliação dessa qualidade é nível de interesse pela pesquisa medida por meio da análise de citações, um dos diversos tipos de indicadores bibliométricos, gerados a partir de artigos científicos que foram publicados em periódicos . (DROESCHER; SILVA, 2014).

Os periódicos científicos surgiram a partir do século XVII com a grande mudança no meio científico quando o método científico deixou de ser a dedução e passou a ser a experiência empírica e evidências baseadas em observações, acontecimentos que caracterizaram o nascimento da ciência moderna, e com esse nascimento a comunicação passou a ser mais rápida e precisa focando em experiência ou observação específica que possibilitasse a troca rápida de

ideias. Assim o periódico científico nasce da necessidade de um meio de comunicação mais rápido que os livros e mais amplo que a comunicação oral. (MUELLER, 2000).

A função do periódico científico moderno não é apenas a divulgação dos resultados de pesquisa, mas também a comunicação formal dos resultados da pesquisa original, preservação do conhecimento registrado, estabelecimento da propriedade intelectual e a manutenção do padrão da qualidade na ciência. E mesmo mais de trezentos anos depois de seu surgimento os periódicos científicos ainda constituem o mais importante meio para a comunicação científica. (MUELLER, 2000).

Os estudos de produtividade não são exclusivos da Ciência da Informação, o autor Urbizagástegui Alvarado escreveu sobre a produtividade de autores comparando estudos realizados por psicólogos, sociólogos e bibliotecários. O autor afirma que cada profissional tem um foco diferente, os psicólogos buscam explorar a criatividade, fatores cognitivos envolvidos na existência da “inteligência” e de “gênios”, os sociólogos estão interessados nas condições sócias que tornam possível a produção desigual na ciência enquanto os bibliotecários tem como foco as “publicações”, teses, artigos, livros e etc. , uma espécie de produto objetivado da prática científica. (URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, 2006).

Dentro da Ciência da Informação a Bibliometria, assunto que será discutido em tópicos neste trabalho, possui três leis principais, duas delas tratam da produtividade sendo elas: Lei de Bradford, produtividade de periódicos; Lei de Lotka, produtividade de autores. Como apontado acima estudos de produtividade ou bibliométricos não são de exclusividade da Ciência da Informação, eles são utilizados em diversas áreas do conhecimento principalmente para obter indicadores de produção científica. (FERREIRA, 2010).

Uma das ferramentas usadas para análise da produção científica é a análise citação, considerada de grande relevância, pois contribui na identificação e descrição dos padrões da produção de conhecimento científico. Conforme Merton (1973) as citações são símbolos de conhecimento, e de acordo com Meadows (1999) citar se trata de remeter um trabalho a outro e desta forma os documentos podem se relacionar.

Ainda sobre a produção científica Vanz e Stump afirmam que em função de compreender a produção e o uso do conhecimento científico é necessário se atentar a forma como os cientistas se relacionam se organizam, se comportam e trocam informação entre si, sob essa ótica as autoras apontam que o avanço da ciência de certa forma depende da interação entre cientistas. Em certas áreas colégios invisíveis se estabelecem redes de relações informais

e outras são organizados projetos formais para a colaboração. Desde o começo dos estudos sobre colaboração na década de 1950 pesquisadores se dedicam ao estudo da colaboração científica em diversos níveis: entre indivíduos, instituições, países, setores da sociedade, áreas do conhecimento, obtendo resultados por meio de diferentes metodologias entre elas a análise de documentos, revisões, estudos bibliométricos e/ou cientométricos. (VANZ; STUMP, 2010).

Não existe um consenso quanto a uma definição da colaboração científica, pode variar de acordo com área do conhecimento e percepção pessoal do cientista. Diversos autores apresentam uma definição para o termo, debate recorrente entre eles é o nível de colaboração necessário para ser colaborador em determinada pesquisa. Os autores Katz e Martin (1997) definem colaboração científica como “[...] o trabalho conjunto de pesquisadores para atingir um objetivo comum de produzir novos conhecimentos científicos.” (KATZ; MARTIN *apud* VANZ; STUMP, 2010, p.44). Os autores destacam três motivos para a colaboração, a interdisciplinaridade da ciência atual, fatores econômicos e sociais. A interdisciplinaridade da ciência impõe a interação entre pesquisadores de diversas áreas, os fatores econômicos estão relacionados ao investimento e custo de equipamentos e os fatores sociais estão relacionados à afinidade temática, emocional ou ideológica e vínculos pessoais e profissionais do pesquisador. (VANZ; STUMP, 2010).

2.1.3 Pós-graduação

Em 1968 a Lei da Reforma Universitária foi aprovada (Lei nº 5540/68), Lei que criou os departamentos, vestibular classificatório, sistema de créditos entre outras coisas. Essa reforma ao estabelecer a indissociabilidade das atividades de pesquisa, extensão e ensino, regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores além da valorização de sua titulação e produção científica possibilitou a profissionalização desses professores e criou condições propícias para o desenvolvimento de atividades científicas no país e para o desenvolvimento da pós-graduação. O setor público foi responsável pelo desenvolvimento e modernização de um importante segmento do sistema universitário brasileiro, a pós-graduação e atividades de pesquisa (OLIVE, 2002, p,39).

Durante a ditadura os governos militares viram na formação de recursos humanos de alto nível um meio de atingir os objetivos de segurança e desenvolvimento. As universidades públicas foram escolhidas para atingir este fim, nelas primeiro foram criados os cursos de mestrado e depois de doutorado e as atividades de pesquisa foram estimuladas. Nos trinta anos

seguintes o Brasil foi capaz de construir um sistema de pós-graduação que se tornou a parte mais exitosa do seu sistema de educação, graças ao empreendimento coletivo de organismos representativos da comunidade científica, corpo docente das instituições de ensino e pesquisa e do Estado. A Constituição Federal de 1988 assegurou o ensino público gratuito em todos os níveis e a autonomia das universidades (OLIVE, 2002).

A academia tem papel central na geração de novos conhecimentos. Órgãos governamentais de fomento à produção científica como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) alocam recursos substanciais para o financiamento de pesquisas e manutenção de programas de pós-graduação. A parceria com essas instituições contribuiu para a crescente qualidade da pós-graduação brasileira, sistema que visa formar professores competentes para realizar o atendimento com qualidade das necessidades do ensino superior além de excelentes pesquisadores que assumam um compromisso com o rigor científico e resultados sociais, éticos, culturais e econômicos de seus atos profissionais (DANTAS, 2004).

Na Ciência da Informação a formação de recursos humanos ocorre em dois momentos, a graduação em Biblioteconomia ou Ciência da Informação e em um segundo momento nos cursos e programas de pós-graduação. Estes formam recursos humanos para a pesquisa e docência, em nível de mestrado e doutorado, sendo abertos a pessoas graduados de diferentes áreas, desde que dentro dos critérios de seleção estabelecidos. No Brasil a pós-graduação em Ciência da Informação começou com os cursos de especialização. O primeiro curso de pós-graduação em Ciência da Informação em nível de mestrado foi criado pelo IBICT em 1970 em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, depois disso diversos cursos foram criados, principalmente, na década de 1990 (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005).

Os cursos e programas de pós-graduação se estruturam em áreas de concentração e, dentro de cada área, existem linhas de pesquisas às quais se reúnem os professores, pesquisadores e discentes. Essas linhas de pesquisa ao longo do tempo são modificadas para absorver novos perfis e temas. Apesar de um importante crescimento na quantidade de programas de pós-graduação em CI o corpo de professores e pesquisadores ainda não é suficiente para suprir a demanda dos próprios programas de pós-graduação, que em alguns casos dependem de professores vinculados a outros departamentos ou de outras áreas. As autoras Andrade e Oliveira (2005) afirmam que a Ciência da informação no Brasil possui uma

infraestrutura favorável ao seu crescimento apesar dos desafios. O seu crescimento depende dos recursos humanos e de sua atuação profissional para torná-la uma ciência com maior visibilidade e reconhecimento na sociedade. (ANDRADE; OLIVEIRA,2005).

2.2 Racismo e preconceito

O presente tópico apresenta o conceito de racismo, preconceito, discriminação racial. Os subtópicos seguintes trata da formação da sociedade brasileira, relações raciais no Brasil e racismo e mercado de trabalho. Todos eles são assuntos relevantes para o presente trabalho de acordo com os objetivos da pesquisa. Os temas abordados neste capítulo são fundamentais para a compreensão do cenário das relações raciais no Brasil e para entender a desigualdade social existente em nossa sociedade.

Em seu artigo “Racismo e antirracismo no Brasil” o autor Antonio Sérgio Alfredo Guimarães faz uma análise do racismo no Brasil, discute raça e cor e por meio dessa análise chegou a uma definição do racismo no Brasil, um racismo “Sem cara, travestido em roupas ilustradas, universalista, tratando-se a si mesmo como antirracismo e negando como antinacional a presença integral do afro-brasileiro ou do índio-brasileiro.” (GUIMARÃES, 1995, p.42). O autor ainda assevera que, para esse racismo brasileiro, “o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano).” (GUIMARÃES, 1995, p.42).

Gomes (2005) aponta alguns estudiosos que pesquisam sobre racismo, Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d’Adesky. A autora afirma que esses autores apontam o racismo como um comportamento social presente na história humana e que é transparecido de diversas formas em contextos e sociedades diferentes, e ainda aponta que também se expressa em duas formas interligadas, a individual e a institucional.

O racismo individual se manifesta por meio de atos discriminatórios individuais, indivíduo contra indivíduo. O institucional se manifesta por meio de práticas discriminatórias estimuladas pelo Estado ou com seu apoio indireto. A primeira forma se manifesta por meio de agressões físicas, destruição de bens e até mesmo assassinato. A segunda se manifesta por meio de isolamento de negros em escolas, determinados bairros e empregos, e em propagandas da mídia que retratam os negros de forma indevida e equivocada além de nos livros didáticos, eles serem retratados de forma estereotipada, imagens deturpadas e ausência de histórias positivas (GOMES, 2005). Um exemplo claro da ação e feito desse racismo é apontado por Lélia

González e Abdias do Nascimento no subtópico 2.4.4 que tratará de suas experiências dentro do ambiente acadêmico.

Assim a autora define racismo como “um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc.”(GOMES, 2005, p. 52) e como “um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2005, p. 52).

O preconceito se trata de “um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo.” (GOMES, 2005, p.54). Este tem como característica uma inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em consideração fatores que o contestem, além de manter uma opinião ou conceito formados anteriormente sem maior conhecimento dos fatos. O preconceito impede uma abertura a um conhecimento mais aprofundado da questão. Nogueira (2006) define preconceito racial como

[...] uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece.” (NOGUEIRA, 2006, p.292).

Muitas pessoas não gostam de se assumir preconceituosas e segundo Gomes (2005) os brasileiros negam seu preconceito. Mas, ao serem perguntados sobre, por exemplo o que acham do casamento de algum parente com uma pessoa negra, não gostam da ideia, e, geralmente, atribuem casamentos interraciais a interesse, ainda fazendo piadas sobre negros que carregam uma ideia de inferioridade racial, coisa que os negros lutam contra. Então apesar de se negarem preconceituosos e afirmarem que no Brasil não tem preconceito por conta da mistura de raças, todas as situações apontadas acima confirmam a existência de preconceito racial em nossa sociedade. (GOMES, 2005).

O preconceito é aprendido socialmente, ninguém nasce preconceituoso, essa atitude é fruto do processo de socialização do indivíduo. O primeiro julgamento racial das crianças vem do seu contato com o mundo adulto e à medida que observa o tratamento negativo dispensado a negros, índios, mulheres, idosos etc. os absorvem e podem assim reproduzir essas atitudes raciais negativas. Assim Gomes (2005) afirma que “A perpetuação do preconceito racial em

nosso país revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para operar as desigualdades raciais dentro da sociedade.” (GOMES,2005, p.55), desta forma a autora assevera que é necessário discutir formas de superar o preconceito e o racismo.

Quanto à discriminação racial, Fleuri (2006) define como “todo ato destinado a inferiorizar um indivíduo ou um grupo, por ter uma determinada proveniência étnica.” O autor ainda afirma que “trata-se de uma formulação ideológica, na medida em que traduz determinados juízos intencionais construídos pelos grupos para especificar uma etnia.” (FLEURI, 2006, p. 498). A discriminação racial é definida por Gomes (2005) como “a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.” (GOMES, 2005, p. 55). A autora ainda destaca que a discriminação não é produto direto do preconceito, afirmando que a discriminação pode ser originada de outros processos políticos, sociais e psicológicos indo além do preconceito desenvolvido pelo indivíduo. A autora aponta dois tipos diferentes de discriminação apresentadas por Luciana Jaccoud e Nathalie Begin (2002), a direta e a indireta. A direta seria derivada de atos concretos de discriminação, o indivíduo discriminado é excluído claramente em razão de sua cor, a indireta de práticas empresariais, administrativas ou políticas públicas que aparentam serem neutras, mas na verdade possuem grande potencial discriminatório.

Segundo essas autoras a discriminação indireta alimenta estereótipos sobre os negros e é praticada disfarçadamente em práticas institucionais ou administrativas. A análise de indicadores de desigualdades entre grupos é apontada como forma de tornar essa discriminação visível e assim combatê-la. A autora ainda afirma que a discriminação indireta “é identificada quando os resultados de determinados indicadores socioeconômicos são sistematicamente desfavoráveis para um subgrupo racialmente definido em face dos resultados médios da população.” (GOMES, 2005, p. 56). O pouco sucesso de estudantes negros no ensino fundamental é dado como exemplo dessa forma de discriminação (GOMES, 2005).

2.2.1 O racismo e a formação idealizada da sociedade brasileira

Para entender o racismo no Brasil é preciso olhar para sua formação. Durante a escravidão mecanismos foram criados para a exclusão do negro da sociedade, após a abolição em 1888 o Brasil passou por um momento de transição da mão de obra escrava para a mão de

obra livre. Até mesmo antes da abolição oficial da escravidão, o trabalho de negros libertos foi preterido pelo trabalho de imigrantes europeus. Assim o racismo que nasce no Brasil com a escravidão se consolida após a abolição e opera de forma estrutural (THEODORO, 2008).

O Estado à época garantiu a exclusão do negro de duas principais formas, com a Lei nº601/1850, conhecida como a Lei de Terras que definia a compra como único meio de aquisição de propriedades, assim dificultando o acesso dos escravos libertos às terras e os obrigando a permanecer nas fazendas em que trabalhavam. A preferência na contratação de imigrantes europeus a negros libertos ou ex-escravos (aqui a diferença entre um e outro é que negros libertos foram aqueles que conseguiram a liberdade antes da abolição ex-escravos apenas após a abolição), foi outra forma de exclusão pelo Estado, que por preconceito custeou a vinda de europeus para o Brasil ao invés de contratar mão de obra nacional, pois tinham os negros como indisciplinados. A vinda de imigrantes para o Brasil começou trinta anos antes da abolição de acordo com Theodoro (2008), e além de substituir a mão de obra de negros teve como objetivo o “branqueamento” da população brasileira. Assim além de não ter nenhum amparo do Estado, nenhuma política pública que garantisse sua integração à sociedade, a população negra acabou ficando à margem da sociedade, em posição subalterna realizando pequenos serviços para sobreviver. Essa exclusão de uma parcela da sociedade na formação do mercado de trabalho livre no Brasil criou um excedente na força de trabalho que gerou o que hoje se chama “setor informal”.

Essas políticas públicas tiveram como base teses que afirmam uma inferioridade biológica do negro que vigoraram até a década de 30. A dificuldade que o negro encontrava de se inserir no mercado de trabalho foi usada para afirmar sua inferioridade. Assim a população negra era vista como um obstáculo para o desenvolvimento nacional e o embranquecimento da população deveria acontecer através da mestiçagem. (THEODORO, 2008, p. 9-39).

Apesar de a abolição coincidir com o nascimento da República em 1889, as oportunidades da população negra não foram ampliadas. A desigualdade racial foi naturalizada com base nas ideologias racistas e se acreditava em uma hierarquia racial. Essas teses de inferioridade racial do negro foram reinterpretadas e com a crença na superioridade dos brancos através da miscigenação o negro desapareceria. Assim como o negro era visto como algo negativo o “mestiço” era tido como algo bom, sinal do esperado branqueamento da população. Esse grupo de “mestiços” tinha à época uma relativa mobilidade social os permitindo continuar em seu caminho ao ideal, ou seja, o branco. Desta forma o início da República não teve como

objetivo a igualdade racial, pelo contrário, acreditava no desenvolvimento da nação através de um “aprimoramento racial”, influenciando na tomada de decisão de políticas públicas, o que acabou afetando a população de ascendência africana, contribuindo para o aprofundamento da desigualdade racial (JACCOUD, 2008, p.49).

Nas décadas de 1920 e 1930 esse ideal de branqueamento se consolidou no Brasil apesar do enfraquecimento das teorias deterministas da raça. A partir da década de 1930 o discurso racista foi sumindo do campo político e em seu lugar um discurso de harmonia das raças tomou seu lugar, afirmando ainda que o País não enfrentava os problemas raciais observados em outras nações. Progressivamente a raça como conceito usado na interpretação da sociedade brasileira perde força e a desigualdade racial deixa de ser explicada biologicamente e passa a ser explicada pela dimensão social e cultural. Em 1940 surge o termo “democracia racial” que ganha destaque no debate nacional a partir da obra de Gilberto Freyre Casa grande e Senzala que trata da formação do Brasil. Esse termo caracteriza uma boa convivência entre as raças, uma tolerância, descrevendo a escravidão e a mestiçagem de forma quase romantizada, porém ainda colocando o negro como inferior e enaltecendo a sua mistura com o branco. Essa democracia racial passou a descrever a experiência das relações raciais brasileiras. (JACCOUD, 2008, p. 51). Nilma Lino Gomes aponta a democracia racial como “uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento” (GOMES, 2005, p. 57).

Esse processo de substituição do discurso racista pelo mito da democracia racial alterou o debate sobre a questão racial no Brasil, o projeto nacional de embranquecimento da população deu lugar a valorização e afirmação de um “povo brasileiro” que se formou através da miscigenação, concebendo uma nação integrada ainda que heterogênea. Com o regime militar o mito da democracia racial foi transformado em dogma e a questão racial não fez parte do debate público até a redemocratização quando passa a ser discutido, mas, inserido em um contexto mais amplo de justiça social e distribuição de renda. Os estereótipos e preconceitos raciais acabaram por continuar interferindo no acesso a oportunidades, competição social e mobilidade intergeracional, assim restringindo o lugar social do negro (JACCOUD, 2008, p.52).

Todavia alguns autores não veem a democracia racial como um mito, como é o caso de Peter Fry que a descreve como “um ideal a ser alcançado, um mito no sentido antropológico do

termo: uma maneira específica de pensar um arranjo social em que a ancestralidade ou a aparência do indivíduo deveriam ser irrelevantes para a distribuição dos direitos civis ou dos bens públicos”(FRY, 2005, p.17). O autor com base em sua experiência de estudo na África do Sul, Zimbábue, Estados Unidos entre outros, os compara com o Brasil e afirma que a Democracia racial não deveria ser vista de forma negativa e sim como “um importante valor que, certamente, não impede o racismo, mas que o define como anátema” (FRY, 2005, p.33). Fry discorda do movimento negro e dos acadêmicos que repudiam a “democracia racial”.

Abdias do Nascimento tem uma posição diferente e assertiva do que é a “democracia racial”, e uma definição bastante completa, o autor a entende como:

[...] a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais do governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.(NASCIMENTO, 2016, p.111).

O ideal de democracia racial vigorou até o final dos anos 1980 praticamente sem contestação, quando no início da década a questão racial passou a ser destaque no debate nacional mais uma vez, todavia, não como motivo para o retardo do desenvolvimento brasileiro ou como agente consolidador na nação, mas sim como uma “consequência de sua construção incompleta.” (JACCOUD, 2008, p.53). Apesar de serem progressivamente reconhecidas, as desigualdades sociais eram interpretadas como o resultado de um acúmulo de carências dos negros, e do despreparo para se inserir no mercado de trabalho moderno, entretanto ao decorrer do século XX o país passou por diversas mudanças sociais como urbanização, ampliação de oportunidades, tanto culturais como educacionais, e a modernização da economia, mas de acordo com Jaccoud “não se observou uma trajetória de redução das desigualdades sociais.” (JACCOUD, 2008, p.53).

2.2.2 Relações raciais no Brasil

O estudo das relações raciais, de acordo com Guimarães (1999), foi de inspiração norte-americana. Cientistas sociais tomaram como padrão as relações raciais nos Estados Unidos e a usaram para comparar com outras sociedades e assim compreender a construção social das relações raciais.

Este tema no Brasil também é de interesse acadêmico e foi objeto de diversos estudos produzidos ao longo do tempo. Oracy Nogueira (2006) os dividiu em três correntes, a primeira sendo aqueles que investigam a influência das culturas africanas na cultura brasileira, a segunda

investiga a inserção do negro na sociedade brasileira, e a terceira a investigação sociológica que busca entender as relações entre brancos e não brancos (negros e pardos). Esses estudos foram feitos em diferentes regiões tanto em zonas rurais quanto urbanas buscando abranger diversas situações. O trabalho realizado por Donald Pierson na Bahia de 1935 a 1937 e publicado em 1947 inaugurou a investigação da relação entre brancos e não brancos, este trabalho foi muito citado por Thales de Azevedo (1953).

Em seu estudo sobre as relações raciais na Bahia, Azevedo (1953) traz um quadro muito interessante da sociedade brasileira e os reflexos de sua formação. Como prova das boas relações raciais o autor aponta a quantidade de “mestiços” presentes no estado e como no dia a dia, indivíduos negros, brancos, mulatos e morenos convivem normalmente. O autor assevera que a “mestiçagem” não era proibida por lei e nem socialmente desaprovada contanto que não alterasse a estrutura de classe, ou seja, a elite predominantemente branca.

Essa aparente boa relação passava uma imagem de sociedade sem preconceitos de raça ou cor. Ao falar da “mestiçagem” e de como ela ocorreu na Bahia, através do “interesse” de Portugueses por mulheres africanas, Índias e negras já nascidas no Brasil, a violência e o estupro que essas mulheres sofreram é amenizado, como afirma Djamila Ribeiro (2018) “É importante ressaltar que a miscigenação muitas vezes louvada no país também foi fruto de estupros cometidos contra elas (mulheres negras). Essa tentativa de romantização da miscigenação procura escamotear a violência.” (RIBEIRO, 2018, p.117). Azevedo (1955) atribui essa aparente boa relação entre as raças ao tratamento dado aos negros escravizados libertos por alguns donos e pela Igreja Católica, que os catequizava. O autor afirma que a situação das “pessoas de cor”, como ele se refere aos negros e pardos, mudou para melhor desde o fim da escravidão, e que apesar da ausência de auxílio para tal, mais de 50% dos negros eram a época alfabetizados e mais de 60% de pardos acima de cinco anos também.

Apesar de falar em uma boa relação inter-racial, Azevedo (1955) em sua pesquisa desmascara o preconceito existente, principalmente ao falar da formação da sociedade baiana que atribui a falta de crescimento do estado à época aos negros. Os termos “mulato” e “mestiço” eram usados para caracterizar aspectos morais ruins associados a “pessoas de cor”, enquanto negros eram mal vistos e considerados de inteligência inferior, os “mulatos” não tinham sua inteligência e capacidade questionados contanto que não se aproximam dessas tais características, como falar alto etc.

Por essa característica da mistura e suposta boa convivência das raças no Brasil, diferente dos Estados Unidos onde o preconceito é escancarado e existe a segregação bastante aparente, é que por muito tempo se acreditou que não existia preconceito. Nogueira (2006) criou um quadro de referência das relações raciais no Brasil e Estados Unidos com base na literatura sociológica sobre a questão racial e conhecimento direto em ambos os países. O autor chama o preconceito no Brasil de preconceito de marca e nos Estados Unidos de preconceito de origem, esses dois termos foram criados a partir de uma sistematização da terminologia já utilizada por outros autores ao se referir ao preconceito. Quanto ao significado do termo preconceito de marca o autor determina “Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca.”(NOGUEIRA, 2006, p.292). E o preconceito de origem o autor define como “Quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.” (NOGUEIRA, 2006, p.292).

Durante as doze diferenças listadas os exemplos e argumentos usados pelo autor são característicos a época em que realizou seu estudo (década de 50) quando nos Estados Unidos a segregação racial ainda era vigente. É importante salientar as diferenças entre os dois países, pois a situação racial nos Estados Unidos por muito tempo foi usada para afirmar que não havia preconceito no Brasil, por não ser tão visível quanto lá.

Essas proposições apresentadas por Nogueira (2006) demonstram a influência do racismo nas relações interpessoais e no modo de ser dos indivíduos, além de ser um ponto de partida para outras pesquisas que possam verificar se com o passar do tempo houve alguma mudança. Fica claro também o racismo velado no Brasil e as nuances na forma que ele atua, o uso de diferentes termos nas relações pessoais com receio de ofender, e até mesmo o uso da raça como ofensa. A variedade do uso de termos será discutida no sub-tópico 2.3.1.

2.2.3 Colorismo

Como apresentado em tópicos anteriores às relações raciais no Brasil são marcadas pela mistura de diferentes etnias e que apesar dessa mistura o racismo e a discriminação racial são muito presentes nessa sociedade. Novas formas de discriminação então surgem como é o caso do colorismo, “... um tipo de discriminação baseado na cor da pele onde, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão em sociedade.”

(SILVA, 2017, p.3). Esse tipo de discriminação também denominado de pigmentocracia tende a definir alguém pela cor da pele, onde a tonalidade da pele será fundamental para o tratamento dispensado a essas pessoas, independentemente de sua origem racial.

De acordo com Silva (2017) o processo de branqueamento que a sociedade brasileira passou resultou nesse novo tipo de discriminação, onde quanto mais próximo dos fenótipos brancos mais “aceito” o indivíduo seria. Porém não seria de fato aceito e sim tolerado, é o racismo dentro do racismo, onde a branquitude não está interessada em de fato combater a desigualdade racial. Ao permitir a entrada de negros de pele mais clara em ambientes predominantemente brancos cria-se a ilusão de inclusão quando na verdade os negros de pele retinta permanecem excluídos.

Francisco (2018) em seu artigo aponta a pouca quantidade de trabalhos acadêmicos sobre colorismo e afirma ainda que são importantes para a maior compreensão das relações raciais no Brasil. Carneiro (2005) também fala do processo de embranquecimento, a autora afirma que o negro de pele mais clara seria o estágio mais avançado de um ideal estético humano que os negros de pele retinta deveriam perseguir por meio de diferentes mecanismos de embranquecimento, assim ensinando aos negros o que devem querer ser e a não saber o que são. A miscigenação aparece como um meio de fugir do estigma da negritude, um cabelo liso, um par de olhos verdes ou uma pele um pouco mais clara é suficiente para alguém descendente de negros se afirmar pardo ou branco ou como aponta a autora ser “promovido” socialmente a essas categorias.

Quanto ao conceito de colorismo Devulsky (2018) entende que

o colorismo está baseado na ideia de que existe um fenótipo (isto é, um conjunto de características físicas) normalizado: o europeu. O ideal, segundo essa lógica, é ser alto, ter a pele clara e os traços que remetem à "raça ariana". “Quanto mais próximo se chega disso, maior a percepção de competência e beleza dessa pessoa”. (DEVULSKY apud FRANCISCO, 2018), p. 103.

O autor Munanga (2004) afirma que os negros de pele retinta interiorizam os preconceitos negativos contra eles e na tentativa de se salvar assimilam os valores culturais do mundo branco dominante, assim acabam se alienando o que dificulta a solidariedade necessária para o processo de identificação e de identidade coletiva. Ao falar de relações raciais no Brasil no subtópico 2.2.2 uma comparação com a situação racial nos Estados Unidos é feita, e uma delas fala justamente da reação do grupo discriminado ao preconceito.

Ainda segundo Francisco (2018), o colorismo apresenta interseccionalidade com as questões de gênero, uma vez que homens e mulheres negros são representados de maneira diferente de acordo com a pigmentação de sua pele. As mulheres negras de pele mais escura são representadas na mídia em empregos de baixa ou pouca escolaridade, e a mulher negra de pele mais clara aparece como mais educada.

O assunto raça e racismo já foi abordado no presente trabalho, o autor Francisco (2018) também trata desses assuntos em seu artigo, afirma que a mestiçagem foi usada como uma política pública para a erradicação da população negra. O autor também aponta que, biologicamente, as raças não existem, o autor Munanga (1986) assevera que o conceito de raça hoje empregado é carregado de ideologia e serve para esconder algo não proclamado, a relação de poder e de dominação como “um instrumento de violências baseado na superioridade intelectual e física do povo branco em detrimento dos povos negros, indígenas, asiáticos que sofreram espoliações, roubos, estupros por meio da colonização.” (FRANCISCO, p. 105, 2018).

Quanto à compreensão do racismo na sociedade Moore (2007) afirma que o fenótipo serve de linha de demarcação entre grupos raciais, além de ponto de referência em torno do qual se organizam discriminações raciais. É importante o estudo do colorismo para compreender melhor as relações raciais no Brasil, a negação do racismo, comum em países latino-americanos, é um mecanismo de manutenção do poder da população branca e dificulta a mobilidade social dos grupos negros. Dificuldade essa que se dá por meio da discriminação racial. A discriminação racial é utilizada pela branquitude como um mecanismo que “atribui valores diferenciados a indivíduos de descendência negra em que a gradação de cores presentes na negritude serve ao racismo como instrumento de desvalorização quanto maior sua aproximação com a raça negra.” (FRANCISCO, 2018, p. 107).

2.2.4 Racismo e mercado de trabalho

Ao falar em relações raciais no Brasil é importante falar da relação mercado de trabalho e racismo, pois afeta de maneira direta a vida e o desenvolvimento econômico-social da população negra brasileira. Ao analisar os dados do estudo sobre o mercado de trabalho durante a década de 1990 realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publicado em 2001, a autora Geruza de Fátima Tomé, afirma que a maior participação dos negros no mercado de trabalho é nas faixas etárias mais extremas,

antes dos 16 anos e depois dos 40 anos. Esses números apontam para uma maior necessidade da população negra se inserir no mercado de trabalho na infância e trabalhar por mais tempo. Desta forma aqueles que começam a trabalhar mais cedo têm menos tempo para investir em uma educação de qualidade assim permanecendo em ocupações precárias, e por ter um rendimento abaixo do mínimo necessário para uma vida digna permanece trabalhando em sua velhice e dependente da ajuda de familiares mais novos para complementar a renda, isso acaba se tornando um ciclo vicioso. Tomé (2001) ainda afirma que a alta taxa de desemprego da população negra se devia ao baixo nível de escolaridade e que a forma de mudar seria dar acesso à educação de qualidade para que assim as taxas se igualassem ao dos que a autora chama de “não-negros”. Entretanto ao analisar as taxas de desemprego pelo nível de escolaridade e cor da pele os negros ainda sim apresentaram números maiores que os “não-negros”. Outro ponto levantado é que, apesar de uma diminuição do desemprego entre negros e “não-negros” com o grau superior, a presença de negros nas faculdades a época era inexpressiva em termos quantitativos, o que acaba por influenciar na diminuição desta distância estatística. (TOMÉ, 2001).

As autoras Santos e Scopinho (2011) em seu artigo “Fora do jogo?: jovens negros no mercado de trabalho” ao analisar a realidade do jovem negro no mercado de trabalho formal apontam que eles não estão excluídos mas sim participando de forma precária e desigual em relação aos brancos assim sua raça acaba os tornando vulneráveis a instabilidade do mercado, o desemprego sendo mais frequente entre eles assim como os menores salários, funções subalternas e a informalidade.

Em um estudo baseado na PNAD de 1996 Osório (2003) concluiu que a origem social e a educação são fatores determinantes na posição das pessoas na estrutura social e apontou ainda uma segmentação no mercado de trabalho, onde os negros inserem-se não só, mas principalmente em trabalhos manuais, serviços braçais e pesados. As barreiras raciais não impedem a presença de negros nas camadas privilegiadas da sociedade, porém os predispõem a permanecerem concentrados nas posições sociais subalternas. Fica clara a unanimidade de cientistas sociais quanto à existência de desigualdades raciais no mercado de trabalho no Brasil.

Para medir as desigualdades raciais Pedro C. Chedarevian (2011) fala da história dos indicadores criados para este fim. No Brasil essa questão só se tornou tema de debate nas ciências sociais no final da década de 1960, foi constatado que o modelo de desenvolvimento apoiado pelos militares resultava em uma rápida concentração de renda e recursos. A década

de 80 foi descrita por críticos como uma "década perdida" por conta das baixas taxas de crescimento também pelo crescimento do fenômeno da desigualdade. Apesar do consenso quanto à existência de desigualdades raciais no mercado de trabalho no Brasil o mesmo não pode ser dito quanto ao nível dessas desigualdades ou quanto a sua evolução nos últimos anos. Apesar de constatarem a existência de discriminação racial no mercado de trabalho alguns economistas ressaltam que isso tem pouca influência nas oportunidades econômicas das pessoas. O autor atribui essa contradição a forma que o impacto que o racismo tem no mercado de trabalho é analisado e a falta de um indicador consistente que seja capaz de "sintetizar um quadro de discriminação racial e compará-lo a situações distantes no tempo e no espaço é também parte do problema". Desta forma não é possível medir adequadamente e de forma simplificada a distância socioeconômica entre brancos e "não brancos" em diferentes países como é o caso do índice de desenvolvimento humano (IDH) que mede o bem estar das sociedades por exemplo.

Vale ressaltar ainda a importância do sociólogo Du Bois que em 1899 chamou atenção para a grande desigualdade presente nas elites dos Estados Unidos, também para a grande concentração de "não-brancos" em empregos manuais, serviços domésticos e na pobreza. Foi também Du Bois quem refutou o valor científico de estudos que tratavam das diferenças culturais e biológicas entre as raças além de usar a estatística para criticar o racismo ao invés de instrumento para legitimá-lo como vinha sendo feito. Com o estudo realizado o autor chegou à conclusão de que a desigualdade racial de desenvolvimento piorou nos últimos vinte anos no Brasil, alcançando um nível de desigualdade racial semelhante ao existente nos estados unidos no final do período segregacionista na década de 1950, por exemplo. O autor afirma ainda que observou uma tendência à piora na desigualdade racial de rendimentos, e por fim o autor afirma que " apenas uma intervenção no funcionamento do mercado de trabalho, à luz das políticas aplicadas em países como os EUA e a GB, no sentido de interromper a atuação de mecanismos de discriminação, será capaz, hoje, de diminuir a distância que separa negros e mestiços de brancos na estrutura de classes e de rendimentos na economia brasileira." (CHEDAREVIAN, 2011).

Quando se fala em desigualdade racial no mercado de trabalho é de suma importância mencionar o segmento mais afetado pela mesma, em uma pesquisa realizada por Giselle Pinto, os dados quantitativos oriundos de indicadores sociais a partir dos anos 2000 que fizeram o recorte de raça e gênero foram utilizados como base. Ao analisar esses dados, Pinto (2006)

assevera que a mulher negra, em todas as regiões do país, apresenta a maior taxa de desemprego com o rendimento sistematicamente inferior aos de “não-negros” seja qual for o atributo ou situação escolhida para fazer tal análise, e ainda existem fatores que as desfavorecem como: a entrada precoce no mercado de trabalho, porém em subempregos, postos de trabalho precários e também atividades não qualificadas. Outro fator destacado pela autora que torna bastante visível a posição desfavorável vivenciada pela mulher negra no mercado de trabalho é a possibilidade de crescimento profissional, sua ascensão social, ou seja, presença em cargos de planejamento e diretoria é três vezes menor do que a de as outras mulheres “não-negras” entre todas as regiões do país. Essa grande diferença entre os segmentos se dá principalmente por suas condições sociais, uma delas sendo o acesso à educação, que é uma forma de mobilidade social. Ainda de acordo com Pinto (2006) a desigualdade social resulta da injusta distribuição de riqueza e políticas que beneficiam grupos que já são privilegiados na sociedade em detrimento dos trabalhadores além do comportamento discriminatório e diferenciação difundidos historicamente em todo o país e a forma de combatê-la e chegar a cidadania plena com igualdade de oportunidades, justiça social e a possibilidade de obter uma plena realização de suas capacidades é por meio da construção da igualdade racial no Brasil.

2.3 Classificação de cor e raça

É de grande importância para o presente trabalho compreender a complexa classificação de cor e raça no Brasil, pois para alcançar o objetivo de conhecer a participação de negros na comunidade científica da área de Ciência da Informação no Brasil será preciso levantar a cor/raça desses pesquisadores por meio da autodeclaração, além da necessidade de conceituar raça no Brasil para entender sua dinâmica histórica e como utilizar essas classificações para fins práticos e metodológicos da pesquisa além de alcançar uma melhor análise dos resultados. Por se tratar de um assunto complexo além da classificação de cor e raça os termos e conceitos utilizados na discussão sobre raça no Brasil também foram abordados.

O primeiro censo oficial brasileiro foi feito em 1872 com quatro categorias de classificação racial: Preto, Pardo, Branco e Caboclo, este último se referindo aos indígenas. Esses termos de cor eram os mais usados entre todas as variações da época, como forma de classificação e hierarquização social. Os termos “preto” e “pardo” eram somente aplicados aos escravos. No segundo censo em 1890 o termo mestiço substituiu o pardo. Nos censos seguintes a informação sobre raça da população não foi coletada, apenas em 1940 a raça

voltou a ser coletada, porém, com mudanças, o termo mestiço foi substituído por pardo e devido ao fluxo migratório asiático a categoria amarela foi criada. Não havia uma categoria específica para indígenas, que só passou a fazer parte do censo em 1990. Do censo de 1940 até 1991 a categoria era apenas de “cor” e a partir do censo de 1991 com a inclusão do termo “indígena” que passou a se chamar “classificação de cor ou raça”, assim tendo o formato usado até hoje com as cinco categorias: Preto, Branco, Pardo, Amarelo e indígena. (OSORIO, 2004, p.105) De acordo com Paixão e Carvano (2008), o recenseamento de 1940 foi marcado pelo surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fundado em 1938, o instituto era considerado de grande qualidade para a época.

Paixão e Carvano (2008) ainda afirmam que no recenseamento de 1940 o termo “pardo” foi usado para identificar todos os casos que não se adequassem as outras categorias ou as pessoas que não respondessem ao quesito e no censo de 1950 o termo voltou a ser um item específico, ou seja, designado para aqueles que se identificassem como “mestiços”, “mulato”, “mameluco” etc. O recenseamento de 1960 introduziu modificações metodológicas e tecnológicas importantes, apesar de apresentar problemas técnicos a época, foi o primeiro recenseamento Brasileiro a ser processado eletronicamente e por isso as informações coletadas podem ser resgatadas em seu formato de micro dados além das publicações impressas.

O sistema classificatório brasileiro é único, não existindo um sistema internacional para etnias ou raças. A história de cada sociedade delimita suas fronteiras entre seus grupos sociais. Por exemplo, na Índia a orientação religiosa é pesquisada como qualificador étnico, apenas outros dois países além do Brasil pesquisam a raça de sua população, sendo eles Estados Unidos e Canadá, com a diferença de que nesses países há uma consideração sobre a origem étnica de sua população. O Canadá em especial faz uso dessa origem étnica para desenvolver políticas públicas para a equidade em oportunidades de emprego (OSORIO, 2004, p. 106-107).

Quanto à forma que o levantamento domiciliar do IBGE coleta informações sobre a cor ou raça dos residentes, Paixão e Carvano (2008) afirmam que é feita por meio do sistema de autoclassificação, a pergunta “a sua cor ou raça é?” é feita aos entrevistados e as categorias Branca, Preta, Amarela, Parda e Indígena são apresentadas em seguida. Já Osório (2004) afirma que o método utilizado pode ser tanto auto quanto heteroatribuição. Os entrevistadores são instruídos a não interferir na escolha do entrevistado, nem sempre todas as pessoas do domicílio estão presentes ou podem ser entrevistadas, como o caso de bebês e crianças. Assim, os

responsáveis respondem por eles, sendo feito por pessoas próximas não havendo razão para inferir, visto que o termo utilizado não seria muito diferente do que a pessoa escolheria.

A classificação racial é flexível, pois leva em consideração a situação social em que o indivíduo está inserido e tem como objetivo a aproximação “[...] de uma caracterização sociocultural local.” (Osório, 2004, p.114). O vocabulário utilizado pelos brasileiros para classificação racial é vasto e diverso e como afirma Valle Silva (1996), varia regionalmente.

Uma pesquisa quanti-qualitativa feita por Livio Sansone (1996) nos anos noventa em Salvador - Bahia, estuda a autoimagem da população de dois bairros, Caminhos de Areia e Camaçari, analisando os termos raciais utilizados pelos entrevistados para se autodeclararem. Trinta e seis termos diferentes foram empregados nos dois bairros estudados, para simplificar os termos foram divididos em quatro grandes grupos de cor: branco, moreno, mulato/pardo, preto/negro. O autor fala da complexidade da criação da identidade negra e das relações raciais em Salvador, que se dão pela história das relações raciais no Brasil. Essa complexidade ficou evidente nos resultados da pesquisa, nos casos em que alguns entrevistados se declaravam de uma cor mais clara do que fato eram e fazendo o mesmo com familiares e, às vezes, até com vizinhos e amigos mais próximos. O uso do termo “moreno” aparece como forma de clarear o indivíduo porque termos como “Preto” ou “Negro” carregam muitos estereótipos e uma carga negativa. (SANSONE, 1996).

Essa tentativa de clareamento através dos termos de classificação também foi identificada por Teixeira (2003) em sua pesquisa, uma aluna em depoimento diz que suas clientes dizem que ela não é preta, a negando, ela afirma ser negra e querer ser negra, em outro depoimento, outra aluna afirma que as pessoas a chamam de termos como “moreninha” “mulatinha”, “escurinha”, entretanto ela também afirma ser negra. Isso acontece, pois o medo de ofender e as relações de amizade levam as pessoas a tentarem usar um termo tido como positivo a exemplo “Moreno”, “Moreno Claro”, “Moreno Escuro” etc., termos esse que apareceram na pesquisa de Sansone (1996).

O autor identificou o uso de subsistemas na classificação de cor na vida cotidiana, a terminologia da cor empregada pode mudar de acordo com algumas variáveis como faixa etária, renda, nível educacional, momento do dia ou contexto como trabalho, lazer e família. Para ilustrar isso o autor dá um exemplo de alguém buscando um emprego, procura-se minimizar a diferença de cor, evitando usar o termo “Negro” e fazendo uso de termos como “moreno”, “Escuro” ou “Pardo”. (SANSONE, 1996, p.174-175)

Outra questão identificada através da resposta dos entrevistados foi à relação entre os termos empregados para se autodeclarar com a classe social e suas aspirações. Os mais jovens escolarizados utilizaram o termo “Negro”, encarado como uma categoria político-cultural que carrega uma conotação positiva, porém poucos entrevistados o utilizaram. Duas maneiras de não se assumir como “Negro” foram identificadas, a primeira sendo o uso de termos como “Moreno”, “Pardo” e “Escuro” por pessoas que esperam ascender socialmente e que possuem uma renda melhor e a segunda o uso do termo “Preto” por pessoas que já aceitaram uma imobilidade social, com renda e escolaridade baixas. Como dito anteriormente esse termo carrega uma conotação e características negativas, associada à falta de educação e a pobreza. (SANSONE, 1996, p.176). Todavia ao propor pesquisar sobre o uso do termo “Moreno”, Nelson do Valle Silva (1996) utilizou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 feita pelo IBGE, e afirmou que a preferência por esse termo vinha de uma rejeição ao termo “Pardo” e também do ideário de uma “Democracia Racial” do Brasil com até indivíduos fenotipicamente brancos se autodenominando “Moreno”.

Devido essa grande variedade de termos empregados pela população para a classificação racial o sistema classificatório fechado do IBGE já sofreu algumas críticas, sendo questionado se informações importantes não seriam perdidas diante da riqueza de termos existente. A inclusão de mais termos ou até mesmo a escolha livre dos termos foram cogitadas como solução, entretanto na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1976 a escolha livre de termos foi incluída e as respostas foram comparadas com as da classificação dos termos pré-definidos, sendo eles branco, preto, amarelo e pardo (em 1976 o termo indígena ainda não tinha sido incluído como dito anteriormente). Na classificação livre 136 termos diferentes foram empregados, todavia, os quatro termos da classificação pré-definidos apareceram em 57% das respostas espontâneas, 38% se concentraram nos termos “morena”, “morena-claro” e “claro”. Portanto apesar da rejeição a alguns dos termos pré-definidos, como “pardo” as pessoas conseguem se encaixar em algum dos termos. (OSORIO, 2004, p.114-115).

Essa rejeição ao termo “pardo” como destaca Osorio (2004) se deve a conotação negativa ligado a ele, o termo não é ruim em si e significa um tom de marrom, mas remete ao mestiço, ao “branco sujo”, o impedimento da realização do Brasil branco e europeizado. Esse termo vem sendo empregado em levantamentos sobre a composição racial desde pelo menos 1798 claramente não se trata de um termo recente. Devido a diversas questões históricas como o mito da democracia racial o termo “moreno” passou de algo pejorativo a algo valorado no

começo do século XX, pois era aplicado a pessoas brancas e não implicava ascendência africana além de ser um sinal do “embranquecimento” da população, um “produto final” da miscigenação.

Em seu estudo sobre a morenidade Valle Silva (1996) aponta a ligação entre a declaração racial dos morenos e sua situação socioeconômica, os que espontaneamente se declararam morenos e mais tarde pretos estão em uma situação socioeconômica ruim. Os que espontaneamente se declararam morenos e depois brancos estão em situação pior do que aqueles que espontaneamente se declararam brancos, ou seja, quanto mais escura a classificação pior a situação socioeconômica. O termo “moreno” faz parte da estrutura racista do Brasil e remete a tentativa de embranquecimento da população e devido a sua subjetividade, e até mesmo o uso para descrever pessoas brancas, fica inviável substituir o termo “pardo” por ele nas categorias de raça e não resolveria o problema da classificação racial. (OSÓRIO, 2004).

Apesar das críticas o sistema classificatório do IBGE se mostrou eficiente, pois a questão racial no Brasil é subjetiva e fluida como discutido anteriormente, assim o sistema também é subjetivo sendo capaz de captar as variações existentes, além de refletir a história das relações raciais do Brasil (OSORIO, 2004).

2.3.1 Termos e conceitos usados na discussão sobre raça no Brasil

A discussão racial no Brasil utiliza diversos termos e conceitos que às vezes podem gerar discussões e desentendimentos, como aponta Gomes (2005). Dessa forma para o presente trabalho serão apresentados e conceituados alguns termos que serão utilizados. Em razão de muitas pesquisas citadas serem antigas os termos utilizados remetem a sua época e podem não ser bem vistos para autores mais recentes, todavia, eles serão mantidos conforme as citações das pesquisas em que aparecem. Para o presente, trabalho os termos “negro” e “branco” serão utilizados, termos diferentes desses dois são de responsabilidade dos autores que o utilizaram, mas remetem a essa ideia para a autora deste trabalho.

Ao falar de raça Cooper, Holt e Scott (2005, p. 30) afirmam que “a moderna noção de raça é uma construção do pensamento científico europeu e norte-americano do século XIX” (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005, p.30), esses autores asseveram que por meio de uma argumentação biologizante, as teorias raciais acabaram permitindo a naturalização de algumas desigualdades sociais que incidiam sobre grupos que eram considerados racialmente inferiores e assim era justificada a restrição a direitos civis. Conforme afirma Gomes (2005) “raça” é o

termo mais utilizado quando se fala da relação entre branco e negro no Brasil, além de ser o termo que dá dimensão à discriminação sofrida por pessoas negras em nossa comunidade. Todavia existem controvérsias sobre o uso desse termo, quando ele é usado para falar das relações entre negros, brancos, indígenas etc. Não se trata do sentido biológico, mas sim no sentido social.

O contexto do uso desse termo, a forma que ele é empregado e quem está usando devem ser levados em conta ao analisar seu sentido. O movimento negro, como também alguns sociólogos, fazem reinterpretação de seu uso baseada em uma dimensão social e política e não para hierarquizar raças inferiores e superiores como no século XIX. Os militantes e sociólogos concordam que do ponto de vista biológico, raças humanas não existem, entretanto o termo é usado por conta do racismo velado existente no Brasil. (GOMES,2005). Paixão e Carvano (2008) afirmam que os movimentos sociais antirracistas encontraram, no resgate do uso do termo raça, um meio de combater o racismo promovendo o seu contrário.

Os autores asseveram que a suposição de que apenas o abandono do termo raça por aqueles que sofreram racismo seria suficiente para superá-lo demonstram falta de conhecimento do problema, pois a persistência do termo é primeiro uma estratégia do grupo beneficiado pelas desigualdades e que tem interesse em manter indefinidamente esse quadro de desigualdades. Desta forma “a linha racalista antirracista resgata um termo originalmente utilizado pelos colonizadores europeus, raça, e o recria no sentido mesmo da busca da superação da própria terminologia” (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p.32) e que o termo “raça” só poderá deixar de existir quando a igualação da condição de vida for alcançada por diferentes contingentes nas sociedades onde ocorrem o problema.

O sociólogo Antônio Sérgio Guimarães entende raça como:

[...] um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato denominar permite (GUIMARÃES, 1999, p.9).

De acordo com Gomes (2005), aprendemos a perceber as diferenças e a classificá-las e que isso por si só não é um problema, mas sim a hierarquização de classificações sociais, raciais,

de gênero etc., que inevitavelmente, são feitas. A autora define raça como “construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico.” (GOMES,2005, p.49).

Alguns profissionais do campo intelectual preferem o uso de termo “etnia” ao invés de raça, pois acreditam que ele só remete ao fator biológico e a ideia de superioridade e inferioridade e, também, pela utilização do termo para dominação político-cultural de um povo em detrimento de outro, como foi o caso do Nazismo que aconteceu na Alemanha. Os nazistas acreditavam que os povos diferentes deles, cultural e religiosamente eram inferiores e a raça branca ariana seria superior. Muitas atrocidades e injustiças foram cometidas baseadas nesse pensamento e devido a isso grande parte do mundo se posicionou contra essas atrocidades a fim de evitar que algo assim aconteça de novo (GOMES,2005). Os autores Paixão e Carvano (2008) definiram etnia como

[...] um conjunto de fatores de natureza sócio-cultural que sejam causa eficiente de uso por cada pessoa, tanto do processo de constituição de suas afinidades eletivas para com outras pessoas portadoras de hábitos, crenças e valores semelhantes, como de sua caracterização coletiva distinta perante aos demais membros da sociedade.” (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p.27).

Desta forma “O racismo e a ideia de raça, no sentido biológico, também foram considerados inaceitáveis e, nesse momento, o uso do termo etnia, ganhou força para se referir aos ditos povos diferentes: judeus, índios, negros, entre outros.” (GOMES, 2005, p.50). Por esses fatores o uso do termo “etnia” é preferido por alguns, para Norberto Bobbio (1992), a etnia se trata de “um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios” (BOBBIO, 2004, p. 449). Caso o termo “raça” seja utilizado para justificar opressão e discriminação contra os negros com base em diferenças físicas e culturais deve sim ser rejeitado, pois, de acordo com Gomes (2005), o seu uso dessa maneira discrimina povos e grupos sociais.

2.4 Educação, universidade e questões raciais

A relação entre a educação e as questões raciais é de extrema relevância para compreender a importância da presença de pessoas negras no ensino superior e as dificuldades que podem vir a enfrentar para conseguir tal feito, desta forma neste tópico e subtópicos seguintes os temas cotas em universidades públicas e ações afirmativas, ascensão social do negro por meio da educação e pesquisadores negros foram trabalhados.

A questão da presença do negro nas escolas já foi objeto de alguns estudos que inclusive investigam o motivo de evasão e dificuldades de concluir o segundo grau, como o artigo “Movimento negro e educação” de Gonçalves e Silva (2000), que fazem uma investigação do passado para entender os problemas educacionais da comunidade negra brasileira. Em seu livro “Negros na universidade: Identidade e Trajetórias de Ascensão social no Rio de Janeiro” Moema de poli Teixeira (2003) traz, por meio de entrevistas com alunos e professores universitários, uma visão das pessoas que enfrentaram e venceram essas barreiras chegando ao ensino superior. Para a elaboração da pesquisa a autora entrevistou alunos e professores negros da Universidade Federal do Rio de Janeiro de todos os cursos. Essas entrevistas levaram a diversos temas relevantes para este trabalho, entre eles a classificação de raça e cor, discriminação racial e preconceito no ambiente acadêmico. Alguns deles são de grande importância para o presente trabalho.

Em sua pesquisa a autora investiga a educação como forma de ascensão social para o negro. O resultado mostra que na década de 90 no Estado do Rio de Janeiro os cursos com a maior concentração de alunos negros, morenos e pardos eram os de Ciências Sociais e Enfermagem. Analisando os dados foi constatado que a maior presença de alunos negros, morenos e pardos estava em cursos de menor concorrência e com um mercado de trabalho sem muito potencial para ascensão social (TEIXEIRA, 2003).

Outro estudo sobre raça e ensino superior foi elaborado por Delcele Mascarenhas Queiroz na Universidade Federal da Bahia. No livro Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior, a autora discute classificação racial, desigualdades no ambiente acadêmico, trajetória acadêmica e a influência da cor na escolha da carreira. Quanto à classificação racial a autora afirma que os alunos da UFBA utilizaram muitos termos para se auto classificarem, podendo reduzir esses termos em seis categorias raciais: branco, pardo, moreno, negro, moreno claro e preto. Muitos alunos utilizaram a terminologia do IBGE para se classificar racialmente demonstrando assim que ao contrário de outras análises, as categorias oficiais do IBGE são apropriadas para a realidade racial brasileira (QUEIROZ, 2004, p.60).

Com o uso de vários termos para se definir racialmente, a autora aponta uma persistência de um ideal de branqueamento (assunto discutido no subtópico 2.2.1), uma tentativa de se distanciar do polo mais escuro na escala de cor. Em contrapartida, os alunos que se declararam mestiços estavam reconhecendo uma identidade não-branca. A autora ainda faz uma relação entre cor e status afirmando que no Brasil existe uma hierarquização social em que

quanto mais clara a cor, mais elevado o status do indivíduo. Seus resultados corroboram com outras análises que afirmam que educação e dinheiro auxiliam o processo de embranquecimento (QUEIROZ, 2004, p.61-62). Teixeira (2003) também associa cor e status social, em sua conclusão a autora afirma que a discriminação racial e o preconceito interferem em escolhas, trajetórias e projetos.

Em sua análise da UFBA Queiroz (2004) encontrou resultados semelhantes àqueles encontrados por Teixeira na UFRJ (2003). A presença de pretos e mulatos na UFBA é baixa sendo, apenas um pouco mais de um quarto do contingente estudantil, havendo predominância de brancos e morenos. Dentre esses estudantes pretos, houve elevada participação nas áreas de ciências humanas, quando comparada com os outros segmentos raciais. E, assim como Teixeira, Queiroz em seu estudo constatou a presença de pretos em cursos de menor concorrência por vagas e de “nível menos elevado de prestígio” (QUEIROZ, 2004, p.116, 118).

Quanto à educação, ambas as autoras falaram do impacto que a defasagem do ensino público tem na vida acadêmica daqueles alunos que superam o grande número de evasão escolar e chegam ao ensino superior. Por meio de sua pesquisa na Bahia, Queiroz afirma que o resultado do aumento da participação de pretos e mulatos no sistema de ensino é a evasão e a repetência. Assim, Teixeira que aponta a classe social de origem e uma formação escolar precária como a razão da grande quantidade de alunos negros em cursos menos concorridos, e como dito anteriormente, de “nível menos elevado de prestígio” e que isso resulta no ingresso no mercado de trabalho com salários menores e trabalhos tidos como de menor importância dessa maneira renovando o ciclo de desigualdades.

2.4.1 Políticas afirmativas e Cotas

Algumas mudanças sociais levaram a implementação, pelo governo federal a partir de 1995, de um programa de ação afirmativa para combater o racismo e a desigualdade social. Esforços para o reconhecimento do direito dos negros foram feitos ao longo do século XX, entre eles a Frente Negra Brasileira criada em São Paulo em 1931 que tinha como objetivo a reivindicação de direitos sociais e políticos dos negros, a FNB se espalhou por todo o Brasil com filiações no Rio de Janeiro e Minas Gerais e algumas entidades de mesmo nome na Bahia e Rio Grande do Sul (DOMINGUES,2008). O Teatro Experimental do Negro criado em 1944 por Abdias do Nascimento “Propunha-se [...] a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.” (NASCIMENTO,2004). Abdias do

Nascimento também foi um dos fundadores da Frente Negra Brasileira, ele foi uma figura proeminente na luta pelos direitos dos negros, ambos os movimentos denunciaram o racismo presente na ideologia do embranquecimento (PENHA-LOPES,2013).

O mito da democracia racial por anos foi um empecilho para o desenvolvimento de políticas públicas para combater a desigualdade racial, pois acreditavam que no Brasil o racismo não existia. Após o processo de redemocratização o debate sobre as relações raciais passa a ser de maior consciência de que o Brasil é um país com “profundas desigualdades sociais, entre ricos e pobres e entre brancos e negros, e com muitas dificuldades de se reconhecer como diverso étnica e racialmente. (SILVÉRIO, 2004, p.54). O ressurgimento do movimento social negro passa a denunciar a discriminação racial e o racismo tendo um papel fundamental em expor a profunda estrutura de desvantagens as quais os negros estão submetidos em comparação aos brancos, assim desgastando a crença na democracia racial (SILVÉRIO,2004).

Na década de 1980 o movimento negro passou a pressionar tanto os governos estaduais quanto o governo federal a tomar medidas legislativas para acabar com a discriminação racial, em 1983 Abdias Nascimento (à época deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista) esteve à frente de diversos projetos de lei os quais foram reunidos no volume Combate ao racismo, algumas delas foram o projeto de lei com uma definição de racismo como ‘crime de lesa humanidade’, com o intuito de fazer a sociedade brasileira reconhecer o sutil racismo que relega os negros à margem da sociedade (PENHA-LOPES, 2013). Propostas de políticas que foram precursoras de um programa de ações afirmativas também foram apresentadas no volume de combate ao racismo, sendo elas: “a proposição de reserva do mercado de trabalho (40% do total) para negros; a oferta de bolsas de estudos universitários para negros; a instituição de meios concretos que garantam o ingresso de negros no Instituto Rio Branco e outros.” (CONTINS apud PENHA-LOPES, 2013, p.16).

Em 1985 foi proposta pelo então Presidente José Sarney a criação do Conselho Negro de Ação Compensatória, porém nunca foi posto em prática. Todavia em 1988 o Presidente instituiu a Fundação Cultural Palmares, neste mesmo ano a nova Constituição Federal definiu a discriminação racial como crime além de fomentar a preservação da pluralidade étnica do Brasil (PENHA-LOPES, 2013, p.16-17).

Em 1995 Fernando Henrique Cardoso, o então Presidente da República, criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra e em 1998 um documento

que visava a conscientização dos brasileiros em relação à existência da discriminação para assim erradicá-la foi lançado pelo Programa Nacional dos Direitos Humanos. Em 2002 bolsas de estudos foram liberadas para negros se prepararem para carreira diplomática, em 2003 houve a inauguração da Faculdade de Administração Zumbi dos Palmares, a primeira faculdade negra do Brasil e em 2005 um investimento de 2,5 milhões em projetos de universidades públicas voltadas a inserção e manutenção do negro na universidade (PENHA-LOPES,2013).

Depois de anos de pressão do Movimento Negro alguns avanços foram feitos durante os governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, na gestão do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010) uma série de políticas foram efetivadas. Heringer (2005) listou essas políticas e iniciativas privadas entre os anos de 2001 e 2004. O autor mapeou 124 medidas distribuídas entre o âmbito trabalhista, da educação e direitos humanos. Algumas dessas medidas foram a sanção da Lei 10.639/03, antiga reivindicação de Abdias Nascimento que faz obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de nível elementar e médio, e a criação do fundo de financiamento de estudo em universidades privadas para alunos carentes o Prouni. (PENHA-LOPES, 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana busca oferecer uma resposta a demanda da população afrodescendente no sentido de políticas de reparação, valorização e reconhecimento de sua história identidade e cultura além de garantir o direito dos negros a cursarem cada um dos níveis de ensino guiados por professores qualificados para ensinar sobre diferentes áreas e lidar com as relações produzidas pelas discriminações raciais e racismo. Perguntas sobre as questões tratadas no parecer foram feitas a grupos do Movimento Negro, militantes individualmente, professores e outros a fim de compreender a importância de tratar as dúvidas, dificuldades e problemas antes de traçar normas, indicações etc. (PORTAL.INEP, 2020).

As cotas universitárias foram adotadas como critério de admissão, parte de um programa que visa a o aumento da representatividade de negro no ensino superior, instituído inicialmente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UENF) no ano de 2002. Os candidatos que concorreram ao vestibular nesse ano tiveram duas opções de cotas, as raciais e as de alunos vindos do ensino público, que juntas as duas somavam 50% das vagas reservadas aos dois tipos de cotas. Essas medidas geraram controvérsia e passaram por algumas mudanças, em 2003 20% das vagas foram destinadas para

alunos vindos do ensino público, 20% para negros e 5% integrantes de minorias étnicas portadores de deficiência, em 2004 foi acrescentado um corte de renda que estipulava que as pessoas que fossem concorrer as cotas deveriam ser de famílias com uma renda per capita de até 300 reais mensais.

Como dito anteriormente as cotas geraram controvérsias e muitas pessoas se opuseram a tal medida, um debate sobre a fonte das desigualdades sociais no Brasil também questiona a necessidade de uma política de cotas. Alguns autores se opuseram a essas medidas principalmente por acreditarem na democracia racial, e por serem medidas importadas de países com problemas raciais, diferente da sociedade racialmente igualitária brasileira. Outro ponto levantado é até onde a raça e as desigualdades sociais impedem o acesso ao ensino superior. A qualidade da educação a qual negros e brancos têm acesso é diferente, brancos tendo a oportunidade de frequentar escolas melhores. (PENHA-LOPES, 2013).

Outro aspecto apontado é a “anti meritocracia” das cotas por supostamente facilitar a entrada de pessoas mal preparadas na universidade. A autora afirma que esse é um debate que vai continuar, pois “[...] é impossível separar completamente as desigualdades raciais das sociais, já que ambas as variáveis estão intimamente correlacionadas na realidade brasileira.” (PENHA-LOPES, 2013, p.22). A autora ainda afirma que a sua posição nesse debate é a de que a qualidade de vida dos brasileiros de cor mais escura continua a ser afetada pelo estigma da escravidão e isto fica evidenciado pela diferença de renda ao longo dos anos também na educação. (PENHA-LOPES, 2013).

Apesar das posições e manifestações contrárias, mais de cem universidades brasileiras já instituíram o sistema de cotas (EDUCAFRO,2010) e, em 2012, o projeto de lei das cotas universitárias foi aprovado pelo Senado. Alguns dias depois a Presidenta Dilma Rousseff assinou a “Lei das Cotas Sociais” a Lei 12.711/12 que reserva 25% das vagas universitárias para alunos negros, pardos ou indígenas e 25% para alunos de família com renda per capita de até 933 reais assim garantindo a constitucionalidade da política de cotas (PENHA-LOPES, 2013).

O artigo de Dalflon, Feres Júnior e Campos, “Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico” traz uma análise das ações afirmativas praticadas no ensino superior público até 2012 por meio dos procedimentos adotados pelas universidades. Os autores observaram que não havia uniformidade entre as políticas praticadas pelas universidades públicas. Ao avaliar os procedimentos adotados observaram que não é

heterogêneo, o que acontece por conta discordância quanto à origem das desigualdades sociais e raciais no Brasil.

Com isso, as ações afirmativas foram desenvolvidas de acordo com o entendimento das desigualdades mais importantes, se fosse a de classe e renda a política visava exclusivamente os alunos de baixa renda e de escola pública, caso fosse a de raça as ações afirmativas visavam introduzir diversidade racial nas classes médias e altas sem critérios rígidos de corte socioeconômico aos beneficiários. Entretanto quando surgiu a concepção de que as desigualdades raciais e de classe são igualmente importantes as ações afirmativas passaram a ser de caráter social e racial (DALFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

Os autores ainda afirmam que existe “um inegável movimento geral para tornar o corpo discente universitário mais representativo das características sociodemográficas da população e de reconhecer e valorizar identidades étnicas.” (DALFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, p. 323, 2013).

2.4.3 Ascensão social do negro por meio da educação

No texto “A mobilidade social dos negros brasileiros” Rafael Guerreiro Osorio (2004) faz uma análise dos estudos feitos sobre a questão racial no Brasil e seus efeitos na estrutura socioeconômica brasileira e os divide em dois momentos, nas décadas de 1940 e 1950 e depois a partir de 1970. O primeiro momento foi quando se solidificou o mito da democracia racial. Os defensores desse mito acreditavam que a razão de os pretos, pardos e mestiços serem maioria nas posições mais baixas da hierarquia social era a proximidade do período escravocrata e que as diferenças socioeconômicas entre negros e brancos iriam, com o tempo e desenvolvimento econômico, desaparecer.

Todavia com a concretização do desenvolvimento socioeconômico as desigualdades sociais permaneceram, e as teorias utilizadas para a defesa de um Brasil racialmente democrático se provaram erradas. Os estudos feitos a partir dos anos 1970 provaram a acumulação inter e intergeracional de desvantagens por ser negro no Brasil. Na conclusão do trabalho o autor afirma que a existência de barreiras raciais se sobrepõem as de classe no processo de mobilidade social. Outra afirmação feita pelo autor foi a de que “ A aparente discriminação estrutural no processo de mobilidade ascendente mais uma vez foi considerada um dos principais fatores explicativos das desigualdades raciais.” (OSORIO, 2004, p. 19). Quanto as barreiras raciais o autor afirma que “[...] é nos processos de transmissão

intergeracional das desvantagens e de realização educacional que atuam com mais intensidade tais barreiras.” (OSORIO, 2004, p. 19).

Um estudo de caso foi feita na Universidade Federal de Santa Maria com o objetivo de compreender o acesso do estudante negro a universidade e como resultado os autores destacaram que a graduação é a barreira mais difícil a ser superada pelos estudantes negros, isso por conta de diversos processos discriminatórios que sofreram no decorrer da trajetória escolar. Lopes e Cerca (2001) afirmam que “[...] o fato de chegar até a universidade, significa romper com a visão excludente da sociedade. Por isso, o acesso ao curso superior já é uma conquista e se constitui um projeto de ascensão social para o estudante negro.” (LOPES e CERVA, 2001, p. 68). Em sua pesquisa os autores identificaram que há uma identificação racial positiva e uma boa visão da negritude por parte dos estudantes negros, também apontaram um “silêncio na universidade sobre as contribuições que a cultura negra forneceu para a formação do Brasil.

Quanto a reação a discriminação racial os autores afirmam que se dá de uma forma passiva e individual. Quanto ao perfil desses alunos negros os autores afirmam que a maioria tiveram que, em algum momento da vida, articular trabalho e estudo, e que a família tem papel fundamental “[...] para aqueles que conseguem se apropriar desse saber acadêmico onde a educação torna-se uma ferramenta capaz de inserir estes estudantes na sociedade do conhecimento.” (LOPES; CERVA, 2001, p. 68). E por fim destaca-se a afirmação de que “A universidade apresenta-se como um dos principais instrumentos que possibilita a construção de um projeto de ascensão social.” (LOPES; CERVA, 2001, p. 68).

Em um estudo realizado na década de 1950 Thales de Azevedo aborda a ascensão social do negro na Bahia à época. O autor assevera que havia resistência a essa ascensão social devido a crenças de que pessoas de cor não tinham educação e não sabiam se comportar. Seus entrevistados afirmaram que havia dois comportamentos opostos que eram ligados aos negros, uma submissão e excessiva humildade e outros tidos como pretensiosos, ansiosos para se mostrarem. Devido a esses comportamentos associados a essas pessoas a primeira impressão que se tinha era a de que demonstrariam um desses dois comportamentos malvistas e as pessoas só perdiam essa impressão após o primeiro contato (AZEVEDO, 1955, p. 74).

Para ascender socialmente era necessário o indivíduo se submeter aos padrões de moral das classes mais altas da época, exibindo sempre um bom humor, comportamento e ser comunicativo, dessa forma poderia obter êxito profissional e uma boa convivência com pessoas

brancas. O autor ainda destaca que para muitas pessoas o problema racial tinha mais a ver com classe do que com raça, tendo dinheiro seria possível para o negro ascender socialmente, todavia ele aponta que esse pensamento não abrange a totalidade do problema. A ascensão social dos negros mais retintos, conforme afirmam alguns de seus entrevistados, era mais difícil, pois sua cor ainda era associada a escravidão, então tinham dificuldade de chegar a cargos públicos, posições de poder e empregos de prestígio. Essas coisas que eram possíveis a “morenos” e “mulatos”, principalmente aqueles mais próximos dos fenótipos brancos que conseguiam se aproximar dos privilégios de “se passar” por branco, já os que carregavam fenótipos mais próximos do negro encontraram algumas barreiras mas tinham a chance atingir o status social tão elevado quanto aos dos brancos (AZEVEDO,1955).

Ao atingir um nível social mais alto os negros sofriam algumas consequências, o autor aponta que a situação se assemelha ao “passing” dos negros nos Estados Unidos, assunto discutido no tópico 2.2.2 Azevedo afirma que os indivíduos que ascendem enfrentam dificuldades quanto a sua situação e um ressentimento daqueles que permaneceram em um status social inferior, seus entrevistados atribuíram o ressentimento ao fato desses negros “se passar por branco” negando sua cor e esse comportamento é atribuído a necessidade de se aproximar cultural e socialmente dos indivíduos brancos, eles chegaram a apontar pessoas que julgavam ter esse comportamento e ao tentar entrevistá-los o autor informa que se esquivaram das perguntas ou simplesmente se recusaram a responder (AZEVEDO, 1955).

Azevedo ainda aponta formas pelas quais negros poderiam obter maior status social a época, sendo elas: por meio de casamento com pessoas brancas “segundo sua posição social, podem alcançar proeminência nas profissões liberais, na intelectualidade, podem ser admitidas em organizações existentes para exprimir prestígio e status” (AZEVEDO, 1955, p. 76). Em sua pesquisa Teixeira (2004) observou um ponto em comum na trajetória de ascensão de seus entrevistados, a ajuda de pessoas com maior acesso e dinheiro para possibilitar o ingresso e a conclusão do ensino superior. Azevedo (1955) também aponta em seu estudo que para melhorar status social e de vida era necessário, boas amizades, boas relações familiares e pessoais, pessoas com dinheiro e formação às vezes não subiam socialmente por receio de se aproximar de brancos de classe alta e um “complexo de inferioridade”.

Ambos os autores apontam, em épocas diferentes, que em ordem de melhorar sua condição social, os negros necessitam de algum tipo de ajuda, auxílio, principalmente para ingressar e finalizar o ensino superior. Teixeira (2004) ao entrevistar os alunos da UFRJ

destacou a ajuda recebida por eles ao longo de sua vida acadêmica, à época de sua pesquisa a implantação de cotas raciais nas universidades públicas estava em debate e em sua conclusão a autora ressalta o porquê de não oficializar a ajuda que receberam e estendê-la para todos aqueles que precisem e não só para aqueles que, por sorte, tiveram pessoas para ajudá-los. Com seu estudo fica clara a necessidade de políticas públicas que auxiliem o ingresso e permanência de pessoas negras nas universidades, pois esse seria o principal meio de ascensão social.

2.4.4 Pesquisadores negros

Neste tópico são destacados alguns nomes de renomados pesquisadores e intelectuais negros que contribuíram para a discussão das relações raciais no Brasil e até mesmo atuaram efetivamente na luta contra o racismo e discriminação racial. Foram destacados também o nome de pesquisadoras negras dentro da Ciência da Informação que participaram de iniciativas que visam o reconhecimento de pesquisadores negros além da ABPN. Cabe aqui a menção de alguns pesquisadores e intelectuais negros que lutaram e lutam para o espaço e reconhecimento dentro de espaços acadêmicos.

O pesquisador Milton Santos (1926-2001), deixou o Brasil em 1964 por conta do golpe militar e então começou a construir uma carreira internacional. Foi professor convidado na França em três universidades diferentes a Toulouse, Bordeaux e Paris-Sorbonne e no Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico e Social (IEDES) e dos anos 1971 a 1977 passou por diversos países como pesquisador e professor convidado. Durante esse período Milton Santos fez proveito de seu acesso ao rico acervo das bibliotecas das grandes universidades pelas quais passou para teorizar a geografia. Quando retorna ao Brasil em 1977 volta a ser professor na Universidade de São Paulo onde em 1997 se aposenta e ganha o título de professor emérito, sua publicação “Por uma geografia nova, da crítica da geografia a uma geografia crítica” (1978) contribuiu para a renovação dessa ciência no Brasil. Outras publicações como “Da totalidade ao lugar” (1996) e “Metamorfose do espaço habitado” (1997) contribuíram para a publicação do que consideram a sua maior obra “A natureza do Espaço” (1996).

Lélia Gonzalez feminista negra, militante e intelectual, escreveu diversos artigos sobre a condição de exploração e opressão do negro e da mulher no Brasil e no exterior. Lélia foi a primeira mulher negra a sair do País para divulgar a condição da mulher negra brasileira. Graduada em história e filosofia, pós-graduada em comunicação e antropologia, após sua segunda graduação começou a dar aula em universidades públicas e privadas. Em 1986 nas

primeiras eleições pós ditadura militar se candidatou a deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e aos 51 anos se elegeu como suplente. Seus trabalhos são citados em artigos em quatro línguas, português, inglês, francês e espanhol e são referência nos estudos de gênero e relações raciais. A intelectual e militante é também referência na luta feminista, deu nome a um colégio no Rio de Janeiro, a uma cooperativa educacional, centro de referência negra, aparecendo por duas vezes em temas de escolas de samba de Salvador, e alguns prêmios (RATTS; RIOS, 2010).

Uma figura proeminente na luta contra o racismo e referência internacional Abdias do Nascimento, intelectual, acadêmico, político, dramaturgo, ator, poeta e artista plástico pertence à elite dos intelectuais engajados na luta pela libertação dos negros mundialmente. O jovem Abdias após um episódio traumático, na volta de uma viagem para subir os Andes foi preso injustamente na penitenciária Carandiru, cria o Teatro do sentenciado e quando recupera sua liberdade cria o Teatro Experimental do Negro, com o intuito de elevar a autoestima, escolaridade, conscientização da população negra do País além de levar negros aos palcos brasileiros. Em 1968 é obrigado a partir para o exílio por conta do ataque de pessoas poderosas e reacionárias, durante a década de 1970 Abdias construiu uma vida acadêmica e artística bem sucedida nos Estados Unidos, passou também a conviver com líderes do movimento negro norte americano. De lá por meio de conferências, compromissos políticos e viagens, Abdias se aproximou definitivamente da África também de seus ativistas mais célebres. Na década de 1980 retorna ao Brasil em pleno processo de redemocratização e cria um centro de pesquisa voltado para a solução dos problemas da população negra e inicia uma intensa participação política passando pela Câmara e Senado (ALMADA, 2009).

Dentro da Ciência da Informação o esforço para o reconhecimento e ligação entre pesquisadores negros resultou no livro “Bibliotecários Negros: ação, pesquisa e atuação política” organizado pelas mestrandas em ciência da informação pelo programa de pós graduação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) Franciéle Carneiro Garcês da Silva e a doutoranda em ciência da informação pela universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Graziela dos Santos Lima. O livro busca entender a representatividade e o protagonismo negro e por isso conta com 18 artigos, todos de autores negros, e quando presentes coautores de outras etnias. Os temas dos artigos são variados e nem todos tem a ver com questões raciais, mostrando assim que o bibliotecário negro pode atuar em diversas áreas, dentro e fora do ambiente acadêmico, e pesquisar diversos temas.

Francilene Cardoso Bibliotecária, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma das autoras do livro “Bibliotecários Negros”. Em um dos capítulos a autora fala do papel da biblioteconomia no combate ao racismo, e tem como objetivo “apresentar uma leitura do lugar do negro e negra na sociedade brasileira, para que possa aportar na formação/atuação da/o bibliotecária/o na construção da igualdade racial dentro e fora dos espaços de informação.” (CARDOSO; PINTO, 2018, p.41). A autora ainda trata da biblioteconomia e questões raciais em seu livro “O negro na biblioteca: mediação da informação para construção da identidade negra”, tema também de sua dissertação de mestrado que foi parcialmente modificada para ser publicado o livro. Cardoso (2015) estuda a biblioteca pública do Maranhão, buscando compreender como o negro está representado e como essa representação influencia na construção da identidade negra. A autora no final do livro aponta uma proposta de desenvolvimento de coleções para a biblioteca, ainda afirma que a biblioteca pública que remete a inclusão não surgiu para incluir toda a sociedade e que para mudar isso é necessário que o profissional da informação “compreenda a dimensão do negro na sociedade e os muitos entraves que tem contribuído para sua pouca inserção social.” (CARDOSO, 2015, p.100).

Quanto à presença de negros no ambiente acadêmico Lélia González fala de um processo de embranquecimento que viveu por meio de normas que deveria seguir com relação ao corpo e comportamento, tanto de estudantes quanto de professoras. Premiações, solenidades, regras de pontualidade, normas de obediência a superiores foram formas de alcançar esse objetivo de normatização de comportamento. Diversos intelectuais negros discutiram esse processo, Abdias do Nascimento em seu livro *Genocídio do negro brasileiro* (2016) lista elementos que o compõem sendo eles: a ausência de referências adequadas ao negro e africano no sistema educacional, universidade incluída além de uma ausência de memória e história da África; a predileção pela cultura, arte e modelo branco de beleza e rejeição ao que é africano e negro; insistência harmonia das relações raciais brasileiras e na falta de espaço para a expressão política e cultural negra; reprodução de estereótipos raciais e sexistas; e por último o desejo de ser o Outro, o branco europeu, ocidental, colonizador. Um espaço pensado “por” e “para” as elites, ao qual se devia moldar, assim que eram as universidades brasileiras (RATTS; RIOS, 2010).

Tendo em vista o combate a esse processo de embranquecimento e visando dar oportunidade de pesquisadores negros trabalharem temas que não sejam euro centrados é que surge a ABPN, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros que é uma “associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil.” (ABPN, 2019).

A presidente do X COPENE Luciene Ribeiro Dias esclarece que os alunos negros eram rejeitados como orientandos, pois não havia pesquisadores que aceitassem as temáticas propostas por eles, então a associação surge como uma resposta a invisibilização dos pesquisadores negros pelas agências oficiais, tendo como proposta a inclusão desses pesquisadores que foram excluídos das associações científicas dominantes. A associação tem a sede na cidade de Uberlândia em Minas Gerais. O site¹, apresenta a associação os gestores, diretores e conselhos, agenda dos eventos, galeria de fotos e contato, além de link para os serviços que oferece. A associação conta com um periódico científico publicado semestralmente, um banco de teses e uma biblioteca virtual, além de encontro anual, o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE) todos buscam fortalecer e aproximar pesquisadores e intelectuais que produzem sobre a negritude e questões étnico raciais (ABPN, 2019).

2.5 Estudos métricos da informação: da bibliometria a altmetria

O presente capítulo trata das métricas da informação, assunto pertinente a presente pesquisa, pois a cientometria é utilizada como parte da metodologia. De maneira concisa o histórico e conceito das métricas da informação são apresentados, os tipos e funções de marcadores bibliométricos também são apresentados e por último alguns trabalhos com temática racial e de gênero que usaram métricas na metodologia fecham a revisão de literatura.

Em meados dos anos 60, um período pós-guerra que foi marcado pelo crescimento no interesse pela investigação científica e tecnológica, houve uma expansão de recursos humanos, organizações e materiais voltados para o seu desenvolvimento e uma ênfase na coleta de estatísticas e informações sobre as atividades que eram desenvolvidas. Começaram a se acumular evidências de que a Ciência e Tecnologia eram fundamentais para o desenvolvimento,

¹ www.abpn.org.br

por isso, necessário que participassem efetivamente dos objetivos econômicos e sociais dos diferentes países (VELHO, 1997).

Como destaca Velho (1997), esse novo papel da C&T acarretou um uma mudança de paradigma da política científica, de uma racionalidade ofertista para uma racionalidade de identificação de prioridades, passando a ter uma posição central nas políticas governamentais e com isso, os tomadores de decisão responsáveis pelos recursos científicos passaram a exigir mais informações quantitativas sobre C&T. Com a necessidade de aumentar a racionalidade no processo de tomada de decisão, vem os indicadores quantitativos como uma base racional objetiva necessária para o planejamento em C&T.

A preocupação em estudar a produção e comunicação científica, porém, data de alguns anos antes. Conforme Maricato e Noronha (2012) um campo dedicado aos estudos métricos de tais informações surge na década de 30, tendo inicialmente como interesse a mensuração de livros, cresce de forma acelerada durante os séculos XX e XXI. A partir dele surge todo um campo de técnicas e métodos, com denominações variadas, relacionados ao campo de comunicação científica, sendo os principais denominados bibliometria, cientometria, informetria, webometria e altmetria.

Essas métricas são transversais, com princípios e lógica semelhantes, mas com substanciais diferenças entre si, como as ferramentas e técnicas utilizadas para a análise e coleta de dados, metodologia, objeto de análise etc. (MARICATO; MARTINS, 2017). A seguir os conceitos e alguns elementos centrais do histórico de cada uma dessas tipologias de estudos métricos serão brevemente abordados.

2.5.1 Bibliometria

A bibliometria pode ser definida como “[...] estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada.” (TAGUE-SUTCLIFFE 1992 *apud* MACIAS-CHAPULA, 1998, p.134), tendo surgido no início do século XX devido a necessidade de uma forma de estudo e avaliação da produção e comunicação científica. Essa métrica faz uso da matemática e técnicas estatísticas para descrever aspectos e meios de comunicação como a literatura, conforme Araújo (2006).

O termo “bibliometria” foi criado por Paul Otlet em 1934, porém só se popularizou em 1969 através de um artigo de Pritchard em que sugeria a substituição do termo “Bibliografia estatística”, como vinha sendo conhecida, pelo termo “bibliometria” (VANTI, 2002, p.153).

Importantes descobertas dentro deste campo foram feitas por três pesquisadores: Lotka, Bradford e Zipf, sendo que algumas destas descobertas ficaram conhecidas como uma “Lei”. Ou seja, a Lei de Lotka, a Lei de Bradford e a Lei de Zipf.

A Lei de Lotka, que trata da medição da produtividade de autores através de um modelo de distribuição tamanho-frequência de vários autores em um determinado grupo de documentos (VANTI, 2002, p.153).

Essa Lei, também conhecida como Lei dos quadrados inversos, foi elaborada em 1926 a partir de um estudo sobre a produtividade de cientistas. Uma contagem de autores presentes no *Chemical Abstracts* entre os anos de 1909 e 1916 foi feita e assim Lotka percebeu que grande parte da literatura científica é produzida por um número pequeno de autores e muitos autores se igualam em produção ao pequeno número de autores, ou seja, muitos pesquisadores produzem pouco e poucos pesquisadores produzem muito (ARAÚJO, 2006, p.13).

A Lei de Bradford, também conhecida como Lei de Dispersão, trata do núcleo e áreas de dispersão de um determinado assunto em um conjunto de revistas, fazendo isso através da medição da produtividade dessas revistas (VANTI, 2002, p.153). Elaborada em 1934 a Lei de Bradford pode ser explicada da seguinte forma: dispondo uma quantidade de periódicos em ordem decrescente de produtividade sobre um determinado assunto obtém-se um núcleo de periódicos que possuem mais artigos que tratam do tema. Listando os periódicos com o número de artigos de cada um, em ordem decrescente com soma parcial, o total de artigos somado e dividido por três resulta em três zonas, cada uma com $\frac{1}{3}$ do total de artigos relevantes. A primeira é o “core” (núcleo) com periódicos altamente produtivos sobre aquele assunto. A segunda e a terceira zonas são extensões da primeira, com um maior número de periódicos menos produtivos e ainda mais periódicos improdutivos respectivamente (ARAÚJO, 2006, p. 15).

A Lei de Zipf, ou Lei do Mínimo Esforço como também é bastante conhecida, trata da frequência do aparecimento de palavras em diversos textos de uma determinada disciplina ou assunto, gerando uma lista de termos (VANTI, 2002, p.153). Elaborada em 1949, a Lei de Zipf fala da relação entre palavras de um determinado texto, que seja grande o bastante, e da ordem de série dessas palavras, que se obtém através da contagem de palavras em largas amostras. Ao fazer uma análise da obra *Ulisses* do autor James Joyce, Zipf encontrou uma correlação entre a frequência do uso e o número de palavras diferentes, concluindo que existe uma regularidade em seu uso e seleção, um pequeno número de palavras é usado com mais frequência. Zipf então

formulou o princípio do menor esforço, uma mesma palavra vai ser empregada diversas vezes, pois, se existe uma tendência a usar o mínimo de palavras diferentes elas não vão se dispersar. As palavras mais usadas apontam o assunto do documento. (ARAÚJO, 2006, p. 16).

2.5.2 Cientometria

A cientometria pode ser definida como “[...] um segmento da sociologia da ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se à bibliometria.” (TAGUE-SUTCLIFFE 1992 apud MACIAS-CHAPULA, 1998, p.154).

A cientometria, como explicitado na definição acima, tem como objeto de estudo a ciência e ficou conhecida nos Estados Unidos e em alguns países da Europa como “ciência da ciência”. Os estudos de Derek Solar Price foram de grande impacto no uso de indicadores para a formulação de políticas científicas e por isso ele é considerado por alguns autores como o pai da cientometria (MARICATO; NORONHA, 2012).

De acordo com a sua definição a cientometria, por meio de indicadores quantitativos, pode estudar uma determinada área do conhecimento e usar os resultados para o desenvolvimento de políticas científicas. Outro estudo possível é delinear o crescimento de um determinado ramo do conhecimento, medindo a produção e produtividade de um grupo de pesquisadores de uma área. Essa métrica se dedica a descobrir dinâmicas existentes em Ciência e Tecnologia buscando o avanço do conhecimento e utilizá-lo para o desenvolvimento de políticas públicas e trabalhar questões sociais. Seus métodos, como a estatística, pesquisas e métodos psicológicos de entrevista, por exemplo, revelam uma característica multidisciplinar, pois eles provêm das ciências sociais, naturais e comportamentais. (VANTI 2002, p. 154).

Ainda quanto aos métodos cientométricos, Vanti (2002) afirma que existe uma grande variedade de aplicações, como usando o número de citações e publicações para a tomada de decisão sobre a distribuição de recursos financeiros das organizações governamentais, internacionais e fundações, além de poder realizar um estudo comparativo do desempenho entre as nações.

Como explicitado na definição acima, a cientometria se sobrepõe a bibliometria, essa menção a uma métrica ao definir a outra é feita por diversos autores. Spinak (1996) faz uma distinção entre as duas métricas ao afirmar que “a bibliometria estuda a organização dos setores científicos e tecnológicos a partir das fontes bibliográficas e patentes para identificar os atores

suas relações e tendências. (SPINAK, 1996, p. 143, tradução nossa). Enquanto a cientometria, ao contrário, trabalha com “as várias medições da literatura, dos documentos e outros meios de comunicação, enquanto a bibliometria tem a ver com a produtividade e utilidade científica.” (SPINAK, 1996, p. 143 tradução nossa).

Entretanto o mesmo autor faz relação entre as duas, afirmando que “a cientometria aplica técnicas bibliométricas à ciência [...], mas vai além das técnicas bibliométricas, pois também examina o desenvolvimento e as políticas científicas.” (SPINAK, 1996, p. 142, tradução nossa). De acordo com Macias-Chapula (1998) a cientometria dá luz a “estrutura das disciplinas científicas e as conexões entre elas” (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 137). Leta (2013) afirma que os estudos que investigam a ciência através de seus produtos são chamados de cientometria e às vezes de bibliometria e que por suas semelhanças e sobreposição de análises e objetos de estudo esses dois campos aparecem como sinônimos. Ainda de acordo com a autora a cientometria além de ser vista como campo científico passou a ser vista também como campo de aplicação de técnicas e estatísticas.

Essa ideia foi reforçada pelos modelos novos de avaliação da atividade científica, modelos esses que foram pensados e desenvolvidos a partir da década de 1960. O foco desses modelos foram os critérios que avaliavam a atividade científica a partir de indicadores de resultados (*outputs*) assunto que será tratado em um tópico separado. Desta forma a autora afirma que na Cientometria existe uma dualidade, um campo de pesquisa básica que é também um campo técnico de estudos aplicados que suprem demandas específicas de governo ou mesmo de áreas do conhecimento e um resultado dessa dualidade é a multidisciplinaridade do campo (LETA, 2013).

A autora menciona três dimensões que caracterizam uma interface da relação da Cientometria com outros campos e áreas do conhecimento. A primeira dimensão é a *Scientific Information*, a maior das três dimensões vem do interesse de pesquisadores nos estudos e análises que possam descrever o comportamento e tendências da produção intelectual de suas respectivas áreas. A segunda dimensão, *Science Policy & Research management*, vem das “demandas de instituições e governos, os quais passam a utilizar as análises cientométricas e gerar indicadores de desempenho e de impacto, buscando, assim, avaliar a ciência praticada por seus cientistas.” (LETA, 2013, p. 22). A dimensão, *Librarianship*, é delimitada por estudos teóricos e clássicos chamados de *basic bibliometric research*, uma dimensão que tem poucos pesquisadores, mas em contrapartida é onde está concentrado os especialistas do campo

também principais nomes. O presente trabalho se encaixa na segunda dimensão a *Science Policy & Research management*.

2.5.3 Informetria

A informetria se trata de um “[...] estudo dos aspectos quantitativos da informação em qualquer formato, e não apenas registros catalográficos ou bibliografias, referente a qualquer grupo social, e não apenas aos cientistas.” (TAGUE-SUTCLIFFE 1992 *apud* MACIAS-CHAPULA, 1998, p.135). De acordo com Maricato e Noronha (2012) o surgimento do termo informetria ocorreu posteriormente ao da bibliometria e cientometria, sendo proposto por Otto Nacke em 1979, porém só se popularizou em 1987 em uma Conferência Internacional na Bélgica sobre Bibliometria e Aspectos Teóricos de Recuperação da Informação.

Essa métrica surgiu como uma parte da Ciência da Informação dedicada à mensuração do fenômeno informacional em sentido amplo, combinando técnicas avançadas de recuperação da informação e estudos quantitativos sobre o fluxo da informação.

De acordo com Vanti (2002) a informetria é mais abrangente do que a bibliometria e a cientometria, contemplando a comunicação e produção de informação em comunidades não acadêmicas, não se limitando apenas a informação registrada, possibilitando também a análise de processos de comunicação informal e a pesquisa da necessidade informacional de grupos sociais menos favorecidos. Portanto, não focando apenas nas elites intelectuais.

Desse modo, a informetria englobaria a cientometria e a bibliometria (VANTI, 2002), a autora ainda destaca que se pode considerar a informetria como um termo guarda-chuva que engloba as outras três métricas, a bibliometria, cientometria e webometria.

Ainda de acordo com Vanti (2002) os indicadores informétricos possibilitam, para quem desejar explorar as bases de dados como instrumento de análise, fazer uma avaliação do desempenho de pesquisas em bases de dados, analisando a recuperação da informação, os resultados das buscas. Combinando isso com outras informações poderá melhorar a eficiência no acesso à informação e o tempo no processo de busca.

2.5.4 Webometria

A webometria é definida como “O estudo dos aspectos quantitativos da construção e uso dos recursos de informação, estruturas e tecnologias da web a partir de abordagens informétricas e bibliométricas” (BJÖRNEBORN 2004 *apud* GOUVEIA, 2013, p.217).

Assim como internet e Web às vezes são usadas como sinônimos, pode ocorrer uma confusão nas definições das métricas que as tem como campo de estudo. Gouveia (2013) destaca que a internet é uma “[...] estrutura física da rede mundial de computadores, segue a de enlace, rede e transporte ou aplicação. Nesta última camada se situa a Web ‘rodando’ dentro do protocolo de comunicação HTTP.” (GOUVEIA, 2013, p. 216). Assim a métrica que estuda a internet como um todo e não apenas a Web é a cibermetria.

De acordo com Vanti (2002) os criadores do termo webometria são Almind e Ingwersen, ainda outros dois autores, Quonian e Rostaing, a chamam de internetometrics. Mas, o termo mais utilizado na literatura produzida sobre o assunto é webometria, essa métrica tem como instrumentos para a realização de seus estudos motores de busca, como o Google, que possibilitam trabalhar com grandes volumes de informação. A autora destaca algumas medições que podem ser feitas no campo da webometria, como a proporção de páginas pessoais, comerciais e institucionais na rede, podendo assim estabelecer a partir do tipo de páginas a presença do setor público e privado através dos domínios ‘.edu’ e ‘.com’. Também é possível medir a perda de importância ou o crescimento de um determinado tema ou matéria, assim como na cientometria, mas ao invés de suportes impressos ou eletrônicos a webometria utiliza informações retiradas da Web.

A definição de webometria diz que ela utiliza abordagens informétricas e bibliométricas para os estudos quantitativos da Web. Uma dessas abordagens, que veio da bibliometria, que é o estudo de citação entre páginas da Web conhecida como links ou hiperlinks, que são vistos como indicadores da importância de um site para a comunidade. Foi proposta por Ingwersen a criação de um Fator de Impacto na Web, baseado no Fator de Impacto das revistas, para medir o grau de atratividade de sites na Web. O Fator de Impacto da Web seria o número de páginas que levam a um site ou área da Web, dividido pelo número de páginas neste site ou área. Esse indicador pode ser útil para complementar as medições tradicionais (VANTI, 2002, p.158).

2.5.5 Almetria

A almetria é uma métrica recente e de acordo com Maricato e Martins (2017) a primeira menção do termo ocorreu em 2010, feita por Jason Priem em uma postagem na rede social Twitter. Alguns trabalhos que discutem a definição do termo foram produzidos nos últimos anos, Gouveia (2013) define a almetria como “o uso de dados webométricos e ciberométricos em estudos cientométricos”.

Havia um descontentamento entre os pesquisadores com os indicadores gerados pelas chamadas métricas tradicionais, pois há uma lentidão no processo de publicação o que torna a citação (base desses indicadores), uma forma lenta de medir o impacto das publicações científicas. Assim, esses pesquisadores consideravam que as métricas anteriores não refletiam de maneira adequada a ciência nos tempos da internet (GOUVEIA, 2013).

Conforme Maricato e Martins (2017), a altmetria surgiu como uma métrica alternativa às chamadas métricas tradicionais, como uma resposta ao descontentamento de alguns pesquisadores com os indicadores baseados na citação, como o FI, porém ao analisar a proposta da altmetria de avaliar os produtos da comunicação científica através das redes sociais, se percebeu que a nova métrica não é oposta às outras, mas sim complementar, uma extensão da bibliometria e cientometria. Após análise do surgimento e propostas da altmetria Maricato e Martins assim a definiram:

[...] uma área emergente do campo de Ciência da Informação, que se ocupa do estudo, produção e uso de indicadores científicos e tecnológicos. Baseada em ferramentas que captam informações de múltiplas fontes, que ao serem socializadas em mídias e redes sociais, geram ações e interações de uma grande variedade de atores sociais e novas formas de relacionamento com objetos digitais e entre pessoas. Área que se relaciona, transversalmente, às áreas de bibliometria, cientometria e webometria, havendo como núcleo integrador a comunicação científica, mas com novos tipos de indicadores que medem um outro tipo, complementar, de citação, engajamento e impactos dos outputs acadêmicos (MARICATO; MARTINS, 2017, p.8).

Além das discussões sobre a definição da nova métrica o termo em si também foi questionado, pois indica ser uma alternativa às outras métricas existentes quando na verdade medem fenômenos diferentes, assim ao invés de oposta, a altmetria é complementar a elas. Conforme Maricato e Martins (2017) outro termo, influmetrics, foi proposto por Elisabeth Davenport e até preferido pelos autores Rousseau e Ye, bem como apareceu no título do artigo “*The praxis of acknowledgement: from bibliometrics to influmetrics*” dos autores B. Cronin e S. Weaver de 1995, mas altmetria ainda é o termo atualmente mais empregado.

2.5.6.1 Produção científica

É importante falar dos indicadores bibliométricos e cientométricos e mesmo que rapidamente do seu histórico, visto que o trabalho se encaixa na cientometria. As abordagens que serão destacadas são citação, colaboração e produção visto que a metodologia os utiliza para análises.

Os indicadores podem ser definidos como “dados estatísticos usados para medir algo intangível, que ilustram aspectos de uma realidade multifacetada.” (FUNDAÇÃO..., 2004, p. 5-5). A construção e o uso de indicadores de produção científica são temas de estudo de diversas áreas do conhecimento e servem “para o planejamento e a execução de políticas para o setor como também para que a comunidade científica conheça melhor o sistema no qual está inserida.” (FUNDAÇÃO..., 2004, p. 5).

Ao elaborar pesquisas e estudos de produção científica e tecnológica fazendo uso dos indicadores métricos da informação podem-se considerar dois momentos de análise e representação dessas informações chamados de indicadores *input* e *output*. Os *inputs* sendo os insumos, aquilo que é investido nas pesquisas e os *outputs* os resultados os produtos desses investimentos. Spinak (1998) considera esses indicadores de *input* e *output* como base dos indicadores científicos, os de *input* são considerados por ele como de uma complexidade menor e relacionados usualmente à área de administração.

Os indicadores de *output* estão relacionados com indicadores bibliométricos e cientométricos e são vistos como uma atividade de maior complexidade. Esses indicadores estão correlacionados e se influenciam cíclica e mutuamente, sendo assim, em tese, quanto mais insumos no começo melhores serão os resultados (produtos) que conseqüentemente irão influenciar mais uma vez os insumos. É destacado que cada indicador de *input* e *output* possui atributos relacionados à qualidade e quantidade. Uma das maiores críticas em relação aos indicadores vem do método de quantificação e tentativa de qualificação do mesmo, o desenvolvimento tecnológico e científico é considerado como sistêmico. (MARICATO; NORONHA, 2013).

Ainda de acordo com Maricato e Noronha (2013) existe uma não-linearidade na relação dos indicadores *input* e *output*, uma relação que pode ser entendida como um círculo (virtuoso ou vicioso) onde as áreas do conhecimento ou núcleos podem produzir mais resultados, pois são mais bem apoiados pelas agências de fomento enquanto grupos menores ou mesmo recém criados podem não ser favorecidos por conta de baixos índices de produtividade que são, muitas vezes, consequência da precariedade de insumos. Os indicadores utilizados para analisar a produção científica e tecnológica são vários, além de diversos documentos e variáveis usadas nessa análise, eles variam de acordo com seus objetivos, enfoques e aplicações e a maioria pode ser agrupada em quatro diferentes categorias sendo elas:

1. Indicadores que buscam medir a **produtividade científica e tecnológica**, sendo os principais, o número de artigos e livros publicados e patentes registradas; 2. Indicadores que buscam fazer aproximações quanto ao **uso e qualidade dos documentos** publicados, baseados, principalmente, nos estudos de citações; 3. Indicadores de colaboração, que buscam analisar, sobretudo, **redes sociais colaborativas** estabelecidas entre pesquisadores, instituições ou países. Os indicadores de colaboração utilizam principalmente técnicas de análise de coautoria (no caso de artigos), coinvenção e co-propriedade (no caso de patentes). 4. Indicadores de coocorrência, que visam investigar, especialmente, **relações entre temas**, palavras-chave, assuntos, documentos. As técnicas utilizadas são comumente denominadas coclassificação ou copalavras. (MARICATO; NORONHA, 2013, p.70-71).

Um estudo sobre a produção científica de grupos de pesquisa das áreas de Informação e Museologia no Brasil fez uso da análise bibliométrica e estatística descritiva, chega à conclusão de que houve um crescimento na produção científica no período de 1992 a 2012 nas áreas de Informação e Museologia. E ainda que

Os cinco últimos anos representam mais de 50% da produção científica das áreas de Informação no Brasil, pelo menos, no que se refere às áreas de Ciência da Informação e Museologia. Há uma linha regular e ascendente sobre a quantidade de publicações em artigos científicos, livros e capítulos de livros em função do período de existência do diretório de grupos de pesquisa do CNPq. Os dados mostram que os trabalhos dos grupos de pesquisa das Áreas de Informação no Brasil têm configurado uma crescente produção científica, quando observadas as publicações em periódicos científicos e livros, incluindo os capítulos. (MOREIRA; VILAN FILHO; MUELLER, 2015, p. 103-104).

O número de publicações nessas áreas tem aumentado com o tempo, principalmente os artigos científicos, mas também de livros e capítulos de livros apesar de ao longo do tempo entre os canais (artigos, capítulos de livros e livros) haver um distanciamento, todos apresentaram aumento (MOREIRA; VILAN FILHO; MUELLER, 2015).

Um estudo sobre a base de dados da RedeCI apontou que em 2005 a proporção de artigo autor não chegava a um (0,961), sendo 1309 autores e 1361 artigos. As obras consideradas foram periódicos de circulação nacional avaliados com classificação A pelo Qualis, disponíveis na Web e eventos de alcance nacional que tem “Ciência da Informação” no nome, formando assim obras de literatura branca e cinzenta respectivamente. O estudo aponta ainda que é mais comum um autor de um trabalho em um evento publique também outro trabalho em um outro evento, assim a proporção de autores transientes em relação a permanentes é maior na literatura branca. Esses autores que publicam trabalhos em eventos e revistas diferentes são baixos em relação ao todo, somente 12,1% (158) publicam em mais de uma revista e apenas 23 publicam nos dois eventos disponíveis na base (CINFORM e ENANCIB), indicando assim que a maioria

absoluta de autores publica sempre no mesmo periódico. (PARREIRAS; SILVA; MATHEUS; BRANDÃO, 2006).

A dissertação “Análise da Colaboração científica dos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação Brasileiros” (JUSTINO, 2019) analisou os Programas de Pós-Graduação da área de Ciência da Informação brasileira e chegou à conclusão de que os periódicos mais utilizados para disseminação da produção científica são: Informação & Sociedade, Estudos, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação, todos esses periódicos são de Qualis A1 e nacionais.

Outro resultado apontado foi referente à produtividade dos docentes, afirmando que possuem um alto número de publicações, com o registro de 4.605 total na plataforma Lattes, entretanto ao separar os artigos publicados em periódicos Qualis A1, A2, B1 e B2 o número total baixou para 2.690, a autora alerta a comunidade de docentes quanto a escolha do Qualis dos periódicos para a disseminação científica, e priorizar a qualidade das publicações para que a área efetivamente se desenvolva. (JUSTINO, 2019).

2.5.6.2 Citação, cocitação e acoplamento

Segundo Lopes (2012) o conjunto de indicadores bibliométricos é utilizado para a avaliação da produtividade de autores, da qualidade de periódicos científicos e realizar estudos de citação. O autor divide essas ferramentas em: indicadores de qualidade científica, indicadores de atividade científica, indicadores de impacto científico e indicadores de associações temáticas (LOPES [et. all.], 2012).

O autor Ernesto Spinak (1998) dividiu os indicadores cientométricos em dois grandes grupos: 1) indicadores de publicação, que medem a quantidade e o impacto de publicações científicas. 2) Indicadores de citação que medem a quantidade e impacto das relações entre publicações científicas. No grupo de indicadores de publicação encontram-se o indicador de produção medido pelo número de artigos, livros etc. dividido pelo número de autores. Dentro dos indicadores de citação encontram-se análise de citação e análise de cocitação. O autor ainda fala de uma terceira parte, técnicas de mapeamento, sendo elas: análise de ocorrência de palavras, redes de citação e análise de colaboração científica. Macias-Chapula (1998) define o indicador coautoria como o que “reflete o grau de colaboração na ciência em nível nacional e internacional. O crescimento ou o declínio da pesquisa cooperativa podem ser medidos.” (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 137).

Ainda de acordo com Macias-Chapula (1998) os principais indicadores segundo grau de importância são o de número de trabalhos citados que permite o monitoramento da dinâmica de pesquisa de um determinado país e também sua tendência traçada ao longo do tempo além de refletir os produtos da ciência por meio da contagem de trabalhos e tipos de documentos como artigos, publicações científicas, livros, relatórios entre outros. O número de citações representa o impacto dos artigos ou dos assuntos citados. O indicador de coautoria que já foi explicado no parágrafo acima, o número de patentes que permite determinar o grau aproximado de inovação tecnológica de um país além de refletir as tendências das mudanças técnicas e avaliar resultados dos recursos investidos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O número de citações de patentes mensura o impacto da tecnologia e Mapas dos campos científicos e dos países colaborando com o auxílio da localização das posições relativas de diferentes países na cooperação científica global. Diversos indicadores buscam compreender a relação entre Ciência e Tecnologia (C&T), dentre eles, destacam-se o número de artigos citados por patente, publicação de artigos científicos por inventores, citações de patentes em artigos científicos, registro de patentes por pesquisadores etc.

Conforme Macias-Chapula (1998) a ciência é um processo social e necessita ser considerada como um amplo sistema social que tem três funções: disseminar conhecimentos, assegurar preservação de padrões e atribuir créditos e reconhecimento aos que o trabalho contribuiu para o desenvolvimento de ideias em diferentes campos. A autora afirma que a forma mais comum de atribuir crédito na ciência é a citação e ainda que a lista de citações em artigos de periódicos é um meio universalmente aceito por onde a instituição científica pode registrar e divulgar resultados de suas investigações. Macias-Chapula (1998) define citação como um processo cujo resultado são listas de citações que acompanham trabalhos acadêmicos e a composição dessas listas acabam por refletir a personalidade e meio profissional de seus autores.

O autor Gracio (2016) afirma que a análise de citação é uma abordagem que tem como característica uma natureza social, dinâmica e histórica e por meio de sua dependência da literatura acadêmica possibilita identificar grupos de cientistas suas publicações além de destacar os pesquisadores de maior impacto em determinado assunto. Sobre a análise de citação Gracio (2016) assevera que é um procedimento relevante de análise que possibilita avaliar a interlocução entre pesquisadores e seu impacto em diferentes campos científicos ao mesmo tempo em que contribuem para visualização do processo comunicativo e interativo.

Para os autores Vanz e Caregnato (2003) a análise de citação “identifica características e mapeia a comunicação científica.” (VANZ; CAREGNATO, 2003, p. 248) isso por meio da “contagem” das referências listadas ao final de textos científicos. Os autores ainda afirmam que diversos questionamentos são levantados quanto a validade do método devido à natureza subjetiva do comportamento de citação dos pesquisadores, todavia, apesar dos questionamentos existe um reconhecimento formal de que os estudos de citação servem como indicadores da atividade científica.

Esse comportamento subjetivo é mencionado como um dos problemas da citação pelos dois autores, pois, não se sabe se os autores foram consistentes e precisos ao anotar suas fontes de informação. Outras críticas são: citação a trabalhos de metodologia, citações negativas e autocitações. As citações negativas são importantes, pois fazem parte do processo de comunicação científica e se for muito criticado é um trabalho que merece atenção da comunidade científica, pois é a partir das críticas que as pesquisas podem ser aprimoradas. A análise de citação tem como princípio “medir o nível de contribuição de um pesquisador ou de uma instituição à ciência.” (VANZ; CAREGNATO, 2003, p.252). Outro ponto levantado é que as citações não são medidas de qualidade de trabalhos, mas sim medidas de qualidade que são definidas socialmente pela comunidade científica.

Os autores Silva e Bianchi (2001) afirmam que os indicadores bibliométricos são uma forma de aperfeiçoar os recursos destinados ao fomento da ciência e tecnologia e se torna uma necessidade no processo de avaliação das atividades científicas. Ainda alertam que bons resultados dependem do uso adequado e de conhecer as condições de aplicação e limites desses indicadores, que também podem ser utilizados para obter uma ampla visão da situação da pesquisa.

No artigo “Google acadêmico como ferramenta para os estudos de citações: avaliação da precisão das buscas por autor” Caregnato (2011) avaliou o potencial, validade e cobertura do mecanismo de busca Google scholar nos estudos de citação das ciências humanas especificamente na Ciência da Informação no período de 2004 a 2008. Para validar os resultados do Google scholar a autora os comparou com a produção do Lattes de cada pesquisador. O método da autora consistiu em definir uma unidade de análise, no caso o pesquisador, o grupo de pesquisadores brasileiros da área de Ciência da Informação foi delimitado pela autora para aqueles que possuíam bolsas de produtividade em pesquisa classificadas nos níveis mais elevados (PQ1 ou PQSR) ano de 2009, totalizando 13

pesquisadores. A produção total desses pesquisadores apresentadas no Google acadêmico no período pesquisado foi de 305 documentos, que receberam 580 citações até maio de 2010, data da coleta de dados.

Ao checar os dados com os dos Lattes os 305 registros foram organizados em categorias que levam em conta exatidão e completude sendo elas:

a) “correta”: a referência recuperada está de acordo com os dados do Lattes;b) “incompleta”: na referência recuperada faltam alguns dados, por exemplo, título da publicação, data, páginas, entre outros;c) “imprecisa”: a referência recuperada apresenta que algumas informações (por exemplo, datas e/ou número de páginas) não condizem com os dados do Lattes; d) “incompleta/imprecisa”: a referência recuperada omite alguns dados, ao mesmo tempo que apresenta dados que não condizem com aqueles do Lattes; e) “duplicata”: referência recuperada está em duplicata, sem considerar a existência ou não de caracteres incorretos, entre outros problemas;f) “equivocada”: a referência recuperada não é do autor que se buscava; g) “errada”: a referência recuperada não fornece nenhum tipo de indicação de autor, (por exemplo, um endereço no campo de autor), o que Jacsó (2010) chama de fantasmas.,(CAREGNATO, 2011, p.78-79).

Observou-se que apenas 15% das referências estão totalmente corretas e a maior incidência de registros com problemas é a categoria “autoria equivocada” com 34%, autores homônimos aos buscados são recuperados, demonstrando que o problema maior se deve à falta de controle de autoridade, problema encontrado em outros índices de citação. A autora concluiu que o Google acadêmico é uma ferramenta capaz de recuperara um número grande de documentos que não são presentes em outros índices de citação tradicionais como capítulos de livros, livros e trabalhos acadêmicos escritos em português e que estudos de citação na área de ciências sociais poderiam ser conduzidos com essa ferramenta.

No artigo “Visibilidade dos pesquisadores no tema Estudos Métricos: análise de citação e co-citação nos periódicos do SciELO” Gracio, Oliveira e Matos (2009) objetivam analisar por meio de referências dos autores em suas produções, destacar os mais citados pelas revistas arroladas assim como os que foram cocitados para destacar a frente de pesquisa do tema “Estudos Métricos”. O método de pesquisa adotado para identificação, análise e avaliação dos dados foi levantamento dos números publicados on-line nos seguintes periódicos: Perspectivas em Ciência da Informação e Ciência da Informação. O primeiro envolveu um total de 68 artigos apenas 11 tratam de estudos métricos 16,2%. O segundo foi analisado 320 artigos, 42 tratam do tema, 13,1%. O universo dos artigos trabalhados foi de 388 artigos e apenas 13,7% (53) tratam de Estudos Métricos.

Os resultados da pesquisa demonstraram que de um total de 1514 citações 35 autores foram citados pelo menos 6 vezes totalizando 318 citações (21%). Os outros apareceram com 5 ou menos de 5 citações. A grande maioria dos autores (658) é citada apenas uma vez, indicando que muitos pesquisadores produzem na área, porém com baixa frequência de citação e pouco reconhecidos. Entre os pesquisadores com alta frequência de citação estão os considerados clássicos mais citados: Ronald Rousseau (Bélgica) 22 citações; Eugene Garfield (EUA) 19 citações; Peter Ingwersen (Dinamarca), Wolfgang Glänzel (Bélgica) e Macias-Chapula (México) 15 citações; Ernesto Spinak (Uruguai), Derek SollaPrice e Moya-Anegon (Espanha) 12 citações e a brasileira Suzana Pinheiro Machado Muller com 11 citações.

Quanto à cocitação destacam-se na região mais densa da rede de cocitações Rousseau, Garfield e Glänzel, os três pesquisadores possuem os maiores números de conexões com outros autores, Rousseau 94%, Garfield e Glänzel 88%. Price e Meadows apresentaram alta cocitação, as brasileiras Mueller, Braga e Velho também apresentaram alto número de cocitação. Os autores afirmam que a rede se apresentou de forma não fragmentada, entretanto alguns autores têm a presença mais consistente e determinam a maior visibilidade da frente de pesquisa. E por fim os autores concluíram que “o tema estudos métricos é pouco consolidado no Brasil, com modesta produção científica, apesar do comparecimento de pesquisadores brasileiros na frente de pesquisa.” (GRACIO; OLIVEIRA; MATOS, 2009, p.85).

2.5.6.3 Colaboração científica e coautoria.

Uma das ferramentas que a bibliometria utilizada para a análise da informação registrada é a análise de citação, que consiste em investigar “[...] as relações entre os documentos citantes e os documentos citados considerados como unidades de análise, no todo ou em suas diversas partes: autor, título, origem geográfica, ano e idioma de publicação etc.” (FORESTI, 1990, p.53).

Por meio da análise de citação é possível identificar e descrever padrões na produção de conhecimento científico como, por exemplo: autores mais citados, frente de pesquisa, fator de impacto etc. O primeiro índice de citação surgiu em 1963, o Science Citation Index (SCI) criado por Eugene Garfield, o fundador do Institute of Scientific Information (ISI) (ARAÚJO, 2006, p.19).

Formulado por Garfield o Fator de Impacto é um conceito de bastante relevância na análise de citação, foi desenvolvido inicialmente para avaliar periódicos, dividindo o número de citações que determinado periódico obteve em um ano pelo número de artigos publicados

em anos anteriores. Porém, a bibliometria conforme foi evoluindo, se apossou do conceito para a análise de autores, utilizando o índice absoluto de citação e a quantidade de trabalhos citados. Dividindo o índice absoluto de citação pelo número de trabalhos publicados que receberam no mínimo uma citação resulta no fator de impacto do autor. Com esse índice é possível identificar autores que, apesar de produzirem pouco, produziram algo significativo que obteve muitas citações, ao contrário de outros autores que também obtiveram muitas citações, mas que publicaram muitos trabalhos cujos quais individualmente não tiveram uma contribuição científica relevante (ARAÚJO, 2006, p. 19).

A cientometria tem diversos parâmetros para a medida da atividade de pesquisa científica, sendo eles citações, quantidade de publicações, coocorrência de palavras, coautorias entre outros, e por meio deles contribui para a compreensão das estruturas da comunidade científica e seu impacto político, econômico e social. A construção e o uso de indicadores de produção científica são temas de estudo de diversas áreas do conhecimento e são utilizados “para o planejamento e a execução de políticas para o setor como também para que a comunidade científica conheça melhor o sistema no qual está inserida.” (FUNDAÇÃO..., 2004, p. 5).

No artigo “redes de co-autoria dos professores da ciência da informação: um retrato da colaboração científica dessa disciplina no Brasil” os autores Antonio Braz de Oliveira e Silva, Fernando Silva Parreiras, Renato Fabiano Matheus e Wladimir Cardoso Brandão apresentam a rede de colaboração científica entre professores dos programas de pós-graduação em CI a partir da coautoria em eventos científicos e revistas. Como fonte de informação foi usada a base de dados do projeto ‘RedeCI’ e como metodologia a análise de rede social (ARS). Os autores apontam que os resultados mostram a existência de uma rede pouco conectada com diversos componentes independentes. A rede de professores que apresentam trabalhos em coautoria não é densa e interligada e possui apenas 3,3% dos laços possíveis presente. Os resultados indicaram ainda uma baixa cooperação entre os professores de pós-graduação em CI no Brasil, mantendo em vista que os eventos e revistas selecionados são os mais importantes para acompanhar a produção científica na área no Brasil.

Em um outro trabalho os mesmos autores da pesquisa acima analisaram as relações entre os professores do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais buscando discutir a interdisciplinaridade da CI analisando a relação entre professores de diferentes linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação. Em seus

resultados apontaram que diferentes programas de pós-graduação têm em comum 3 linhas de pesquisa que também apresentam ligação com outras áreas do conhecimento. Foi feita a análise de produção acadêmica dos professores do PPGCI da UFMG e chegaram à conclusão de que um grupo pequeno de professores é responsável pela maior parte da produção e a colaboração é mais intensa entre pesquisadores da mesma linha de pesquisa apesar de haver colaboração entre pesquisadores de diferentes linhas. Afirmam ainda que “A rede de colaboração é bastante esparsa e muito da produção se dá entre colaboradores preferenciais.” (SILVA; MATHEUS; PARREIRAS; PARREIRAS; p. 191, 2006).

No artigo “O periódico Ciência da Informação na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos” os autores Suzana Pinheiro Machado Mueller e Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro analisaram os artigos da revista Ciência da Informação no período de 1990-1999 a fim de identificar características, que devido a importância do periódico para a área no Brasil, são considerados indicadores significativos da produção científica área como temas predominantes, volume de pesquisas número e identificação de autores segundo grupo temáticos, produtividade individual e cooperação entre autores. Assim como apontado nos artigos citados acima os resultados mostram que a autoria única predomina sobre a autoria em colaboração, Mueller et. al. (2000) ao analisar os anais de quatro encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIBS), que aconteceram entre os anos de 1994 e 2000, os autores verificaram essa mesma tendência nos trabalhos que foram apresentados. Dos 248 artigos 78,23% (194) foram escritos por autor único e 21,77% (54) artigos por mais de um autor, os autores afirmam ainda que a colaboração entre dois autores foi a forma mais frequente de colaboração, 12,90% dos 54 artigos escritos por mais de um autor foi escrito por dois autores e chega a apenas 8,47 % os artigos escritos por mais de dois autores.

Em estudo mais recente “Análise da colaboração científica nos programas de pós-graduação em ciência da informação com enfoque nas coautorias” os autores Gabriel Junior e Oliveira (2014) tiveram como objetivo mapear as relações de coautoria dos programas de pós-graduação tendo como base a produção científica de periódicos na área de Ciência da Informação no período de 2010 a 2013 buscando destacar a produção dos docentes dos programas e também as coautorias. Com os dados obtidos os autores chegaram ao seguinte resultado quanto a coautoria:

[...] a análise dos dados disponíveis na Brapci mostra que a autoria única foi dominante, no Brasil, até 2008, submergindo a autoria dupla em 2011. Essa tendência iniciou-se na década de 1990 e mantém-se até hoje, pressupondo que, se continuar o crescimento das autorias múltiplas, e utilizando projeções matemáticas de previsão do Excel, calcula-se que em 2022 aproximadamente 5% das autorias serão únicas. (GABRIEL JÚNIOR; OLIVEIRA, 2014).

Quanto aos programas de pós-graduação ao analisar o total de colaborações os resultados foram divididos em três categorias, a primeira sendo dos programas de pouca colaboração caso da UNIRIO e UFPE. O segundo grupo referente a uma quantidade significativa de coautorias, porém concentrada em poucos professores caso da USP, UFPE, UFF, UEL e UFBA. A última categoria é referente aos programas com maior intensidade de colaboração, sendo eles: UnB, UFPB, UFMG, UDESC e UNESP.

2.5.7 Estudos métricos sobre questões raciais e de gênero

Neste tópico serão analisados rapidamente alguns trabalhos considerados relevantes, que realizaram estudos bibliométricos aplicados ao gênero e a questões raciais. É interessante compreender a metodologia utilizada e destacar aqui a importância dos trabalhos que utilizam esse tipo de metodologia para entender questões raciais. A bibliometria, como visto, pode ser aplicada nos mais diversos campos e tem diversos indicadores.

Como apontado anteriormente às métricas servem para medir de diversas formas a produção científica, o perfil de pesquisadores e até mesmo a ciência em si. Com o tempo os estudos voltados às questões raciais, ao negro e a temática Africana foram produzidos, e como as métricas são uma ferramenta de estudo da ciência e sua produção, elas também foram usadas para estudar essa temática. Além desse tema, trabalhos com o objetivo de estudar questões de gênero que usaram alguma métrica como ferramenta foram produzidos. Desta forma, a seguir serão apresentados alguns trabalhos sobre questões raciais e de gênero que utilizaram os estudos métricos da informação em sua metodologia.

O artigo “Análise métrica das palavras-chave mais citadas no periódico da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) no período de 2010 a 2014” escrito pela autora Graziela dos Santos Lima foi publicado no livro *Bibliotecários Negros*. Lima fez uso da bibliometria para estudar a ocorrência das palavras-chave dos artigos publicados pela Revista da ABPN, seu objetivo foi obter uma lista de termos que auxiliem na construção de um vocabulário controlado sobre estudos africanos e afro brasileiros. A autora identificou que as

palavras-chave mais citadas ao longo de quatro anos foram: “racismo”, “identidade”, “Lei 10.639/03”, “mulheres negras” e “relações raciais”.

O trabalho “A produção científica sobre os (as) negros (as) nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico” foi feita com o objetivo de pesquisar a produção científica sobre questões raciais presente nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) nos anos de 2005 a 2010. O evento é organizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Os autores Erinaldo Dias Valério, Maria Cleide Rodrigues Bernardino e Joselina da Silva utilizaram a cientometria em sua metodologia e à partir de sua análise puderam observar que poucos trabalhos tratam de questões raciais e tem ênfase na população negra, os autores asseveram que isso acaba “provocando um distanciamento das temáticas que dizem respeito à população afrodescendente, no país.”(VALÉRIO; BERNARDINO ; SILVA, 2012, p.157).

No artigo “Ações afirmativas no Brasil: uma pesquisa bibliométrica” tem como objetivo conhecer e mapear características de artigos publicados sobre ações afirmativas para negros, para atingir tal objetivo os autores Juliane Yukie Yamamoto Faedo, Viviane Suemi Yamamoto, José Carlos de Jesus Lopes utilizaram como método uma pesquisa bibliométrica dos estudos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e nos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) publicados no período de 2010 a 2015. Seus principais resultados mostraram predominância de publicação em periódicos da área de educação e com o tema Cotas em Universidades, e por fim os autores consideram que há uma necessidade de estimular a discussão desse tema.

Outro trabalho que fez uso de uma métrica no método de pesquisa foi o artigo “Análise das informações étnico raciais a partir dos estudos métricos da biblioteconomia: um olhar cientométrico” escrito por Erinaldo Dias Valério e Joana Coeli Ribeiro Garcia o artigo tem como objetivo a investigação “a partir dos indicadores dos estudos afrodescendentes o que tem sido disseminado nos programas de pós-graduação em Ciência da informação e seu diálogo com a sociedade.” (VALÉRIO; GARCIA, 2013, p.814). Para atingir seu objetivo os autores usaram em sua metodologia a cientometria e como objeto de estudo as dissertações produzidas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação da região Nordeste, em seu resultado os autores apontam que poucos trabalhos tratam de questões raciais com ênfase nos negros, e concluem que muitos dão ênfase a temas universais o que provoca um distanciamento dos temas que dizem respeito a população negra.

No artigo “Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas” a autora Gislaine Imaculada de Matos delimitou como objetivo geral de sua pesquisa analisar a produção científica sobre “feminismo e estudos de gênero” por meio da aplicação de indicadores bibliométricos, os artigos estudados foram coletados nos periódicos publicados entre 2001 e 2016 no periódico “Revista Estudos Feministas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os objetivos específicos são analisar as tendências atuais presente na comunidade científica sobre os tópicos abordados pelo periódico escolhido e criar um mapeamento de sua produção. Os indicadores usados foram: autores mais frequentes em produção e suas coautorias, temáticas mais frequentes, autores mais citados e origem geográfica dos autores. Os resultados apresentados foram mais da metade dos autores publicam em autoria individual, embasamento sociológico e epistemológico dos artigos e preocupação com políticas públicas, maior quantidade de publicações relacionadas a questões teóricas.

O artigo “A questão do gênero na literatura em ciência da informação” das autoras Leilah Santiago Bufrem e Bruna Silva Nascimento se trata de um estudo descritivo que por meio do método bibliométrico buscou verificar a presença da mulher enquanto produtora de informação científica e analisar como o gênero tem sido trabalhado na literatura na ciência da informação no Brasil. Os dados foram retirados da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). Nos resultados as autoras observaram que a maioria dos autores eram mulheres, um aumento da interdisciplinaridade na produção científica em Ciência da Informação constatado pela contribuição de 36,93% de outras áreas como psicologia, educação e comunicação, além de um aumento no número de artigos sobre o tema nos últimos anos.

O trabalho “Métricas da participação feminina na ciência e tecnologia no contexto dos INCTs” produzido por Carlos Roberto Massao Hayashi, Camila Carneiro Dias Rigolin e Maria Cristina Piumbato Innocentini mostra os resultados preliminares de sua pesquisa em andamento, entre os objetivos tem o de analisar a categoria gênero e o objeto de pesquisa são projetos com liderança feminina que participam dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs). Os resultados da pesquisa foram organizados em indicadores cientométricos construídos com base na documentação oficial sobre os INCTs e na produção tecnológica e científica de 18 pesquisadoras que são líderes desses institutos.

3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente tópico trata da metodologia usada na pesquisa, os autores Prodanov e Freitas (2013) definem metodologia como “a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

Apresenta as etapas em que a pesquisa foi feita e seus procedimentos. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, pois mescla métodos quantitativos e qualitativos, como a coleta de dados por meio de questionário e análise bibliométrica. Creswell (2007) define a técnica de métodos mistos como

[...] aquela em que o pesquisador tende a basear as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos. [...]Essa técnica emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou seqüencial para melhor entender os problemas de pesquisa. A coleta de dados também envolve a obtenção tanto de informações numéricas (por exemplo, em instrumentos) como de informações de texto (por exemplo, em entrevistas), de forma que o banco de dados final represente tanto informações quantitativas como qualitativas. (CRESSWELL, p. 35, 2007).

O método compreendia a utilização de técnicas bibliométricas e cientométricas para a análise de informações bibliográficas sobre a publicação de artigos de periódicos registradas no currículo Lattes de docentes ativos nos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação brasileiros respondentes do questionário. O questionário é definido como “uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 108).

O questionário foi elaborado na ferramenta Google Forms com 15 perguntas divididas em duas seções a primeira sendo informações de identificação a segunda para coletar informações sobre a percepção de racismo e preconceito no ambiente acadêmico.

As variáveis analisadas foram:

- a) Cor/raça: É uma variável nominal associada à unidade de análise autotaxonomia. Os valores que pode assumir são: Preto, Pardo, Branco, Amarelo e Indígena. Os valores detalhados foram Preto e Pardo;
- b) Programa de Pós-Graduação: É uma variável nominal associada ao elemento do docente que assumiram valores conforme lista no APÊNDICE B. Foram contabilizados apenas os programas que os docentes informaram no questionário

c) Percepção de racismo no ambiente acadêmico e universitário: É uma variável contínua associada à unidade de análise percepção de racismo que assume os valores da escala Likert.

d) Percepção de racismo na Pós-Graduação. É uma variável contínua associada à unidade de análise percepção de racismo que assume os valores da escala Likert.

e) Percepção de racismo quanto aos cargos. É uma variável contínua associada à unidade de análise percepção de racismo que assume os valores da escala Likert.

f) Percepção de racismo quanto a bolsas ou apoio financeiro. É uma variável contínua associada à unidade de análise percepção de racismo que assume os valores da escala Likert.

g) Percepção de racismo quanto a publicação. É uma variável contínua associada à unidade de análise percepção de racismo que assume os valores da escala Likert. h) Percepção de racismo quanto a colaboração. É uma variável contínua associada à unidade de análise percepção de racismo que assume os valores da escala Likert.

i) Percepção de racismo quanto a citação. É uma variável contínua associada à unidade de análise percepção de racismo que assume os valores da escala Likert

3.1. Procedimentos metodológicos da pesquisa

3.1.1 Extração do Universo

Foi feita uma busca na plataforma Sucupira pelos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. A plataforma Sucupira é uma importante ferramenta usada para coletar informações, realizar avaliações além de ser à base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (CAPES 2019). Foram obtidos 27 programas, então passados para uma planilha no Excel. Em seguida foram pesquisados os nomes dos docentes permanentes vinculados a esses programas, totalizando 366, que também foram passados para planilha no Excel. A planilha contém: Nome do programa de pós-graduação, nome completo, Estado e e-mail.

Um questionário foi elaborado usando a ferramenta Google Forms, contendo perguntas abertas e outras usando a escala de Likert para captar a percepção dos docentes sobre a existência de preconceito racial ou racismo no ambiente acadêmico. A escala de Likert foi desenvolvida por Rensis Likert em 1932 e consiste em “tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância.” (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014, p. 4). A escala aparece nas perguntas de número 8 a 14, 1 sendo: Nunca percebi, 2 Percebi um pouco, 3 Nem muito nem pouco, 4 Percebi muito, 5 Percebo sempre.

O questionário está no Apêndice A no final do trabalho. Para a definição de cor no questionário utilizou-se a classificação do IBGE. A decisão de usar o sistema classificatório do IBGE foi tomada com base no estudo de Osório (2004) que indicou que apesar de críticas o sistema classificatório do IBGE se mostra eficiente, pois a questão racial no Brasil é subjetiva e fluida, assim o sistema também é subjetivo sendo capaz de captar as variações existentes, além de refletir a história das relações raciais do Brasil.

Cada um desses nomes foi pesquisado na ferramenta Google para obter o endereço de e-mail, então um link para o questionário junto com o Termo de Consentimento Esclarecido foi enviado para 366 docentes vinculados aos PPGCI's em dois momentos. Primeiro momento entre os dias 05 e 08 de novembro de 2019, mas se obteve poucas respostas o e-mail. O email foi enviado mais uma vez aos docentes do dia 18 ao dia 21 de novembro de 2019, tratando cada professor pelo nome, desta forma mais respostas foram obtidas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi necessário para que “a pessoa que está sendo convidada a participar de um projeto de pesquisa compreenda os procedimentos, riscos, desconfortos, benefícios e direitos envolvidos, visando permitir uma decisão autônoma.” (GOLDIM; PITHAN; OLIVEIRA; RAYMUNDO, 2003).

3.1.2 Obtenção da amostra

O questionário ficou aberto para o recebimento de respostas até o dia 07 de dezembro de 2019. Um total de 105 respostas foi baixado do Google Forms para o Excel, 26 respostas foram descartadas, pois não foram preenchidas de forma correta. Desses 76 respondentes 29 se autodeclararam pretos e pardos. Foram analisadas as respostas desses docentes porque essa prática é adotada por diversos pesquisadores como aponta Osório (2013). No livro *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades* diversos autores ao

analisar dados quanto à raça ou cor da população usou a categoria negros que engloba pretos e pardos, para fins metodológicos o mesmo procedimento foi adotado nesta pesquisa em um primeiro momento mais a frente analisando a percepção de racismo de cada grupo separado a fim de atingir os objetivos propostos.

3.1.3 Coleta de dados

O nome desses 29 pesquisadores foi buscado na plataforma Lattes no mês de dezembro de 2019 e janeiro de 2020, os artigos de periódicos listados em seus respectivos currículos foram colocados em lista, cada artigo foi buscado no Google scholar no mesmo período e as citações anotadas. Foram encontradas produções do período de 1981 a 2020, os artigos duplicados foram excluídos.

As unidades de análise foram a auto classificação dos docentes respondentes do questionário, a percepção de racismo e a produção científica do tipo artigo, considerando o objetivo desta pesquisa apenas os docentes permanentes dos programas de pós-graduação foram selecionados, visto que estes, em geral, são os mais ativos e possuem maior quantidade de produção científica.

3.1.4 Produção de gráficos e quadros e análise de resultado

Gráficos e tabelas foram produzidos para visualizar quantos respondentes marcaram preto e pardo, os programas a que estão afiliados a quantidade de artigos publicados por docente e a quantidade de citações.

Os dados foram analisados em duas etapas. Primeiro a produção em periódicos dos docentes, citação e colaboração, depois suas respostas ao questionário foram cruzadas os indicadores de produção, citação e colaboração.

3.2 Universo e amostra

O universo desta pesquisa são todos os pesquisadores negros de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, o universo ou população de uma pesquisa se trata da “totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 98).

A amostra desta pesquisa são todos os respondentes que marcaram Preto ou Pardo em sua autoclassificação no questionário. Amostra é definida como “parte da população ou do

universo, selecionada de acordo com uma regra ou plano.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 98). As características observadas são a classificação quanto à cor/raça e publicação de artigos em periódicos.

3.3 Tratamentos dos dados

As 106 respostas ao questionário foram baixadas do Google Forms para o Excel, duas foram excluídas, pois eram duplicatas. Das 104 restantes 26 respostas foram descartadas, pois não foram preenchidas de forma correta. Entre as 76 restantes 30 respondentes se autodeclararam pretos ou pardos, entretanto não foi encontrado o currículo Lattes de um docente que se autodeclarou pardo assim ficando apenas 29 Pretos e Pardos respondentes. O nome desses 29 pesquisadores foi buscado na plataforma Lattes e os artigos completos publicados em periódicos de seus respectivos currículos foram colocados em uma planilha do Excel. Para cada artigo foi buscado na ferramenta Google Scholar e o número citações. Os artigos duplicados foram excluídos.

A pergunta número 5 “Que termo usa para classificar sua cor/raça?” não está marcada como obrigatória no questionário, 2 docentes que marcaram Pardo não informaram por que o fizeram. Ao fazer o tratamento dos dados termos como “negra” “Parda” “Preta” e “branca”, foram padronizados para o masculino e as demais que começavam com letra minúscula foram passadas para maiúscula para fins metodológicos. Os nomes dos programas de Pós-Graduação também foram padronizados, todos em letra maiúscula com a universidade a frente da sigla do programa. Os nomes dos docentes foram substituídos por códigos para assim garantir seu anonimato, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que está no Apêndice A. Portanto, nesta pesquisa não se analisou a produtividade por professor para não gerar possibilidade de identificação dos respondentes

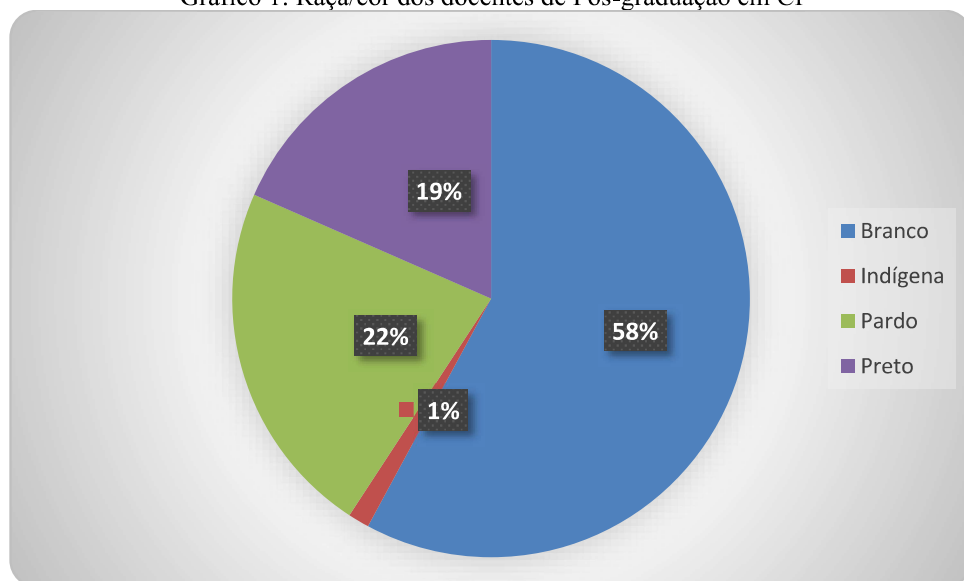
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente tópico trata da apresentação e análise dos dados obtidos por meio do questionário, que está no apêndice A ao final do trabalho. Nos primeiros tópicos foram apresentados uma visão geral dos dados, primeiro dos respondentes e logo em seguida da percepção de racismo, produção citação e colaboração. Em seguida é feita uma comparação entre a percepção de racismo e cada um dos indicadores trabalhados.

4.1 Visão geral dos respondentes

Em relação à pergunta 6 “De acordo com a classificação do IBGE você se auto declara ?” o Gráfico 1 foi elaborado, a partir dele podemos observar que os docentes que se autodeclararam brancos são a maioria, 58% pretos aparecem em segundo lugar com 22% e pardos em terceiro com 19%. Somando-se pretos e pardos, 41% chegamos perto da porcentagem de brancos, no contexto desta pesquisa a presença de docentes negros na Pós-graduação em CI é alta.

Gráfico 1: Raça/cor dos docentes de Pós-graduação em CI



Fonte: Dados da pesquisa 2019. Onde: n=76.

Dos 29 docentes analisados 18 marcaram o gênero masculino e 11 o feminino, 15 pardos e 14 pretos. Juntos somam um total de 662 artigos publicados em periódicos, 590 autores colaboraram em seus artigos que até janeiro de 2020, somam 3036 citações.

Quanto a pergunta número 4 “A qual Universidade programa de Pós-Graduação você pertence ?” o total de 4 docentes responderam que estão vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, 3 ao Programa de Pós-Graduação da UFPE, 1 docente em cada programa das universidades do Rio de Janeiro (Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) e os demais ficaram entre 1 e 2 dos Programas dos Estados da Bahia, Minas Gerais e etc. como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1: Programas brasileiros de Pós-Graduação em Ciência da Informação

| Programa de Pós-Graduação | F | Porcentagem |
|----------------------------|----|-------------|
| UFPB/PPGCI | 4 | 14% |
| UFPE/PPGCI | 3 | 10% |
| UFBA/PPGCI | 2 | 7% |
| UFMG/PPGCI | 2 | 7% |
| UFRGS/PPGCIN | 2 | 7% |
| UFS/PPGCI | 2 | 7% |
| USP/PPGCI | 2 | 7% |
| UEL/PPGCI | 1 | 3% |
| UFBA/ICI | 1 | 3% |
| UFC/PPGCI | 1 | 3% |
| UFCA/MPB | 1 | 3% |
| UFES/PPGCI | 1 | 3% |
| UFF/PPGCI | 1 | 3% |
| UFRJ/EBA_BAP PPGMA/FCRB | 1 | 3% |
| UFSC/PGCIN | 1 | 3% |
| UnB/PPGCI | 1 | 3% |
| UNESP/PPGCI | 1 | 3% |
| UNIRIO/PPGB | 1 | 3% |
| UFAL/PPGCI | 1 | 3% |
| TOTAL | 29 | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa (2019). Onde: n=29.

A pergunta de número 5 “Que termo usa para classificar sua cor raça?” deixava um espaço livre para os docentes se auto classificarem. Dos 29 analisados 13 usaram o termo “Negro/Negra” e 6 usaram o termo “Parda/Pardo”, “Preto/Preta” aparece 3 vezes e “Preta/Negra” apenas 1 vez.

Tabela 2: Termos livres de autoclassificação

| Termos livres | F | Porcentagem |
|---|----------|--------------------|
| Negro/Negra | 13 | 45% |
| Parda/Pardo | 6 | 21% |
| Preto/Preta | 3 | 10% |
| COR DA PELE / ORIGEM | 1 | 3% |
| Morena | 1 | 3% |
| Morena/parda - descendência indígena | 1 | 3% |
| Nenhum | 1 | 3% |
| Preta/Negra | 1 | 3% |
| Raça/Etnia | 1 | 3% |
| Uso pardo, mas me classificam como branco. | 1 | 3% |
| Total geral | 29 | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa (2019) Onde: n=29.

No referencial teórico deste trabalho o subtópico 2.3 trata da classificação de cor e raça no Brasil, por se tratar de um tema complexo foi apresentado um pequeno histórico de termos como “Preto”, “Pardo” e “Morena(o)” e esses termos apareceram nas respostas desta pesquisa. O termo “Preto” e “Pardo” estava presentes no primeiro censo oficial brasileiro feito em 1872, e como apontado no referencial teórico termos como “Preto” ou “Negro” costumavam ter uma carga negativa e muitos estereótipos, sendo evitados e termos como “Moreno” e “Pardo” utilizados para minimizar a diferença de cor. Pode-se observar que todos esses termos apareceram nas respostas desta pesquisa.

Em 1996 em seu estudo Sansone apontou que o termo “Negro” era utilizado por pessoas mais jovens e escolarizadas e carregava uma conotação positiva, observa-se que em 2019, ano da coleta de dados, essa divisão mudou, pois entre os respondentes todos escolarizados, tanto “Negro” quanto “Preto” apareceram. O termo “Morena(o)” aparece em dois momentos, uma vez sozinho e outra acompanhado do termo “Pardo” e descendência indígena, como dito anteriormente pardo está presente desde o primeiro censo, para quem ele foi utilizado variou algumas vezes, no segundo censo realizado no Brasil em 1890 o termo pardo foi substituído pelo termo mestiço e em 1940 quando a raça voltou a ser coletada, o termo mestiço foi substituído pelo pardo e nesse censo o termo pardo era utilizado para aqueles que não se

encaixavam nas outras categorias ou aquelas que não respondessem. Em 1950 voltou a ser designado para aqueles que se identificassem como “mulato” “mestiço” etc. Sansone (1996) aponta que havia uma preferência pelo termo moreno que vinha de uma rejeição ao termo pardo.

Osório (2004) afirma que essa rejeição vinha de uma conotação negativa ligada ao termo, remete ao impedimento da realização do Brasil branco. O termo moreno já passou de pejorativo a valorizado no começo do século XX devido ao mito da democracia racial, Osório (2004) aponta ainda que esse termo faz parte da estrutura racista do Brasil. Ao aparecerem lado a lado no momento de autoclassificação pode-se observar que esse intuito de atribuir ambos os termos a pessoas que descendem de etnias diferentes ainda permanece. Em momentos diferentes da história ambos os termos foram rejeitados, mesmo assim acabaram sendo utilizados por aquelas pessoas que sentiam não se encaixar em “Preto”, “Branco” ou “indígena”.

Essa hesitação ou mesmo reluta em se racializar aparece algumas vezes nas respostas de todos os docentes como pode ser observado na tabela 3, como “indefinida ou Branco”, “não sei” e “nenhuma”.

Tabela 3: Termos livres de autodeclaração de todos os respondentes

| Termos livres todos os respondentes | F | Porcentagem |
|---|-----------|--------------------|
| Branco | 37 | 49% |
| Negro | 13 | 17% |
| Pardo | 8 | 11% |
| Preto | 3 | 4% |
| Amarelinha | 1 | 1% |
| Branco | 1 | 1% |
| Branco/Branco | 1 | 1% |
| COR DA PELE / ORIGEM | 1 | 1% |
| Indefinida ou Branco | 1 | 1% |
| Índio | 1 | 1% |
| Morena | 1 | 1% |
| Morena/Pardo - descendência indígena | 1 | 1% |
| Não costumo classificar-me quanto a cor/raça | 1 | 1% |
| Não sei | 1 | 1% |
| Nenhum | 1 | 1% |
| Prefiro não declarar; em meus documentos está como Branco | 1 | 1% |
| Preto/Negro | 1 | 1% |
| Raça/Etnia | 1 | 1% |
| Uso pardo, mas me classificam como Branco. | 1 | 1% |
| Total geral | 29 | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa (2019) Onde: n=29.

4.2 Visão geral da percepção de racismo e preconceito

A percepção geral com relação ao racismo e preconceito no ambiente acadêmico e as atividades de produção, colaboração e citação tem a média 2 “Percebi um pouco” indicando que sim, percebem racismo, porém pouco.

As perguntas do questionário de número 8 a 14 foram feitas para buscar compreender a percepção de racismo no ambiente acadêmico e onde é mais forte, pra isso foi utilizada a escala de Likert. As perguntas são: 8. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial relacionada ao desenvolvimento de suas atividades profissionais no âmbito acadêmico e universitário? 9. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial relacionada ao desenvolvimento de suas atividades profissionais no âmbito da pós-graduação?

10. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado na sua ocupação em cargos ou funções no âmbito acadêmico e universitário? 11. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado no não recebimento de bolsas ou apoio financeiro para suas pesquisas no âmbito acadêmico e universitário? 12. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado na seleção de seus textos para publicação ou para apresentação em eventos no âmbito acadêmico e universitário? 13. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado o estabelecimento de relações de parceria e colaboração para a elaboração e publicação de pesquisas em coautoria no âmbito acadêmico e universitário? 14. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado a citação de suas pesquisas por outros pesquisadores no âmbito acadêmico e universitário?

Abaixo na tabela 4 se pode observar que dois docentes, A20 e A15, responderam 5 “Percebo sempre” em quase todas as perguntas, ou seja, percebem racismo no ambiente acadêmico em diversas situações. A maioria respondeu 2 “Percebi um pouco” e 8 responderam 1 (nunca percebi), sugerindo assim que apesar de perceber pouco a maioria dos docentes afirmam que sim, percebem racismo no ambiente acadêmico.

Tabela 4: Média percepção geral de racismo dos respondentes

| Docente | Média Percepção Geral de Racismo |
|---------|----------------------------------|
| A20 | 4,86 |
| A15 | 4,14 |
| A1 | 3,86 |
| A19 | 3,14 |
| A28 | 2,86 |
| A7 | 2,71 |
| A29 | 2,57 |
| A12 | 2,43 |
| A16 | 2,43 |
| A9 | 2,29 |
| A21 | 2,14 |
| A26 | 2,14 |
| A8 | 2,00 |
| A3 | 1,86 |
| A18 | 1,71 |
| A25 | 1,71 |
| A22 | 1,57 |
| A24 | 1,43 |
| A6 | 1,29 |
| A17 | 1,29 |
| A23 | 1,14 |
| A2 | 1,00 |
| A4 | 1,00 |
| A5 | 1,00 |
| A10 | 1,00 |
| A11 | 1,00 |
| A13 | 1,00 |
| A14 | 1,00 |
| A27 | 1,00 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A área em que mais foi percebido racismo, como mostra a tabela 5, foi no ambiente acadêmico e universitário no geral, com média de 2,7 “Percebi pouco”. Em segundo veio a percepção quanto ao ambiente da Pós-Graduação em específico com média de 2,4 em terceiro ficou a percepção de racismo quanto a cargos também com 2,4. Bolsas ou apoio financeiro com média de 1,4 a área em que a percepção foi mais baixa. Como apontado no referencial teórico no tópico 2.2 Racismo e preconceito, o racismo se expressa em duas formas: individual e

institucional, o segundo se manifesta por meio de práticas discriminatórias com o apoio indireto ou estimulado pelo Estado.

Tabela 5: Média de Percepção geral de racismo por pergunta

| Pergunta | Média de Percepção geral |
|--------------------------------|--------------------------|
| PR-Acadêmico e universitário | 2,7 |
| PR- Pós-graduação | 2,4 |
| PR- Cargos | 2,4 |
| PR- Citação | 1,8 |
| PR- Colaboração | 1,6 |
| PR- Publicação | 1,6 |
| PR- Bolsas ou apoio financeiro | 1,4 |
| Total Geral | 2,0 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

PR= Percepção de racismo

Ao analisar os dados onde a percepção de racismo é maior no ambiente acadêmico e universitário e cargos apontam a segunda forma de racismo, a institucional. As autoras Jaccoud e Begin (2002) que dividem a discriminação racial em direta e indireta, a indireta sendo a entre suas características a práticas administrativas ou políticas públicas que apesar de aparentarem neutras tem potencial discriminatório, as autoras apontam a análise de indicadores de desigualdade como uma forma de identificar e combater esse tipo de discriminação e como exemplo desse tipo de discriminação é o pouco sucesso de estudantes negros no ensino fundamental. Esse conceito pode explicar o percebimento de racismo quanto aos cargos dentro da universidade e no ambiente acadêmico em geral.

A fim de compreender melhor em que grupo a percepção de racismo é maior temos a tabela número 6: Percepção de racismo entre pretos e pardos, onde podemos observar que a percepção de racismo dos respondentes que marcaram preto é maior que as daqueles que marcaram pardos em todas as perguntas. A média geral de percepção entre os pardos é de 1,4 indicando que a percepção de racismo entre esse grupo é “Nunca percebi” já entre os que marcaram preto a média de percepção geral é de 2,6 indicando que é “Percebi pouco”.

Tabela 6: Percepção de racismo de pretos e pardos

| Pergunta | Média pretos | Média pardos |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| PR-Acadêmico e universitário | 3,6 | 1,9 |
| PR-pós-graduação | 3,2 | 1,6 |
| PR-cargos | 3,1 | 1,7 |
| PR-citação | 2,2 | 1,5 |
| PR-colaboração | 2,2 | 1,1 |
| PR-publicação | 2,1 | 1,1 |
| PR-bolsas ou apoio financeiro | 1,9 | 1,0 |
| Média Geral | 2,6 | 1,4 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

PR: Percepção de racismo

Em ambos os grupos a maior média foi no âmbito acadêmico no geral, pretos 3,6 “nem muito, nem pouco” e os pardos 1,9 quase “Percebi pouco”. Os dados indicam que as pessoas pretas percebem mais racismo do que as pardas, algo que foi discutido no referencial teórico, ao falar de colorismo diversos autores afirmam que quanto mais escura a cor da pele maior o racismo sofrido pelo indivíduo, o que se pode ver ao analisar esses dados, apesar de também perceberem racismo em determinados momentos, pessoas pretas acabam o sentindo mais e em todos os momentos apenas em intensidades diferentes.

Quanto à presença de negros no ambiente acadêmico Lélia González e Abdias do Nascimento falam de um processo de embranquecimento no ambiente acadêmico, Lélia menciona as normas de comportamento e em relação ao corpo as quais tanto alunos quanto professores eram submetidos, Abdias aponta a ausência de memória e história da África, referências e a predileção pela cultura e modelo branco de beleza rejeitando o que é negro além da insistência na harmonia das relações raciais brasileiras. O intelectual ainda fala da falta de espaço para a expressão cultural e política do negro, reprodução de estereótipos sexistas e

raciais, e por último, as universidades brasileiras como um espaço pensado “por” e “para” brancos. Ambos intelectuais falam da percepção de racismo no ambiente acadêmico como um todo, questão em que a média de percepção de racismo foi maior.

Abdias ainda fala de uma rejeição ao que é africano e negro, pode-se observar que a pergunta sobre colaboração tem a menor média de percepção 1,75. No referencial teórico o tópico 2.4.4 Pesquisadores negros traz autores e autoras que dentro da Ciência da Informação tomaram iniciativas para a ligação entre pesquisadores negros, resultados dessa iniciativa são livros como “Bibliotecários Negros: ação, pesquisa e atuação política” e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) que “surge como uma resposta a invisibilização dos pesquisadores negros pelas agências oficiais, tendo como proposta a inclusão desses pesquisadores que foram excluídos das associações científicas dominantes.” (ABPN, 2019).

A pergunta de número 15 “Caso se sinta confortável descreva situações, contextos, percepções que considera racismo, preconceito ou discriminação racial que tenha influenciado suas atividades profissionais no âmbito acadêmico e universitário.” era livre e não obrigatória feita para compreender em que situações e contexto os docentes perceberam algum tipo de preconceito racial ou racismo, 12 docentes responderam e seus relatos corroboram o que foi apontado quanto ao racismo e discriminação institucional. O docente A5 afirma que “*O fato de ser o único professor negro no meu Departamento chama muito a minha atenção para esse tema.*”. No tópico 2.4 Universidade educação e questões raciais dois estudos sobre a presença de negros no ensino superior, Queiroz (2004) e Teixeira (2003), apontam que a presença de negros é baixa ilustrando a afirmação do docente.

Outro docente A1, fala da baixa presença de negros nas universidades “[...]o racismo é estrutural nas instituições, até porque todas as áreas do conhecimento são predominantemente constituídas por pessoas brancas ou que se declaram brancas. [...]” o docente ainda afirma que “[...] os negros chegam à graduação, mas não conseguem chegar à pós e na maioria das vezes a carreira acadêmica, mais lenta e com os recursos esparsos, fica apenas no passado.”

O racismo velado foi mencionado três vezes por docentes diferentes A1 disse “*Quando assumi a pós-graduação como coordenadora o racismo veio a tona tanto no departamento quanto na própria instituição onde os professores de outras áreas, por exemplo, sempre perguntavam como eu tinha chegado ali ou faziam comentários que tinham um fundo de racismo velado*” aqui o docente percebeu quando alcançou um cargo mais alto na hierarquia . Um outro docente, A17 relatou o seguinte “*o racismo parece constituir uma dimensão velada,*

pois, algumas vezes, sinto que determinados colegas minimizam, ou arrefecem, as conquistas e o reconhecimento dos discentes de graduação quando sou elogiado em público.”.

No subtópico 2.2.2 Relações raciais no Brasil são citadas as diferenças entre o preconceito no Brasil e nos Estados Unidos, no Quadro 1 são listadas doze diferenças, e o preconceito velado aparece como a quinta diferença onde qualquer manifestação pública de preconceito e ou racismo é rechaçada para preservar a falsa ideia de sociedade livre de preconceito. Nogueira (2006) afirma que o preconceito no Brasil é de marca e sua forma de se manifestar acaba sendo diferente como exemplo a diferença 4 “o efeito do racismo nas relações interpessoais” que o indivíduo preconceituoso pode ser amigo de uma pessoa negra e não mudar sua postura quanto ao racismo. Isso fica claro nos relatos onde colegas são portadores de comentários e atitudes racistas e como aponta outro docente “*atitudes sutis de colegas e/ou alguns alunos.*”

Atitudes sutis são mencionadas em outros relatos A8 diz “*mesmo na vida acadêmica a discriminação é sutil, docentes são excluídos de maior envolvimento em indicação de cargos.*”. Lembrando que a percepção de racismo quanto aos cargos ficou em terceiro lugar. A18 ainda destaca “*O microsistema social da universidade reflete o que acontece em outras situações sociais. [...] O lado negativo, relacionado ao preconceito e racismo, pode, em determinadas situações, estar presente, ainda que de modo velado.*”

A presidente do X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros /as (COPENE) Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) Luciene Ribeiro Dias afirma que os alunos de graduação negros eram rejeitados como orientandos pois suas temáticas não eram aceitas pelos pesquisadores, situações semelhantes foram relatados por dois docentes diferentes A12 diz “*Alguns dos textos científicos que escrevemos enfocando as questões informacionais no contexto das relações étnico-raciais foram avaliados como menos científicos e mais militantes.*” e A26 “*Um exemplo foi a tentativa de impedimento da oficialização do meu grupo de pesquisa no departamento de graduação em que trabalho - Letras Vernáculas*”

Para aqueles docentes que marcaram pardo no questionário havia a questão número 7- Marquei pardo porquê? com duas opções, “não me considero preto (a)” ou “Tenho dúvidas se sou preto (a) ou branco (a)” como citado anteriormente houve certa confusão quanto ao uso do termo “pardo” em certa altura sendo rejeitado e retirado do censo oficial e depois voltou ao censo, as vezes sendo usado para designar aqueles que não sentem que se encaixam em outros

termos ou mesmo como forma de se embranquecer para se encaixar em situações diversas, como aponta Sansone (1996) em sua pesquisa, por isso a questão entrou no questionário.

Tabela 7: Pardos

| Marquei pardo porque | Quantidade |
|--|------------|
| Não me considero preto (a) | 9 |
| Tenho dúvidas se sou preto (a) ou branco (a) | 4 |
| Total geral | 13 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019) Onde: n= 13.

Acima na tabela 7 está o total de respondentes que marcaram o porquê de se autodeclararem pardos e pode se observar que a maioria (9) o fez por não se considerar preto (a) e 4 marcaram por ter dúvida se são preto (a) ou branco (a). Essas dúvidas são questões que muitos brasileiros têm quando se trata de sua autodeclaração talvez pela grande mistura de diferentes etnias, ou pela conotação negativa atrelada ao se autodeclarar preto como apontado pelos estudos de Sansone (1996). No referencial teórico foi mencionado o processo de branqueamento que a sociedade brasileira passou resultando em um novo tipo de discriminação: o Colorismo, “... um tipo de discriminação baseado na cor da pele onde, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão em sociedade.” (SILVA, p.3, 2017). Silva (2019) afirma que a entrada de negros de pele mais clara em ambientes predominantemente brancos se cria uma ilusão de inclusão quando na verdade negros de pele retinta permanecem excluídos.

Essa hesitação ao se autodeclarar se deve justamente a esse processo de embranquecimento que a sociedade brasileira passou, em uma declaração o docente A4 informa que marcou pardo fala justamente da dificuldade de usar “branco” ou “preto” para se autodeclarar “*Justamente por não ter sofrido e/ou me percebido como vítima de racismo ou preconceito que não me sinto a vontade em me declarar negro, contudo, também não me enxergo como branco... São questões complicadas, mas para as quais sempre tento buscar uma reflexão e inteiração, afinal, minha realidade não é a do colega e vice-versa.*” As discussões raciais não são fazem parte do currículo de Biblioteconomia o que pode dificultar a autodeclaração e contribuir para a manutenção das desigualdades raciais. Junto com as cotas raciais essas discussões devem ser feitas para auxiliar o estudante na construção de sua identidade racial.

4.2.1 Percepção de racismo quanto a produção, colaboração e citação

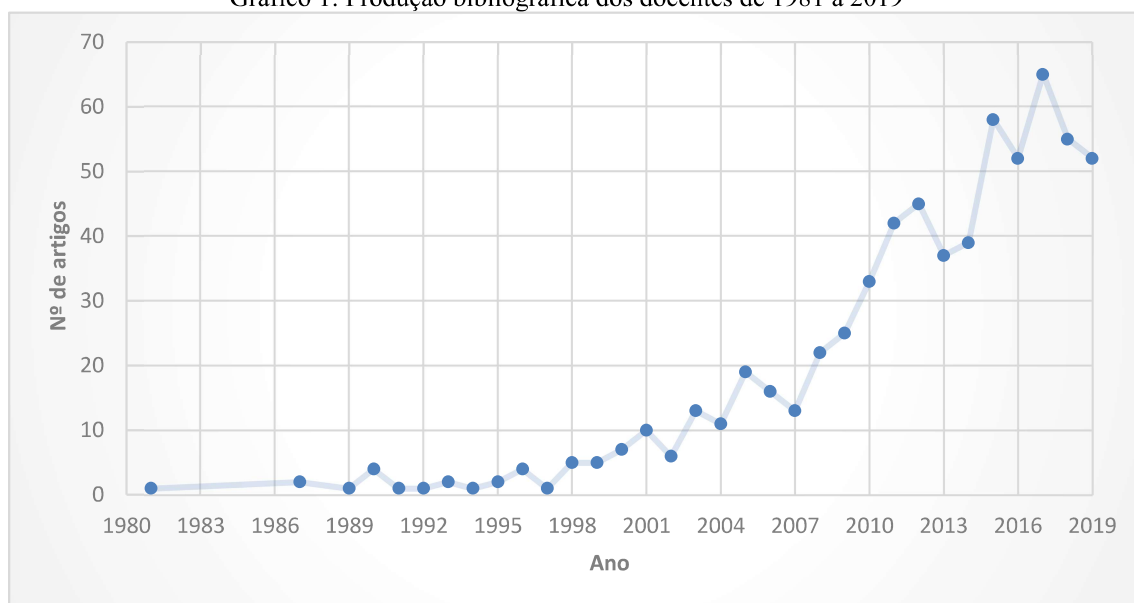
Bom, vamos detalhar os dados, quanto aos indicadores trabalhados nesta pesquisa, produção, colaboração e citação a média dos três é de 1,7 próximo a “Percebi pouco” indicando que nesses três a percepção de racismo também é baixa. Dentre eles onde mais se percebeu racismo foi na citação com 1,8. A maior média, 2,7 se aproximando de 3 “nem muito, nem pouco” foi em relação ao ambiente acadêmico e universitário no geral. Assim os dados indicam que nessas três áreas existe uma percepção baixa de racismo.

4.3 Produção científica

Em sua dissertação Justino (2019) ao analisar colaboração científica dos programas de pós-graduação em Ciência da informação brasileiros apontou que a produtividade dos docentes foi de 4.605 no período de 2013 a 2019. Na presente pesquisa, produção total do período (1981 a 2020) dos autores pretos e pardos respondentes desta pesquisa é de 662 artigos registrados na plataforma Lattes. Apesar aparentar baixa, não se pode afirmar que, comparativamente com os resultados da pesquisa de Justino (2019), visto que não se sabe ao certo início de atividades dos docentes negros (nem todos iniciaram suas atividades em 1981), portanto, outras análises mais aprofundadas seriam necessárias para se fazer tal comparação.

Entretanto no Gráfico 2 podemos observar que a produção dos docentes pretos e pardos está em ascensão desde os anos 1998, sendo observado grande incremento no período entre 2007 a 2013. O aumento no período de 2007 a 2013 corresponde com o aumento da produção de artigos de periódicos na área de CI de 2005 a 2011 observado por Vilan Filho (2014). Esses dois momentos também podem ser hipoteticamente explicados pelo início da implementação de cotas raciais no ensino superior que ocorreu também no início dos anos 2000 como apontado no subtópico 2.4.2 e mais tarde a aprovação da "Lei de cotas Sociais" a Lei nº 12.711/12. que reserva 25% das vagas universitárias para alunos negros, pardos ou indígenas.

Gráfico 1: Produção bibliográfica dos docentes de 1981 a 2019



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os 5 periódicos em que os docentes mais publicaram foram Informação & Sociedade (UFPB) (29), Encontros Bibli (UFSC) (28), Informação & Informação (UEL) (27), Transinformação (24) e Perspectivas em Ciência da Informação (23), entre esses, três têm a classificação Qualis A1: Informação & Sociedade (UFPB), Transinformação e Perspectivas em Ciência da Informação.

4.3.1 Produção e percepção de racismo

Na tabela 8 podemos observar a produção dos docentes e sua percepção de racismo. Entre os três primeiros apenas um, A20, marcou “Percebi muito” com relação as suas publicações e sua média de percepção no geral é alta, 4,9 chegando a “Percebo sempre”. Apenas outros dois docentes, A15 e A12, marcaram 4 “Percebo sempre” quanto a influência de algum tipo de racismo em sua produção. A média de percepção geral desses autores é de 1,6 indicando assim que em sua maioria os docentes não percebem que algum tipo de racismo influencia em sua publicação.

Tabela 8: Produção e percepção de racismo

| Docentes | N de artigos | PR Média geral | PR publicação |
|----------|--------------|----------------|---------------|
| A25 | 63 | 1,7 | 1 |
| A11 | 61 | 1,0 | 1 |
| A20 | 59 | 4,9 | 4 |
| A10 | 58 | 1,0 | 1 |
| A8 | 36 | 2,0 | 1 |
| A3 | 33 | 1,9 | 1 |
| A16 | 33 | 2,4 | 2 |
| A23 | 27 | 1,1 | 1 |
| A14 | 26 | 1,0 | 1 |
| A9 | 25 | 2,3 | 3 |
| A26 | 22 | 2,1 | 1 |
| A1 | 21 | 3,9 | 3 |
| A6 | 17 | 1,3 | 1 |
| A2 | 16 | 1,0 | 1 |
| A15 | 16 | 4,1 | 4 |
| A17 | 16 | 1,3 | 1 |
| A4 | 15 | 1,0 | 1 |
| A29 | 15 | 2,6 | 1 |
| A12 | 14 | 2,4 | 4 |
| A24 | 13 | 1,4 | 1 |
| A28 | 13 | 2,9 | 2 |
| A19 | 12 | 3,1 | 3 |
| A27 | 12 | 1,0 | 1 |
| A5 | 11 | 1,0 | 1 |
| A18 | 10 | 1,7 | 1 |
| A22 | 10 | 1,6 | 1 |
| A13 | 4 | 1,0 | 1 |
| A21 | 3 | 2,1 | 1 |
| A7 | 1 | 2,7 | 1 |
| Total | 662 | | 1,6 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

4.4 Colaboração

Quanto à colaboração dos autores, o (a) docente com o maior número de colaboradores foi o (a) A11 com 12% (74), A25 com 11% (66), A14 com 9% (51), e A20 com 7% (42). Todos os autores listados tiveram pelo menos uma colaboração, o docente A1 teve 0,4% (1) colaboração. A média da percepção geral de racismo de A11 é 1 indicando que nunca percebeu

racismo. A25 tem a média geral de 1,7 se aproximando de “percebi um pouco”, A14 também tem a média de 1 “Nunca percebi”. Já A22 tem a média geral de 4,9 se aproximando de “Percebo sempre” e sua percepção de racismo quanto a colaboração especificamente é 5 “Percebo sempre”.

Tabela 9: Colaboração versus percepção de racismo

| Docente | N de colaboradores | Porcentagem | Média PR Geral | PR Colaboração individual |
|-------------|--------------------|-------------|----------------|---------------------------|
| A11 | 74 | 12% | 1,0 | 1 |
| A25 | 66 | 11% | 1,7 | 1 |
| A14 | 51 | 9% | 1,0 | 1 |
| A22 | 42 | 7% | 4,9 | 5 |
| A16 | 42 | 7% | 2,4 | 2 |
| A3 | 34 | 6% | 1,9 | 1 |
| A10 | 34 | 6% | 1,0 | 1 |
| A23 | 25 | 4% | 1,1 | 1 |
| A9 | 24 | 4% | 2,3 | 2 |
| A8 | 23 | 4% | 2,0 | 1 |
| A2 | 23 | 4% | 1,0 | 1 |
| A6 | 21 | 4% | 1,3 | 1 |
| A12 | 20 | 3% | 2,4 | 2 |
| A1 | 16 | 3% | 3,9 | 3 |
| A5 | 13 | 2% | 1,0 | 1 |
| A27 | 12 | 2% | 1,0 | 1 |
| A19 | 11 | 2% | 3,1 | 2 |
| A24 | 10 | 2% | 1,4 | 1 |
| A17 | 10 | 2% | 1,3 | |
| A22 | 9 | 2% | 1,6 | 2 |
| A28 | 9 | 2% | 2,9 | 2 |
| A26 | 6 | 1% | 2,1 | 2 |
| A18 | 5 | 1% | 1,7 | 1 |
| A29 | 2 | 0% | 2,6 | 1 |
| A15 | 2 | 0% | 4,1 | 2 |
| A4 | 2 | 0% | 1,0 | 1 |
| A13 | 2 | 0% | 1,0 | 1 |
| A7 | 1 | 0% | 2,7 | 4 |
| A21 | 1 | 0% | 2,1 | 1 |
| Total geral | 590 | | | |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

PR = Percepção de racismo

4.4.1 Colaboração e percepção de racismo

Como apontado anteriormente a média de percepção geral de racismo é de 1,6 próximo a “percebi pouco” indicando que os pretos e pardos respondentes desta pesquisa não entendem que sua colaboração é afetada por algum tipo de racismo ou preconceito. Dois respondentes ficaram com a média de percepção geral de racismo acima de 4: A20 (4,9) e A15 (4,1), apesar de ambos com a percepção geral alta a de colaboração em específico de colaboração de A20 foi marcado 5 (Percebo sempre) e de A15 2 (Percebi pouco). Gabriel Júnior e Oliveira (2014) afirmam que a autoria dupla submergiu no Brasil em 2011 e que a tendência é o crescimento da autoria múltipla, e o que foi observado entre os docentes respondentes desta pesquisa é que todos colaboraram com pelo menos um autor chegando até 11 colaboradores em um artigo, indo de acordo com o que afirmaram esses autores.

4.5 Citação

O total de artigos produzidos pelos docentes estudados nesta pesquisa é de 662, esses 662 artigos receberam o total de 3037 citações até o período de coleta de dados, dezembro de 2019 a janeiro de 2020, apenas um autor teve 0 citações. A25 aparece em primeiro lugar com 31% (941), A20 aparece em segundo com 12,6% (384) e A10 em terceiro com 10,72% (333). A25 aparece mais uma vez entre os três primeiros, A20 aparece em segundo lugar e como dito anteriormente tem a percepção de racismo geral de 4,9 “Percebo sempre” e quanto a percepção de racismo na citação em específico marcou 5 indicando que “Percebe sempre”, já A10 respondeu em ambos 1 (nunca percebi).

Tabela 10: Citação versus percepção de racismo

| Docentes | N de artigos | N de Citações | Porcentagem | PR-Média | PR-citação individual |
|-------------|--------------|---------------|-------------|----------|-----------------------|
| A25 | 63 | 941 | 31,0% | 1,7 | 2 |
| A20 | 59 | 384 | 12,6% | 4,9 | 5 |
| A10 | 58 | 333 | 11,0% | 1,0 | 1 |
| A3 | 33 | 250 | 8,2% | 1,9 | 1 |
| A11 | 61 | 166 | 5,5% | 1,0 | 1 |
| A29 | 15 | 163 | 5,4% | 2,6 | 2 |
| A23 | 27 | 116 | 3,8% | 1,1 | 1 |
| A8 | 36 | 95 | 3,1% | 2,0 | 2 |
| A14 | 26 | 80 | 2,6% | 1,0 | 1 |
| A19 | 12 | 72 | 2,4% | 3,1 | 4 |
| A16 | 33 | 68 | 2,2% | 2,4 | 3 |
| A2 | 16 | 61 | 2,0% | 1,0 | 1 |
| A27 | 12 | 42 | 1,4% | 1,0 | 1 |
| A28 | 13 | 36 | 1,2% | 2,9 | 2 |
| A9 | 25 | 34 | 1,1% | 2,3 | 3 |
| A5 | 11 | 25 | 0,8% | 1,0 | 1 |
| A6 | 17 | 25 | 0,8% | 1,3 | 1 |
| A15 | 16 | 25 | 0,8% | 4,1 | 3 |
| A12 | 14 | 22 | 0,7% | 2,4 | 2 |
| A26 | 22 | 17 | 0,6% | 2,1 | 1 |
| A1 | 21 | 16 | 0,5% | 3,9 | 4 |
| A24 | 13 | 16 | 0,5% | 1,4 | 1 |
| A13 | 4 | 15 | 0,5% | 1,0 | 1 |
| A18 | 10 | 15 | 0,5% | 1,7 | 1 |
| A4 | 15 | 8 | 0,3% | 1,0 | 1 |
| A22 | 10 | 6 | 0,2% | 1,6 | 2 |
| A17 | 16 | 5 | 0,2% | 1,3 | 1 |
| A7 | 1 | 1 | 0,0% | 2,7 | 1 |
| A21 | 3 | 0 | 0,0% | 2,1 | 3 |
| Total geral | 662 | 3037 | | | 1,8 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

PR = Percepção de racismo

Ao analisar a média de citação por artigo os três primeiros lugares mudam, A25 também aparece em primeiro lugar com a média de 15 citações por artigo, porém em segundo lugar A29 com a média de 11 citações por artigo e A3 com a média de 8 citações por artigo. Podemos observar na tabela que A20 e A10 tem uma média de citação por artigo menor 7 e 6

11 respectivamente indicando que suas citações se concentram em um ou dois artigos enquanto A3 apesar de um pouco menos de citações elas estão distribuídas entre seus artigos.

Tabela 11: Média de citação por artigo

| Docentes | N de citações | N de artigos | Média de citação por artigo |
|--------------------|---------------|--------------|-----------------------------|
| A25 | 941 | 63 | 15 |
| A29 | 163 | 15 | 11 |
| A3 | 250 | 33 | 8 |
| A20 | 384 | 59 | 7 |
| A19 | 72 | 12 | 6 |
| A10 | 333 | 58 | 6 |
| A23 | 116 | 27 | 4 |
| A2 | 61 | 16 | 4 |
| A13 | 15 | 4 | 4 |
| A27 | 42 | 12 | 4 |
| A14 | 80 | 26 | 3 |
| A28 | 36 | 13 | 3 |
| A11 | 166 | 61 | 3 |
| A8 | 95 | 36 | 3 |
| A5 | 25 | 11 | 2 |
| A16 | 68 | 33 | 2 |
| A12 | 22 | 14 | 2 |
| A15 | 25 | 16 | 2 |
| A18 | 15 | 10 | 2 |
| A6 | 25 | 17 | 1 |
| A9 | 34 | 25 | 1 |
| A24 | 16 | 13 | 1 |
| A7 | 1 | 1 | 1 |
| A26 | 17 | 22 | 1 |
| A1 | 16 | 21 | 1 |
| A22 | 6 | 10 | 1 |
| A4 | 8 | 15 | 1 |
| A17 | 5 | 16 | 0 |
| A21 | 0 | 3 | 0 |
| Total geral | 3037 | | |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

4.5.1 Citação e percepção de racismo

Dos docentes que ficaram nos primeiros lugares em ambas tabelas de citação apenas 1 tem o nível de percepção de racismo alto “Percebi muito”, os outros ficam entre 1 e 2 ou seja “Nunca percebi” e “Percebi pouco”. A média de percepção geral de racismo quanto a citação é de 1,8 chegando próximo de “Percebi pouco”.

Os autores Vanz e Caregnato (2003), afirmam que a citação é um comportamento dos pesquisadores de natureza subjetiva, esse comportamento sendo apontado como um problema, entretanto existe um reconhecimento formal de que os estudos de citação servem como indicadores da atividade científica. Buscamos saber se entre esses comportamentos subjetivos o racismo se mostrava como um motivo e de acordo com o grupo analisado no presente trabalho, não, esses docentes não percebem que algum tipo de racismo influencia na citação de seus artigos por outros pesquisadores.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos saber qual a presença e produção de artigos dos pesquisadores negros que atuam na pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, se em sua percepção há algum tipo de racismo ou preconceito racial no ambiente acadêmico e se sua produção e divulgação científica são influenciadas por preconceito racial ou racismo.

Apesar de o número de respondentes não ser o esperado o objetivo de indicar a presença dos pesquisadores negros na comunidade científica da área de CI no Brasil foi alcançado, os docentes que se autodeclararam brancos são a maioria, 58% pretos aparecem em segundo lugar com 22% e pardos em terceiro com 19%. Somando-se pretos e pardos, 41% indica que no contexto desta pesquisa a presença de docentes negros na Pós-graduação em CI é alta.

Por meio da análise dos dados percebe-se que o grupo analisado, pretos e pardos, tem a produtividade baixa, entretanto sua contribuição para a comunidade científica está em ascensão, o que pode ser explicado pelas ações afirmativas que foram implementadas nos últimos anos como a implementação de cotas raciais no ensino superior. Dessa forma o objetivo de descrever a produção de artigos de periódicos publicada por negros participantes de programas de pós-graduação em CI no Brasil foi alcançado. Quanto à colaboração desse grupo podemos observar que segue a tendência de crescimento de autoria múltipla. Foi percebido que em suas atividades de colaboração citação e produção a média de percepção dos docentes ficou próximo a 2 “Percebo pouco” informando que percebem pouco racismo nessas áreas e que não afeta suas atividades. Assim o objetivo de verificar a percepção de preconceito racial ou racismo na produção e divulgação científica dos negros que atuam em programas de pós-graduação em CI foi atingido.

A maior média de percepção de racismo ficou no ambiente acadêmico e universitário, corroborando com os depoimentos de alguns docentes que informaram diversas situações em que o racismo velado se manifestou em falas e atitudes como comentários racistas, negação da formação de grupos de pesquisa com a temática racial e a minimização de conquistas de colegas por conta de sua cor.

Ao separar pretos e pardos foi possível perceber que os pretos percebem mais racismo em vários aspectos da vida acadêmica indo ao encontro com a afirmação de que quanto mais escura a sua cor de pele mais suscetível ao racismo se é.

Uma das questões da temática racial no Brasil é o processo de miscigenação e embranquecimento que a população passou resultando em pessoas que sentem dificuldade em se encaixar em um termo de classificação de cor/raça, dos docentes que marcaram pardo em nosso questionário a maioria o fez por não se considerar negro, nos levando a questionar qual o papel da biblioteconomia em auxiliar seus docentes a construir uma identidade racial sólida e positiva e como desempenhá-lo

Sugere-se que se façam mais estudos que informem o perfil racial da pós-graduação em Ciência da Informação para que se possa realmente compreender as dinâmicas das relações raciais nesse ambiente. Algumas das perguntas que não foram abordadas no presente trabalho: 1 – Os critérios para o ingresso na Pós-Graduação e Pós-Doutorado são racistas? 2 – Qual a temática da produção dos pesquisadores negros em CI? 3 – Se enfrentaram e se sim, quais as dificuldades ao propor temáticas étnico-raciais?

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento**. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Retratos do Brasil Negro).
- ANDRADE, Maria Eugênia Albino; OLIVEIRA, Marlene de. A ciência da informação no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Marlene (coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 45-60.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun, 2006.
- ARRUDA, Raíza Veloso. **Análise quantitativa das citações aos periódicos científicos brasileiros das áreas de informação**. 2011. 53 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/3702>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS. **Histórico**. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- AZEVEDO Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- BIOJONE, Mariana Rocha. **Forma e função dos periódicos científicos na comunicação da ciência**. 2001. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, D. C., v. 19, n.1, p 3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/mri-01---information-science---what-is-it.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285/23782>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- CARDOSO, Francilene; PINTO, Michelle Silva. Apontamentos contemporâneos sobre questão racial e a atuação bibliotecária. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecários Negros: Ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: ABC, 2018. p. 39-88.

CARDOSO Francilene. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba: Editora CRV, 2015.

CAREGNATO, Sonia Elisa. Google acadêmico como ferramenta para os estudos de citações: avaliação da precisão das buscas por autor. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 72-86, dez. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5682/4106>. Acesso em: 29 ago. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHADAREVIAN, Pedro C. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 283-304, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 ago. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. Acesso em: 29 ago. 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Carlos Henrique Brito. Vannevar Bush: uma apresentação. **Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-13, mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v14n1/01.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013.

DANTAS, Flavio. Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: idéias para (avali)ação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, vol. 1, n. 2, 2004, p. 160-172. Disponível em: <http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpq/article/download/46/43>. Acesso em: 29 ago. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICO. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001. 352 p.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: frente negra brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista brasileira de educação**, Brasília, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000300008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 ago. 2020.

DROESCHER, Fernanda Dias; SILVA, Edna Lucia da. O pesquisador e a produção científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.19, n.1, p.170-189, jan./mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000100011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 ago. 2020.

FAEDO, Juliane Yukie Yamamoto; YAMAMOTO, Viviane Suemi; LOPES, José Carlos de Jesus. Ações afirmativas no Brasil: uma pesquisa bibliométrica. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 5, n. 3, p. 384-402, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deson/article/view/4631/3955>. Acesso em: 29 ago. 2020.

FLEURI, Reinaldo Matos. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 495-520, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 ago. 2020.

FORESTI, Nórís Almeida Bethonico. Contribuição das revistas brasileiras de Biblioteconomia e Ciência da Informação enquanto fonte de referência para a pesquisa. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-71, jan./jun. 1990

FRANCISCO, Mônica da Silva. Discurso sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. **Ensaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. 18, p.97-109, dez. 2018. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo18/07_FRANCISCO_Ensaios_Filosoficos_volume_XVIII.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

FRY, Peter. **À persistência da raça**: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Análise da produção científica a partir de indicadores bibliométricos. **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo**, São Paulo, 2004. v. 1, cap. 5, p. 5.1-5.44. Disponível em: http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap05_voll.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. Análise da colaboração científica nos programas de pós-graduação em ciência da informação com enfoque nas coautorias. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2445/AN%c3%81LISE%20DA%20COLABORA%c3%87%c3%83O%20CIENT%c3%8dFICA.pdf?squence=1>. Acesso em: 29 ago. 2020.

GOLDIM, José Roberto; PITHAN, Carolina da Fonte; OLIVEIRA, Juliana Ghisleni de; RAYMUNDO, Márcia Mocelin. O processo de consentimento livre e esclarecido em pesquisa: uma nova abordagem. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo. v. 49, n. 4, p. 372-374, out./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302003000400026&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 ago. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília: MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39-62.

GONÇALVES, Luiz alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p.134-158 set./dez.

2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000300009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 ago. 2020.

GOUVEIA, Fábio Castro. Almetria: métricas de produção científica para além das citações. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 214-227, maio 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3434/3004>. Acesso em: 29 ago. 2020.

GRACIO, Maria Cláudia Cabrini; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de; MATOS, Gislaíne Imaculada. Visibilidade dos pesquisadores no tema Estudos Métricos: análise de citação e co-citação nos periódicos do SciELO. **Ibersid**: revista de Sistemas de información y documentación, Zaragoza, v. 3, p.81-86, 2009. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3727>. Acesso em: 29 ago. 2020.

GRACIO, Maria Cláudia Cabrini. Acoplamento bibliográfico e a análise de cocitação: revisão teórico-conceitual. **Encontros bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, vol. 21, n.47, p.82-99, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p82/32343>. Acesso em: 29 ago. 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1995.

HAYASHI, Carlos Roberto Massao; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Métricas da participação feminina na ciência e tecnologia no contexto dos INCTs. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 143-170, maio 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3400/2987>. Acesso em: 29 ago. 2020.

HERINGER, R. Visões sobre as políticas de ação afirmativa. In: SANTOS, G.; SILVAM, P. (org.). **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Diretrizes curriculares nacional para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: INEP, 2004. Disponível em: < [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488171#:~:text=brasileira%20e%20africana%20Diretrizes%20curriculares%20nacional%20para%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A9tnico%2Draciais,brasileira%20e%20africana%20\(Vers%C3%A3o%201.2\)&text=Parecer%2003%2F2004%2C%20de%2010,junho%20de%202004%2C%20destas%20diretrizes](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488171#:~:text=brasileira%20e%20africana%20Diretrizes%20curriculares%20nacional%20para%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A9tnico%2Draciais,brasileira%20e%20africana%20(Vers%C3%A3o%201.2)&text=Parecer%2003%2F2004%2C%20de%2010,junho%20de%202004%2C%20destas%20diretrizes). Acesso em: 29 ago. 2020.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008. p. 45-64. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

JUSTINO, Thais da Silva. **Análise da colaboração científica dos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros**. São Carlos, São Paulo: UFSCar, 2019. 101 f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12058>. Acesso em: 29 ago. 2020.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Brinquet de Lemos Livros, 1996.

LIMA, Graziela dos Santos. Análise métrica das palavras-chave mais citadas no periódico da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) no período de 2010 a 2014. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecários Negros: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: ABC, 2018. p. 419-443.

LOPES, D. L.; CESCO, V. Mobilidade social e identidade racial: o negro na perspectiva do ensino superior. **Educação**, Santa Maria, v. 26, n. 1, p. 57-70, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/4746/2885>. Acesso em: 29 ago. 2020.

LOPES, Sílvia *et al.* A bibliometria e a avaliação da reprodução científica: indicadores e ferramentas. **Actas do congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas**. [S.l.], n. 11, 2012. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/429#:~:text=A%20bibliometria%20%C3%A9%20uma%20t%C3%A9cnica,uso%20dos%20resultados%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000200005>. Acesso em: 09 janeiro 2019.

MARICATO, João de Melo; MARTINS, Dalton. Altméria: complexidades, desafios e novas formas de mensuração e compreensão da comunicação científica na web social. **Bíblios**, [S.l.], 2017, n. 68. p. 48-68 Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32083/1/ARTIGO_AltmetriaComplexidadesDesafios.pdf Acesso em: 29 ago. 2020.

MARICATO, João de Melo; NORONHA, Dayse Pires. Indicadores bibliométricos e cientométricos em CT&I: apontamentos históricos, metodológicos e tendências de aplicação. *In*: HAYASHI, M. C. P. I.; LETA, J. (org.). **Bibliometria e Cientometria: reflexões teóricas e interfaces**. São Carlos, Pedro & João Editores, 2012, v. 1, p. 21-41.

MATOS, Gislaine Imaculada de. **Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152680>. Acesso em: 29 ago. 2020.

MOREIRA, Jonathan Rosa.; VILAN FILHO, Jayme Leiro.; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Características e produção científica dos grupos de pesquisa do CNPq/DGP nas

áreas de Ciência da Informação e Museologia (1992 – 2012). **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 93-106, out/dez. 2015.

MUELLER, S. P. M., PECEGUEIRO, Claudia Maria. O periódico Ciência da Informação na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p.47-63, maio/ago. 2001.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 21-34.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 1997. Tese (Livre-docência em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica; 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos avançados**, São Paulo, v.18, n.50, jan./abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019. Acesso em: 30 ago. 2020

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n.1 p. 287-308, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, Maria Susana Arroza (org.). **Educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. *In*: OLIVEIRA, Marlene (coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 9-28

OLIVEIRA E SILVA, Antonio Braz; PARREIRAS, Fernando Silva; MATHEUS, Renato Fabiano; BRANDÃO, Wladimir Cardoso. **Redes de co-autoria dos professores da ciência da informação: um retrato da colaboração científica dessa disciplina no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/704>. Acesso em: 30 ago. 2020.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. *In*: PETRUCCELLI, José Luis.; SABOIA, Ana Lucia. (org.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro, IBGE, 2013.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=655. Acesso em: 17 jun. 2019.

OSORIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. *In*: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2004. p. 85-135.

PAIXÃO, Marcelo.; CARVANO, Luiz M. Censo e demografia: a variável cor ou raça nos interiores dos sistemas censitários brasileiros. *In*: PINHO, A, O.; SANSONE, L. (org). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 25-61.

PARREIRAS, Fernando Silva; SILVA, Antônio Braz de Oliveira; MATHEUS, Renato Fabiano; BRANDÃO, Wladmir Cardoso. RedeCI: colaboração e produção científica em ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 302-317, set./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000300002. Acesso em: 30 ago. 2020.

PENHA-LOPES, Vânia. **Pioneiros: cotistas na Universidade de Brasília**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PETRUCCELLI, José Luis.; SABOIA, Ana Lucia. (org.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro, IBGE, 2013.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 14., 2006, Caxambú. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1486>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior**. Brasília: Liber Livro, 2004.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Retratos do Brasil Negro).

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SANSONE, Livio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 18, p.165-187, 1996. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20904/13522>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo: jovens negros no mercado de trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63 n. esp., p. 26-37, 2011.

SANTOS, Marie-Hélène Tiercelin dos. **Biografia**: Milton Santos. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/site/biografia/>. Acesso em: 29 ago. 2020.

SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas C.; COOPER, Frederick. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Antonio Braz de Oliveira e.; MATHEUS, Renato Fabiano; PARREIRAS, Fernando Silva; PARREIRAS, Tatiane A. Silva. Estudo da rede de Co-autoria e da interdisciplinaridade na produção científica com base nos métodos de análise de redes sociais: avaliação do caso do programa de pós-graduação em ciência da informação - PPGCI/UFMG. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n. esp. p. 179-194. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p179/422>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVA, José Aparecida da; BIANCHI, Maria de Lourdes Pires. Cientometria: a métrica da ciência. **Paidéia**, São Paulo, v. 11, n. 21 p. 5-10, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v11n21/02.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. **Discursos étnico-raciais proferidos por pesquisadores/as negros/as na pós-graduação**: acesso, permanência, apoios e barreiras. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17137> Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1999. p. 107-125.

SILVA E SILVA, Tainan Maria Guimarães. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Direito Unifacs**: debate virtual. n. 201, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760/3121> Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVA JÚNIOR, Severino Domingos; COSTA, Francisco José da. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e *Phrase Completion*. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 1-16, out. 2014. Disponível em: http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Volumes/15/1_Mensura%C3%A7%C3%A3o%20e%20Escalas%20de%20Verifica%C3%A7%C3%A3o%20uma%20An%C3%A1lise%20Comparativa%20das%20Escalas%20de%20Likert%20e%20Phrase%20Completion.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (org.). **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. p. 39-69.

SPINAK, E. **Dicionário enciclopédico de bibliometria, cienciométrica e informétrica**. Montevideo: Unesco, 1996.

SPINAK, Ernesto. Indicadores cientométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, maio/ago. 1998. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/795/826>. Acesso em: 30 ago. 2020.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>. Acesso em: 30 ago. 2020.

TEIXEIRA, Moema de Poli. **Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília, IPEA, 2008. p.15-43.

TOMÉ, Gerusa de Fátima. Racismo: o negro e as condições de sua inserção no mercado de trabalho brasileiro no final da década de 90. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 6, 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/006/06tome.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. A produção científica sobre os (as) negros nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico. **Informação & Sociedade: estudos**, Paraíba, v. 22, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12247/0>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Biblioteconomia: um olhar cientométrico. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 814-828, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/download/852/pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, 2002, p. 369-379. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652002000200016>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, jul./dez. 2003. PDF

VANZ, Samile Andréa de Souza; STUMP, Ida Regina Chittó. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.15, n.2, p.42-45, maio./ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/75/35>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VELHO, L. **Indicadores de C&T no Brasil: antecedentes e estratégia**. Brasília, 1997. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Lea_Velho/publication/242602288_INDICADORES_D

E_CT_NO_BRASIL_ANTECEDENTES_E ESTRATEGIA/links/0f3175330d7be72118000000/INDICADORES-DE-C-T-NO-BRASIL-ANTECEDENTES-E-ESTRATEGIA.pdf.

Acesso em: 30 ago. 2020.

VILAN FILHO, Jayme Leiro. Produção e colaboração científica nas áreas de informação: comparando artigos de periódicos brasileiros com trabalhos de ENANCIB (1994-2013) 53. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. p. 329-342. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt7>. Acesso em: 31 ago. 2020

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história:** da antiguidade à modernidade. 2007. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2007/07/o-racismo-atravc3a9s-da-histc3b3ria-carlos-moore.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a).

Meu nome é Carem dos Santos Veras sou aluna de Biblioteconomia da Universidade de Brasília estou cursando o último semestre do curso de Biblioteconomia e fazendo uma pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de curso sob orientação do Prof^o. Dr. João de Melo Maricato.

O objetivo geral da pesquisa é compreender a dinâmica de produção científica de negros na Ciência da Informação brasileira e suas relações com preconceito e racismo.

A percepção dos respondentes será coletada por meio deste questionário, que leva menos que 5 minutos para ser respondido. As informações coletadas por meio do questionário não serão associadas aos nomes dos respondentes. No entanto, a pesquisa conta com parte bibliométrica onde serão elaborados rankings e gráficos, onde nomes podem aparecer.

Com o conjunto de respostas obtidas pretende-se: Conhecer a participação dos negros na comunidade científica da área de CI no Brasil; Analisar a produção científica publicada por negros participantes de programas de pós-graduação em CI no Brasil; e, verificar a percepção de preconceito ou racismo na produção e divulgação científica dos negros que atuam em programas de pós-graduação em CI.

Os respondentes são convidados a participar de forma voluntária e ao responderem estarão de acordo com esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Agradeço antecipadamente a colaboração e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Carem dos Santos Veras (carem1994@gmail.com); Prof^o. Dr. João Maricato (jmmaricato@gmail.com).

1. Nome

2. Gênero

Feminino

Masculino

Não-binário

Prefiro não dizer

3. Email

4. A qual universidade/programa de pós-graduação você pertence?

5. Que termo usa para classificar sua cor/raça?

6. De acordo com a classificação do IBGE você se auto declara?

Preto

Pardo

Amarelo

Indígena

Branco

Percepção de racismo e preconceito no ambiente acadêmico

Se marcou pardo na questão 6, responda a questão 7 e as demais, caso tenha marcado a opção preto responda a partir da questão 8. Aos demais que marcaram outras identificações, o questionário se finaliza aqui. Obrigada pela participação!

7. Marquei pardo porquê?

Não me considero preto (a)

Tenho dúvidas se sou preto (a) ou branco (a)

8. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial relacionada ao desenvolvimento de suas atividades profissionais no âmbito acadêmico e universitário?

Nunca percebi Percebi pouco Nem muito, nem pouco Percebi muito Sempre percebi

9. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial relacionada ao desenvolvimento de suas atividades profissionais no âmbito da pós-graduação?

Nunca percebi Percebi pouco Nem muito, nem pouco Percebi muito Sempre percebi

- 10. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado na sua ocupação em cargos ou funções no âmbito acadêmico e universitário?**

Nunca percebi Percebi pouco Nem muito, nem pouco Percebi muito Sempre percebi

- 11. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado no não recebimento de bolsas ou apoio financeiro para suas pesquisas no âmbito acadêmico e universitário?**

Nunca percebi Percebi pouco Nem muito, nem pouco Percebi muito Sempre percebi

- 12. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado na seleção de seus textos para publicação ou para apresentação em eventos no âmbito acadêmico e universitário?**

Nunca percebi Percebi pouco Nem muito, nem pouco Percebi muito Sempre percebi

- 13. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado o estabelecimento de relações de parceria e colaboração para a elaboração e publicação de pesquisas em coautoria no âmbito acadêmico e universitário?**

Nunca percebi Percebi pouco Nem muito, nem pouco Percebi muito Sempre percebi

- 14. Já percebeu algum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial que tenha influenciado a citação de suas pesquisas por outros pesquisadores no âmbito acadêmico e universitário?**

Nunca percebi Percebi pouco Nem muito, nem pouco Percebi muito Sempre percebi

- 15. Caso se sinta confortável descreva situações, contextos, percepções que considera racismo, preconceito ou discriminação racial que tenha influenciado suas atividades profissionais no âmbito acadêmico e universitário.**

APÊNDICE B

UFPB/PPGCI

UFPE/PPGCI

UFBA/PPGCI

UFMG/PPGCI

UFRGS/PPGCIN

UFS/PPGCI

USP/PPGCI

UEL/PPGCI

UFBA/ICI

UFC/PPGCI

UFCA/MPB

UFES/PPGCI

UFF/PPGCI

UFRJ/EBA_BAP PPGMA/FCRB

UFSC/PGCIN

UnB/PPGCI

UNESP/PPGCI

UNIRIO/PPGB

UFAL/PPGCI